

BORDER CRISIS: COMO OS E.U.A E O MÉXICO SE RELACIONAM

Patrícia dos Santos Caetano Brazuna Cândido

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais: Globalização e Dinâmicas Regionais**

Setembro de 2019

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Carmen Fonseca.

*“Nunca sabemos que vidas vamos influenciar,
ou quando,
ou porquê.”*

— Stephen King, 22.11.63

*“Der Staat ist die Wirklichkeit
der sittlichen Idee.”*

— Hegel

*“In all the universe nothing remains permanent
and unchanged but the spirit.”*

— Anton Chekhov, *The Seagull*

Índice

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	5
INTRODUÇÃO	6
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	9
1.1 Os <i>BORDER STUDIES</i> NO QUADRO DAS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	11
1.1.1 A QUESTÃO AMERICANA NOS BORDER STUDIES.....	16
1.2 MIGRAÇÕES, GLOBALIZAÇÃO E SEGURANÇA	19
2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	22
2.1 UM COLÍDR DE IMPÉRIOS NA AMÉRICA DO NORTE.....	22
2.2 O CONTURBADO SÉCULO XX E XXI	30
2.5 <i>BORDER CRISIS</i>	40
2.5.1 <i>O criar de um círculo</i>	42
2.6 AS TRÊS GUERRAS NA FRONTEIRA	45
3. IMPLICAÇÕES POLÍTICAS.....	49
3.1 A “CRISE” NA FRONTEIRA	49
3.2 O ANO DE 2014, A ADMINISTRAÇÃO OBAMA, “SITUAÇÃO HUMANITÁRIA” E OUTRAS CONTRADIÇÕES	57
3.3 IMPLICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRUMP NA <i>BORDER CRISIS</i>	61
3.3.1 <i>A questão da segurança nacional e a Border Security</i>	63
3.3.1.2 <i>Emergência Nacional em Relação à fronteira Sul dos EUA</i>	69
3.4 VISITAS DE ESTADO OU O QUE PODERIA TER SIDO: DISCURSOS NA FRONTEIRA.	73
3.5 O ÚLTIMO PARADOXO	77
4. IMPLICAÇÕES ECONÓMICAS.....	79
4.1. O TRATADO NORTE-AMERICANO DE LIVRE COMÉRCIO (NAFTA)	79
4.2 NARCO-ECONOMIA E TRÁFICO DE ARMAS	82
5. Implicações na CULTURA E SOCIEDADE.....	87
5.1 – CULTURA NA <i>BORDERLAND</i> E <i>FRONTIER</i>	87
5.2 - CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS	92
CONCLUSÃO	97
BIBLIOGRAFIA	100
ANEXOS	106

AGRADECIMENTOS

As primeiras coisas primeiro – como dizem os anglófonos: gostaria de agradecer à minha mãe por me ter apoiado e sempre me dizer que devemos fazer o que gostamos. Neste caso andar e escrever umas coisas sobre relações internacionais, mas, que hei-de fazer? Além de me ter tornado no que sou hoje, obrigada por tudo. Também gostaria de agradecer ao meu irmão que não tem mais paciência para me ouvir falar de relações internacionais, todavia ouve-me (um dia hás-de me ganhar no *Trivial Pursuit*). Vocês são o mais importante que há.

Gostaria de deixar o meu agradecimento à Professora Doutora Carmen Fonseca por me ter orientado nesta viagem e me ter feito ver caminhos onde eu não os imaginava. Deixo também o meu obrigada ao Professor Josiah Heyman por tão prontamente me ter enviado um artigo que ia na direcção do que eu procurava.

Agradeço também aos meus amigos de quatro patas que iam ter comigo quando a dissertação não via fim e me animavam para continuar. Logo à noite têm direito a uns biscoitos extra.

E por fim aos meus amigos (estes só com duas pernas) que acham que conto histórias dramáticas de maneira engraçada, por ouvirem a história de como Santa Anna perde a sua perna com tanta atenção ou me motivarem género claqué de um secundário americano.

O meu mais sincero obrigada a todos.

Resumo

Border Crisis foi um termo cunhado durante a Administração Trump que representava a efectiva migração do México para os EUA a partir de 2015. A presente dissertação propõe esclarecer as origens da *Border Crisis que remontam ao século XIX* bem como compreender as suas implicações políticas, sociais e económicas que se estendem até aos dias de hoje.

Palavras-Chave: *Border Crisis; Border Studies; Migração e Segurança, América do Norte; Fronteira EUA-México*

Abstract

Border Crisis is a term coined during the Trump Administration which represented the real migration from Mexico to the U.S beginning in 2015. This dissertation suggests a clarification on the Border Crisis, as well as its political and social and economic implications

Keywords: Border Crisis; Border Studies; Security and Migration, North America US-Mexico
Border

INTRODUÇÃO

Escrever sobre ciências sociais é um trabalho inconstante e volátil – e por vezes inglório. Se há algo que torna a História mais fluído a jusante – talvez os historiadores discordem neste ponto – é o distanciamento temporal. Quando se redige sobre relações internacionais vive-se o presente sem saber se o próximo passo na política de cada país arruinará por completo o que se escreveu sobre ele. O reescrever constante é demasiado aliciante.

No particular caso em questão, e quando se propôs tratar da "Border Crisis: EUA-México", *quais as origens da Border Crisis E.U.A* – não havia ainda material concreto académico sobre o tema. A viagem que esta dissertação propôs foi, curiosamente, acompanhada pela viagem de muitos outros académicos e estudiosos. De facto, as conclusões alcançadas são muito semelhantes. Contudo, o parco trabalho académico no que diz respeito à fronteira EUA-México – para além do Histórico – revela-se num silêncio ensurdecedor. É necessário debater-se e procurar-se lentes académicas quer seja no panorama dos Border Studies internacional, quer no nacional. A investigação académica tem uma lacuna no que diz respeito ao estudo da fronteira EUA-México em especial quando alicerçado às relações internacionais, globalização e dinâmicas regionais.

A presente dissertação propõe englobar três campos mais um. O campo político, o económico e o social mais o campo compreensivo do fenómeno e conceito *Border Crisis*, *i.e.*, estudar e compreender o fenómeno à luz das suas implicações políticas, económicas e sociais. O mesmo é concretizado através da resposta à pergunta de partida: *Border Crisis na fronteira EUA-México e qual o seu impacto na relação política, económica e social entre os dois países?*

Esta interacção de quatro dimensões torna possível ler a fronteira EUA-México na contemporaneidade e reflectir sobre o impacto que ela tem nas dinâmicas regionais de ambos os países.

Escrever sobre os EUA-México em Portugal pode aparentar ser curioso, todavia tendo em conta o carácter Atlântico das relações internacionais portuguesas torna-se não só pertinente como também desmistificador, *i.e.*, Trump, o muro e os migrantes inundam os telejornais, revistas e *websites* portugueses sem, contudo, haver qualquer entendimento teórico do que efectivamente se passa.

A questão da *Border Crisis* surge como um conceito ligado a um fenómeno durante a Administração Trump, mais concretamente a partir do Verão de 2018 quando os media dão visibilidade às condições dos centros de detenção na fronteira. Na verdade, os centros não são

novos, o que é nova é a circunstância. Quer seja pelo inflamado discurso de Donald Trump, quer seja pela ineficácia burocrática em agilizar os pedidos de asilo dos ora migrantes centro-americanos.

Tudo isto – sendo a restrição da migração uma das mais populares promessas eleitorais de Trump, ainda que das mais oníricas – teve – e tem – impactos em ambos os países.

Seja alicerçado à NAFTA como toxicidade quer seja aos latinos como “o outro” e aquele que ameaça o que é ser-se americano. Na verdade, a politização da Border Crisis e a ideologia acidentada por ela provoca e incendeia estas áreas. De modo a que se o posso compreender, a presente investigação está dividida em três partes:

A primeira parte apresenta a panorâmica teórica no que diz respeito aos Border Studies e migrações de modo a utilizá-la como uma lupa académica que permita descutir a política actual. O que é concretizado nos capítulos de Enquadramento Teórico e Enquadramento Histórico, respectivamente. O Enquadramento Teórico explicita a diferença entre *Border*, *Frontier* e *Borderlands* bem como permite ter uma visão dos Border Studies e estudos de migração. Já o capítulo de Enquadramento Histórico ajuda a compreender o “pecado inicial” e a evolução da *border crisis*, começando pelo Big Bang nas relações incendiárias entre os EUA-México passando pelo século XX e XXI como herança ideológica desse momento. Ainda e com esta informação é traçado o perfil do fenómeno *Border Crisis* e a posteriori, a sua conceptualização.

Numa terceira parte é confrontado o enquadramento teórico e histórico com a política das últimas duas administrações para com a fronteira e migrantes; as relações económicas e por fim as sócio-culturais. Composta pelo: capítulo da política, no qual se examina a “crise” na Administração Obama e Trumo bem como a questão da migração e segurança quando anexadas; capítulo da Economia que analisa as interacções entre os dois países com foco na fronteira. Através do acordo NAFTA e da economia paralela da droga e das armas ilegais; O capítulo da cultura e sociedade que se debruça sobre a cultura na *borderland* e *frontier* bem como as consequências da sua separação.

A metodologia utilizada para a concretização do trabalho divide-se em fontes primárias – discursos, dados estatísticos e comunicados – e fontes secundárias e visa identificar padrões e desfazer concepções contraditórias. As fontes primárias auto-confrontam-se num processo de verificação e porem-se com as fontes secundárias num sistema de freios e contra-pesos.

O objectivo é responder à pergunta de investigação de modo imparcial, conciso e ágil. Devido ao tempo e recursos, a presente dissertação limita-se, não obstante, não só responde à pergunta de investigação como paradoxalmente plantea mais questões.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“First there was nothing. Nothing but a frayed strip of cement over the white earth. Then she made out two mountains colliding in the back of beyond: like they'd come from who knows where and were headed to anyone's guess but had come together at that intense point in the nothingness and insisted on crashing noisily against each other, though the oblivious might think they simply stood there in silence.”

— Yuri Herrera, *Signs Preceding the End of the World*

Vivemos num mundo em que as fronteiras e consequentes migrações estão presentes no dia-a-dia de grande parte da população mundial, afectando biliões de pessoas – viagens, trabalho quotidiano (Wilson & Donnan, 2012). Tendo que a migração faz parte de 3.4% da população mundial e 80% desses fazem-no no mesmo continente (Coutinho, 2019). A multiplicação cada vez maior das fronteiras levou a que cada vez mais académicos e investigadores desenvolvessem interesse nestas questões. Quer seja com interesses estatais, regionais ou supra-nacionais (Wilson & Donnan, 2012), bem como o facto de as fronteiras estarem relacionadas com o cerne da organização social e psicológica do ser humano (Kolosov, 2015). Assim sendo, o estudo das fronteiras desenvolveu três conceitos-chave: *Borders*, *Frontiers* e *Borderlands*.

O presente trabalho adoptará a tradução fronteira para *Border*, uma vez que no léxico português não existe uma palavra específica para cada termo, interligando os três conceitos.

Estes conceitos, e respectiva investigação, proporcionam uma visão compreensiva sobre aspectos como a globalização, neo-liberalismo, neo-imperialismo, capitalismo contemporâneo e supranacionalismo (Wilson & Donnan, 2012, p. 1). Tendo em conta que o caso específico estudado é uma fronteira de cariz político (Smith, 1997) é importante ter em conta que a geo-política é fundamental na sua discussão. Na realidade, a questão geo-política está englobada dos *Border Studies* pós-modernistas (Kolosov, 2015), será esclarecido. A geo-política e o facto de a fronteira ser contruída e ser reconstruída é um dado sempre a ter em conta (Heyman, et al., 2018) na presente dissertação.

É importante diferenciar, em primeiro lugar, os conceitos *Frontier* e *Border*. Tal como refere Kristof (1959) *frontier* é um espaço natural e geográfico: “o físico (ou geograficamente não-

humano ou natural)¹” Por outro lado, *border* é uma construção política: “política, i.e, elemento moral e legal” (Kristof, 1959). Estes termos são “intransigíveis” tal como Kristof afirma, logo não podem ser descartados um do outro. Faz sentido que na presente dissertação se faça alusão a *border* – fronteira – uma vez que se abordará a sua natureza política bem como as consequências daí derivadas, ao passo que não faria sentido estudar a *frontier* uma vez que é um espaço geográfico isento de estados-nação, nada acarretará. Não descartando, evidentemente, o espaço físico, bem como a sua importância para a criação da *border*. *Borderlands*, são consequentemente, a *frontier* geográfica com a limitação política, i.e, o espaço geográfico politizado. Tudo indica que os *Border Studies* provar-se-ão cada vez mais importantes e atrairão cada vez mais académicos e politólogos (Wilson & Donnan, 2012) em especial com o fenómeno da globalização que colocou outros pontos de vista para as fronteiras (Kolosov, 2015).

É, deste modo, essencial um enquadramento teórico para se compreender a *Border Crisis*, uma vez que é algo que ocorre num (ou vários) estado-nação e não num espaço geográfico por si só. Tanto a nível académico como a nível político, as fronteiras tornam-se numa narrativa mestre e um símbolo hegemónico, sendo, portanto, difícil nos dias de hoje ignorar e evitar debates públicos e populares sobre as fronteiras (Wilson & Donnan, 2012). Os estudos da fronteira politicizada são uma peça-chave para a presente dissertação, uma vez que permitem criar um *framework* explicativo para o que se passa na fronteira EUA-México.

Os *Border Studies* são uma área relativamente recente (John, 2011) e considera-se e reconhece-se como importante devido às metamorfoses da política nacional e internacional que ocorrem nas *borderlands*, onde se imiscuem temas como economia, migração, comércio, contrabando e segurança (Wilson & Donnan, 2012). Apesar de os geógrafos terem sido os primeiros a estudar a questão das fronteiras – sendo as delimitações um dos principais problemas da geografia – este tema rapidamente saiu da sua esfera e tornou-se esfera não só da geografia como da ciência política, sociologia, antropologia, psicologia, etnologia, direito e economia (Kolosov, 2015). Torna-se, deste modo, num elemento de estudo cada vez mais fulcral por abordar e discutir conceitos como: estado, nação, soberania, cidadania, migração e globalização (Wilson & Donnan, 2012).

Pode então dividir-se a questão das fronteiras em duas áreas académicas: *Border Theory*, que é a interpretação metafórica das negociações da terra na área da fronteira para uma identidade pessoal e de grupo e os *Border Studies*, que são a *Border Theory* articulada com a geopolítica

¹ Todas as traduções são livres e da própria autora da presente dissertação.

internacional, *i.e.*, estudo das fronteiras políticas, poder, território e soberania (Wilson & Donnan, 2012).

A presente dissertação é delimitada, por questões práticas e temporais, a uma abordagem aos *Border Studies*, ao passo de *Border Theory*.

1.1 Os *Border Studies* no quadro das Teorias das Relações Internacionais

Actualmente, as fronteiras estão relacionadas com a organização societária e com a psicologia humana, sendo que este estudo evoluiu para um campo interdisciplinar paralelo à política, sociologia, geografia, economia (Sevastianov, et al., 2015) (Kolosov, 2015).

Enquanto alguns autores defendem que inicialmente, os *Border Studies* se debruçavam essencialmente na geopolítica, hoje-em-dia dá ênfase à sua componente histórica, tal como afirma Sevastianov, et al.(2015). Outros defendem que há duas abordagens possíveis, como a abordagem tradicional e a pós-modernista (Kolosov, 2015). A abordagem tradicional contempla a cartografia-histórica, a geografia política e funcionalismo; ao passo que a abordagem pós-modernista incluiria no debate as identidades – num nítido carácter antropológico –, o impacto da globalização, a segurança e representações (Kolosov, 2015). O presente trabalho usa como filtro uma abordagem pós-modernista, nunca descurando a sua abordagem tradicional.

A primeira geração de *Border Studies* começou precisamente por estudar a fronteira EUA-México num prisma básico e com enfoque apenas na fronteira e não no seu redor (Wilson & Donnan, 2012). Na abordagem tradicional, os EUA e o México teriam uma “fronteira geométrica” (Kolosov, 2015), uma vez que este filtro nega a possibilidade de fronteiras naturais, veja-se, que segundo Kolosov (2015), o termo “fronteira natural” era utilizado por questões ideológicas e de

conveniência económica, um estado mais forte costumava criar uma nova fronteira ao seu vizinho mais fraco, justificando a sua expansão territorial².

A história das fronteiras tem que ver essencialmente com os seus governantes e governos (Sevastianov, et al., 2015), tanto o é que durante a Administração Trump a questão da fronteira veio como um tema permanente nos seus discursos muito mais do que nas Administrações Obama, tal como aconteceu noutros momentos na História.

² Particularmente interessante quando se utiliza esta lupa para abordar o que se sucedeu na criação da fronteira EUA-México sob a forma de *Destino Manifesto*, como explorado adiante.

Segundo Wilson e Donnan (2012) desde há duas décadas que o paradigma das fronteiras mudou completamente. O fim da cortina de ferro na Europa; expansão da UE; crescimento dos novos e antigos etno-nacionalismo; a criação de vários novos estados e blocos regionais para rivalizar com a UE e os EUA; incremento de novas forças globais desde o neo-liberalismo económico ao New World Political Orders; o confronto de civilizações; novas dinâmicas entre os países desenvolvidos e os países emergentes bem como os hemisférios são consideradas os acontecimentos chave para essa mudança.

Todavia, o grande momento da história das fronteiras foi nomeadamente o do Império Romano em que as fronteiras marcavam a diferença entre a civilização e o bárbaro (Sevastianov, et al., 2015). Posteriormente, na Idade Média as *borderlands* eram ambíguas e determinavam-se fundamentalmente pela religião e consequente pela identidade. É no Renascimento que a noção de fronteira volta a mudar de paradigma. O poder dos governantes e dos governos e a riqueza associada faz com que se comecem a delinear fronteiras. De modo a criar a doutrina do nacionalismo tinham de criar a imagem do outro (Sevastianov, et al., 2015). Contudo, apenas durante A Paz de Vestefália (1648) a política contemporânea começa a surgir e com ela as modernas noções de fronteiras, soberania e território. A noção de Estado-Nação torna-se na principal ferramenta de divisão política do globo associando a sociedade ao conceito de nação (Sevastianov, et al., 2015).

Kolozov (2015), e de acordo com a abordagem tradicional, defende que a mudança de paradigma dá-se no pós-Grande Guerra com um estudo compreensivo com atenção à estabilidade das fronteiras, a sua relação com o regime político e a refutação das fronteiras naturais.

É neste contexto histórico que os *Border Studies* surgem. Primeiramente associados historicamente ao determinismo tradicional de Heder, Hegel, Darwin e Fichte (Sevastianov, et al., 2015). Tendo em conta este pressuposto, e implícita ou explicitamente o primeiro autor a debruçar-se sobre o tema – ainda que não num contexto contemporâneo dos *Border Studies* – foi Friedrich Ratzel³, considerado o pai da geopolítica que se revela fundamental para os *Border Studies*, muito baseado em Darwin desenvolveu os conceitos de: *Boden* (fronteira); *Staat* (estado); *Volk* (povo) e *Lebensraum* (espaço vital) (Sevastianov, et al., 2015), conceitos chave para a criação da Alemanha Nazi. O estado era um organismo vivo logo as suas fronteiras

expandem-se e contraem-se segundo as suas necessidades, ligação natural essa que Kolozov (2015) afirma que os *Border Studies* do século XX negam veementemente.

O segundo autor a tocar nestes pontos foi Frederick Jackson Turner⁴ que define a fronteira como um ponto que separa os selvagens e os civilizados numa tentativa de criar a identidade americana. Além do mais, acrescentou que a fronteira americana era algo especial e mudou o próprio carácter do país (Sevastianov, et al., 2015). Novamente, os *Border Studies* entendem e rejeitam essa teoria (Kolozov, 2015). Também Rudolf Kjellén⁵ defende que o estado é orgânico e vê as fronteiras como Realpolitik⁶. Do lado inglês Sir Halford Mackinder⁷ diz que as fronteiras estão dependentes do imperialismo, e Alfred Thayer Mahan⁸ é o primeiro a problematizar as fronteiras marítimas (Sevastianov, et al., 2015, p. 20). Todavia, não eram estudos de fronteira que interligassem as áreas da geografia, ciência política, sociologia, entre outras já citadas. Desligavam o espaço físico das pessoas numa abordagem histórico-geográfica mutável ao passo de anexar uma abordagem sociológica-antropológica algo perene e imutável.

Não obstante, a escola francesa mantinha alguns pontos do determinismo alemão, mas, juntava-lhe uma outra componente. Paul Vidal de la Blanche⁹ defendia que os estados eram livres de se expandirem – fronteiras dinâmicas – ao passo que Élisée Reclus Lefebvre¹⁰ diz que o espaço é um produto social (Sevastianov, et al., 2015). Até ao final da Segunda Guerra Mundial o determinismo vai pautar a história das fronteiras e o pensamento e produção académica sobre as mesmas. Após a guerra surgiram ideias Kantianas e apenas nos anos 1970 a geografia política consolidar-se-á (Sevastianov, et al., 2015). Uma nítida aproximação ao que se tornariam os *Border Studies*.

As fronteiras e as outras áreas só cruzam caminho nos anos 1970 e 1980 devido ao fim da Guerra Fria, mas, também à percepção da globalização. O conceito de *Border Studies* altera-se e nasce a disciplina, em vez de se pensar numa linha, passa-se a ver um espaço de influências e a sua construção, as fronteiras são vistas, agora como algo relativo e não como um dado adquirido

⁴ 1861-1932

⁵ 1869-1922

⁶ Política com tendência pragmática em vez de idealista.

⁷ 1861-1947

⁸ 1840-1914

⁹ 1845-1918

¹⁰ 1901-1991

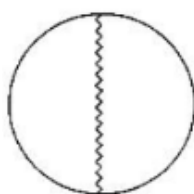
(Sevastianov, et al., 2015) tendo um cluster de pensamento nos EUA e no Reino Unido (Kolosov, 2015).

Com isto, o século XXI apresentou novos desafios quer para as fronteiras quer para a sua área de influência transformando a cultura, política, sociedade, economia em vários níveis de complexidade (Wilson & Donnan, 2012). É neste contexto que para muitos eclode popularmente, nos anos 1990, os *Border Studies* (Wilson & Donnan, 2012, p. 4) lidando futuramente com os dilemas do 11 de Setembro e da Guerra ao Terror, segurança, ambiente e economia, ainda que Kolosov (2015) defenda que os anos 1990 tinham sido explosivos porque foram quando ocorreu a interdisciplinidade dos *Border Studies*, muito mais do que popularidade.

A escola tradicional põe em cima da mesa temas como as “phantom borders”¹¹, fronteiras que as sociedades criam dentro dos seus países e as fronteiras como função de barreira, contacto e filtro (Kolosov, 2015). É neste contexto teórico que Martinez (1994) define quatro tipos ou momentos de fronteira:

- *Alienated Border Regions*: a fronteira é um espaço de tensão e conflito entre estados. Não é, portanto, permeável. O nacionalismo como ideologia predomina. O autor ainda acrescenta: “*Borderlands* que passaram por esta etapa no passado (...) a fronteira EUA-México por duas gerações depois da rebelião no Texas nos anos de 1830.”

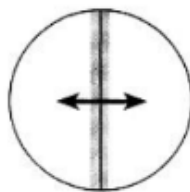
Figura 1 - Primeiro momento: Alienated Border Regions. Fonte: Figura do autor Martinez (1994)



¹¹ Alusão ao termo médico “phantom limbs” no qual o paciente sente dor num membro amputado que não existe (Kolosov, 2015).

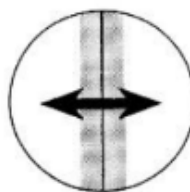
- *Coexistent Border Regions*: O conflito permanente desaparece, mas, barreiras psicológicas continuam a existir. Segundo Martinez (1994): “Outra explicação para esta condição de borderlands (...) é a simples necessidade de vizinhos antagonistas(...) A suspeita e desconfiança apenas podem ser ultrapassadas com o tempo. Eventualmente, a eliminação dos conflitos permite (...) estabilizar a fronteira, permitindo as borderlands interagir com os seus parceiros do outro lado da divisão dentro do parâmetro formal. (...)” (Martinez, 1994)

Figura 2 - Segundo momento: Coexistent Border Regions. Fonte: Figura do autor Martinez (1994)



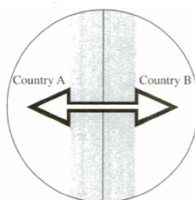
- *Interdependent Border Regions* – As nações em causa são interdependentes. Têm relações mútuas e o movimento de pessoas e capital tem primazia. A economia das nações está entrelaçada. As relações internacionais das nações em questão são positivas e em crescimento. Martinez (1994) acrescenta: “As *borderlands* EUA-México são um bom exemplo de uma forte interdependência assimétrica.”

Figura 3 - Terceiro momento: Interdependent Border Regions. Fonte: Figura do autor Martinez (1994)



- *Integrated Border Regions*: Há livre circulação de bens e pessoas. A estabilidade domina e os níveis de vida de ambos. O nacionalismo é eliminado e a paz é o cerne, consequentemente voluntariamente os estados renunciam a parte da soberania de cada um. Actualmente, a UE (Comunidade Europeia, aquando escreve Martinez) é símbolo dessa dinâmica.

Figura 4 - Quarto momento: Integrated Border Regions. Fonte: Figura do autor Martinez (1994)



Estes momentos podem ir ao encontro do que Kolosov (2015) define como estudos de fronteira como filtro e contacto: veja-se que deles resultam uma abordagem política que varia entre o paradigma realista – a fronteira é uma linha que traz soberania e define segurança nacional – e o paradigma liberal, que facilita as interações entre países.

Essas abordagens à fronteira são nítidas na adequação do termo *Border Crisis* ao paradigma realista, uma vez que a fronteira se relacionará intrinsecamente com a segurança de um estado, como se verá. Para além destes paradigmas há ainda o paradigma global (Kolosov, 2015) no qual a fronteira é virtual, um pouco como o último estágio proposto por Immanuel Kant para alcançar a *Paz Perpétua*, no livro homónimo.

As abordagens pós-modernistas irão, então, pegar na teoria clássica e juntar-lhe-ão a questão das identidades, globalização, segurança e representações (Kolosov, 2015) como se verá de seguida.

1.1.1 A questão americana nos Border Studies

“We’re the unknown Americans, the ones no one even wants to know, because they’ve been told they’re supposed to be scared of us and because maybe if they did take the time to get to know us, they might realize that we’re not that bad, maybe even that we’re a lot like them. And who would they hate then?” — Cristina Henriquez, *The Book of Unknown Americans*

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990 dá-se o primeiro debate dos *Border Studies* nos EUA e chega-se à conclusão que a fronteira é culturalmente híbrida ao passo de polarizada identitariamente (Heyman, 2012). Na abordagem pós-modernista que liga a identidade à

fronteira, defendendo que a globalização fez com que os estados tenham perdido a sua função de barreira (Kolosov, 2015). A cultura de fronteira conta com uma formação cultural anti-Estado ou não-estado na área fronteira. Sendo que, no estudo de caso, não se vêem como mexicanos nem como americanos (Heyman, 2012). Na verdade, a fronteira EUA-México permitiu e forjou a inter-disciplinidade nos *Border Studies* (Dupeyren, 2015).

A identidade e formação dos estados mexicano e americano deu-se pela construção histórica, a guerra EUA-México e as suas dinâmicas regionais (Heyman, 2012) sendo ela, consequentemente, uma fronteira geográfica (Kolosov, 2015). O que torna a fronteira EUA-México numa formação profunda, não-arbitrária e artificial, *i.e.*, as *borderlands* (terras fronteiriças) são um território de colisão entre duas gigantes formações sócio-culturais (Heyman, 2012). A fronteira entre os dois países provou-se – através da sua associação com a segurança – numa construção “pouco inteligente” que opõe os países culturalmente e socialmente (Dupeyren, 2015). Na verdade, nenhum país actual pode ignorar os seus vizinhos, sendo que a fronteira é determinada pela “lealdade dos cidadãos ao seu país em ambos os lados da fronteira”, se não há estabilidade política, não há estabilidade nas fronteiras (Kolosov, 2015).

No caso EUA-México, os dois estados crescem, então, em vias diferentes até aos dias-de-hoje. Deste modo ocorreram três processos, segundo Heyman (2012) que exemplificam isso mesmo:

1. Desenvolvimento: O nível de progresso entre os EUA e o México tem e teve ritmos diferentes, mas, também no próprio México de então, veja-se que o Norte do México que abrangia a Alta Califórnia era extremamente rico. (Heyman, 2012)
2. Sistema legal dos EUA: Um sistema baseado no expropriar de terras, água, recursos. Do lado mexicano havia outra visão (Heyman, 2012). Acrescentar-se-ia também o escravagismo então em voga nos EUA que provocou descatos no actual Texas e levou a uma antagonia mexicana perante a situação.
3. A cultura capitalista: O capitalismo vs. o corporativismo. O corporativismo mexicano teve efeitos culturais e sociais que moldaram as relações de ambos (1920-2000) (Heyman, 2012, p. 53).

Apesar disso, e até sensivelmente 1917, os mexicanos continuavam a ultrapassar a fronteira sem inspecções, só quando se dá a Grande Depressão e a partir dos anos 1940 que começam a ser vistos como verdadeiros *outsiders* e as diferenças entre ambos tornadas claras e definidas, algo estudado pelas abordagens pós-modernistas. Além do mais, do lado mexicano a identidade nacional começa a ser construída e a criar-se nas instituições como a escola (Heyman, 2012), tornando e fazendo crescer um sentimento anti-americano (Hannon, 2002).

De acordo com Kolosov (2015) a abordagem pós-modernista prevê um enfraquecimento da identidade nacional que consequentemente acarreta uma resposta estatal. Essa resposta prevê um desejo de parar o contacto com o “outro” seja através de muros – curioso quando aplicado à dissertação em questão – que paradoxalmente agravam os conflitos numa tentativa de reagir com segurança e separação territorial, criando:

“Isolação cria ignorância, uma falta de conhecimento conduz ao medo e desconfiança, e a percepção de que o vizinho é o mais forte obstáculo para uma reconciliação e alguma solução real para o problema.” (Kolosov, 2015)

O que Kolosov (2015) refere, demonstra os possíveis problemas que advêm da separação, tais como as respostas nacionalistas e os sentimentos anti-“outro”. Em relação ao México, este mantém projectos políticos relacionados com a nação desde o século XIX, bem como uma atitude mais centralista do que propriamente virada para a fronteira (Dupeyren, 2015), que provam a atitude dual para com os EUA (Heyman, 2012). Por um lado, e ainda segundo Heyman (2012), os EUA são vistos como absorventes e dominantes e por outro admirados, isto demonstra como a educação e a formação de uma identidade nacional do outro consegue ser contornada. Uma vez que o problema que se põe na presente dissertação é a crise na fronteira, crise essa gerada por emigrantes mexicanos (e não só). Ora se as imagens nacionalistas fossem suficientes não haveria motivo para ir ter com o outro, mas, a admiração e o contexto económico bem como o *american dream* e as temáticas americanas parecem influenciar o imaginário dos migrantes.

Os empréstimos culturais como a criação da língua *spanglish* (Heyman, 2012) prova isso mesmo, os EUA podem ser vistos ao mesmo tempo como um modelo e um estranho. A escola tem um papel essencial na criação da identidade nacional e percepção do outro (Smith, 1997) quer no México quer nos próprios EUA, a escola e a identidade nacional são um processo complexo que interage com outros factores contextuais tais como núcleos familiares e grupos de amigos (Heyman, 2012). Há, todavia, uma situação pouco estudada (Heyman, 2012) que é a das crianças que são educadas numa cultura bi-nacional. Este estudo poderia trazer algumas respostas aos *Border Studies*, nomeadamente em áreas como o nacionalismo e globalismo.

1.2 Migrações, globalização e segurança

Apesar de os *Border Studies* ganharem cada vez mais dimensão, não respondem totalmente – e ainda – a todos os problemas que a fronteira impõe. Talvez uma das maiores ligações na actualidade e durante a Administração Trump seja o recurso à associação fronteira-migrantes-(in)segurança.

Veja-se o primeiro comunicado de Donald Trump desde a Sala Oval no dia 9 de Janeiro de 2019:

(...) Todos os dias, a patrulha de alfândega e de fronteira encontra milhares de imigrantes ilegais que tentam entrar no nosso país. Não temos espaço para ficar com eles e não temos maneira de imediatamente os devolver ao país deles. (...)

A nossa fronteira sul é um gasoduto para vastas quantidades de drogas ilegais incluindo metanfetamina, heroína, cocaína e fentanil. Todas as semanas, 300 dos nossos cidadãos são mortos somente com heroína, 90% da qual vem da fronteira sul numa torrente. Mais americanos morrerão de drogas este ano do que aqueles que foram mortos em toda a Guerra do Vietname. (...)

Nos últimos dois anos, os agentes da ICE fizeram 266,000 detimentos de estrangeiros com registo criminal, incluindo aqueles acusados ou sentenciados de 100,000 ataques, 30,000 crimes sexuais e 4,000 mortes violentas. Com o passar dos anos, milhares de americanos foram brutalmente assassinados por aqueles que entraram ilegalmente no nosso país e mais milhares de vidas serão perdidas se não agirmos agora mesmo.

Esta é uma crise humanitária – uma crise do coração e uma crise da alma.

No mês passado, 20,000 crianças migrantes foram ilegalmente trazidas para os EUA – um aumento dramático. Estas crianças são usadas como peões humanos por coyotes cruéis e gangues impiedosos. Uma em três mulheres é atacada sexualmente na perigosa caminhada pelo México. As mulheres e crianças são de longe as maiores vítimas do nosso sistema estragado.

Esta é a realidade trágica da imigração ilegal na nossa fronteira sul. Este é o ciclo de sofrimento humano que eu estou determinado a dar um fim. (...)

Fica claro na posição presidencial que há um forte elo de ligação entre a migração e segurança e que a fronteira é um gasoduto desses mesmo problemas, que se correlacionam entre: droga,

violência e crimes sexuais. Há, portanto, uma correlação ameaça-risco que se pode provar ou não errónea.

Até sensivelmente aos anos 70 – década que parece ser fundamental para a mudança de paradigma da fronteira, e quando os *Border Studies* eclodem – as migrações eram vistas com poucas suspeitas e estavam – estão – interligadas com conceitos como liberdade (ampliar, reduzir ou eliminar) (Marques, 2016). Desde 1994 que as Nações Unidas as consideram fundamentais para o desenvolvimento (Marques, 2016), não obstante o discurso que as alia à insegurança parece dominar a retórica, ao passo que nos EUA se tomam medidas anti-imigração (Dupeyren, 2015), sendo uma das décadas mais emblemáticas neste elo.

Margarida Marques (2016) considera, então, que há 2 tipos de migrações: as que despertam interesse, *i.e.*, pessoas com altas qualificações (com início no século XXI) e as que provocam tensões: as dos refugiados e pouco qualificados. Defende ainda que a origem, espaço de trânsito e destino não são, no entanto, interesses *obrigatoriamente convergentes*. Sendo, deste modo, a actualidade a alvorada das migrações com 214 milhões de migrantes internacionais que torna este assunto em algo incompreensível e enredado noutras áreas. De facto, a migração é um fenómeno global com 3.4% da população mundial sendo migrante (Coutinho, 2019), todavia num universo de 100% não parece ser propriamente relevante ou impactante.

Os fluxos migratórios que se processam não são aleatórios tendo uma *textura particular tributária dos tempos longos e das estruturas desiguais inscritas na escala global* (Marques, 2016) com 80% das viagens sendo inter-regionais (Coutinho, 2019), como é o caso EUA-México. As migrações actuais traçam-se na Era dos impérios e colónias especialmente ao nível regional (Marques, 2016), ora isto é verificável no caso americano, tal como anteriormente explicitado. A zona fronteiriça – *frontier* – era um espaço de comércio, o qual não conhecia fronteiras. Espaço esse que quando a linha foi traçada não sumiu, antes pelo contrário, tornou a fronteira um espaço de cada vez mais interacções (Heyman, et al., 2018). Quando se tenta colocar um tampão neste processo, as migrações transbordam ou tornam-se evidentes e por vezes estranhas. A criação do “outro” é uma consequência da perda de identidade, que os *Border Studies* começaram a debater (Kolosov, 2015).

Segundo Marques (2016), este novo sistema é inaugurado aquando a industrialização, por consequente, um sistema no qual os EUA e o México nasceram e floresceram. Todavia, e após a crise de 1973, os países industrializados fecham as portas à migração (Marques, 2016) numa política anacrónica de imigração zero que não efectivava que os EUA e o México exploraram.

Este interesse pelas migrações nasce, sobretudo, com o aparecimento de instituições que fundamentam a indústria das migrações e lhe dão um reconhecimento do seu carácter global (Marques, 2016), segundo Adamson (2006) o *problema* da migração ocorre em especial no pós 11 de Setembro quando aliada ao terrorismo. Quando anexamos o estatuto migratório a coisas particulares não é possível ver a importância do primeiro (Marques, 2016).

Ora, este parece ser o caso americano no que toca à *Border Crisis*, uma vez que associa o estatuto migratório à retórica securitária inflamando a situação numa espiral político-social incontrollável. Há uma lacuna no entendimento das migrações do século XXI (Marques, 2016), lacuna essa que a presente dissertação pretende colmatar um pouco dando uma causa para a *Border Crisis* e o seu impacto numa perspectiva pós-modernista e tradicionalista não descurando o estudo das migrações. Veja-se que há uma conotação negativa com a migração, atente-se ao discurso de Trump, de tal maneira que se vê necessidade de lhe pôr um travão, seja se que maneira for, com leis ou com um muro.

Não obstante, a maioria dos muros está em fronteiras pacíficas tal como os EUA-México (Kolosov, 2015), colocando o estudo da cultura, segurança e fronteiras num patamar a explorar (e já explorado) pelos *Border Studies*. As fronteiras, para os pós-modernistas são representações sociais, produto dos seus habitantes, História e geografia (Kolosov, 2015) , logo a fronteira americana é fruto dessas interações, que serão exploradas do capítulo 2. *Origem*.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

2.1 Um colidir de impérios na América do Norte

Figura 5 – Fronteira actual EUA-México

U.S.-Mexico Border Region – Región Fronteriza México-Estados Unidos



Fonte: earthworkstrust.com

“– Diga a Santa Anna para ir para o Inferno!” – ordenou o General Taylor após receber uma carta do ditador mexicano Santa Anna para os EUA se renderem num dos mais impactantes conflitos na América do Norte. É no contexto da Guerra Americana-Mexicana que os EUA acabam por definir, após assinatura do Tratado Guadalupe Hidalgo em 1848 com o México, a sua fronteira sul e tornar-se na maior potência geo-política da América do Norte (Howe, 2007).

Durante o século XIX, os EUA anexam 55 % do território mexicano (Keller, 2016): a Califórnia (anterior Alta Califórnia), Arizona, Novo México e o Texas definitivamente – bem como porções de outros estados actuais americanos, desmoronando e desequilibrando potências. A América do Norte era casa de três grandes impérios (Howe, 2007): O império americano, o império mexicano e o império britânico. A contracção e expansão de fronteiras permitia mudar de geo-

poder político facilmente; era, portanto, fundamental conseguir o maior território possível. Os EUA fizeram-no sob a égide do conceito *Destino Manifesto*, uma força divina que impelia os EUA a libertarem o mundo justificando o imperialismo e expansionismo (Howe, 2007). Na perspectiva mexicana, esse destino não era tão bem visto.

A animosidade e a relação conturbada entre estes dois estados foi traçada durante os últimos quartéis do século XIX, em dois momentos fundamentais (três, na perspectiva mexicana): A anexação da República do Texas e a Guerra Americano-Mexicana (para o México, acrescentar-se-ia a tomada de poder de Santa Anna), há autores como Keller (2016) que consideram a Guerra Americano-Mexicana como o “pecado original” desta relação. Contudo, acredita-se que esse pecado original possa ter sido uns anos antes com a anexação do Texas aos EUA.

No início do século, o México negociava, ainda, a sua independência com Espanha ao mesmo tempo que possuía a maior metrópole da América do Norte – Cidade do México – com tanta população como Nova Iorque e Filadélfia juntas (Howe, 2007) a vida urbana e característica da Revolução Industrial ecoava pelas ruas da capital contrastando com muitas cidades americanas. Todavia, o México enfrentava um dos maiores problemas que um Império pode enfrentar – e que levou à queda de muitos – os territórios mais longe da capital sentiam-se afastados, com pouca comunicação e fora do controlo da capital (Howe, 2007). James Polk – presidente americano à data da anexação e Guerra Americano-Mexicana – acreditava que os territórios mexicanos mais afastados da capital caíram numa questão de tempo e que não haveria necessidade de os EUA se apressarem na tomada de poder (Merry, 2009).

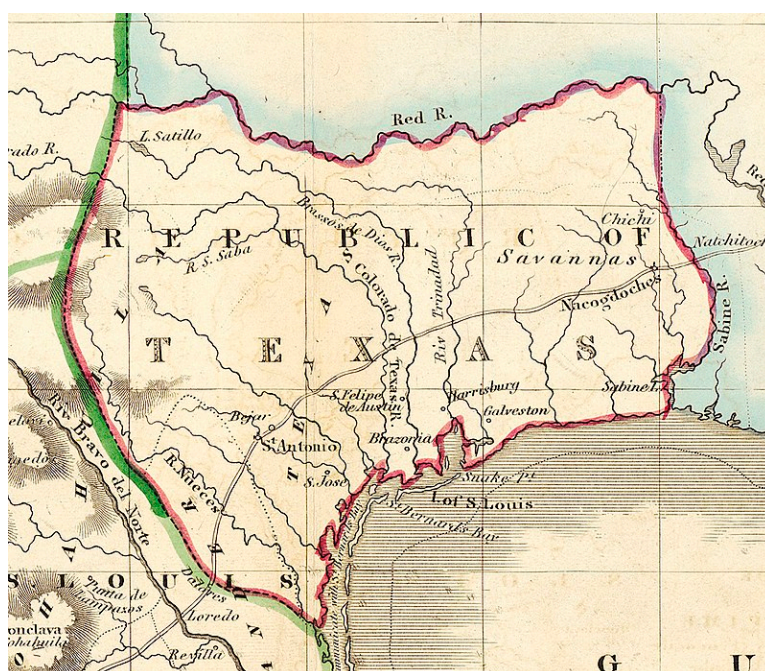
Geograficamente, as *borderlands* eram terrenos áridos com uma elevada amplitude térmica (John, 2011), contudo, ricos e cheios de dinâmicas económicas, culturais e regionais. A Califórnia – conhecida pela *Golden Rush* – foi disputada por várias potências tais como o Império Russo, o Império Britânico e os próprios EUA (Howe, 2007). O *timing* era chave para os EUA, que detinham influência no Texas e Califórnia, absorverem estes dois territórios.

A compra do Louisiana a França em 1803 – tenha-se em conta que o Louisiana comprado ia do actual Montana e Dakota do Norte ao actual Louisiana – criou um efeito dominó sobre o território americano. De facto, o que impulsionou as desinquietações com o México foi a compra do Louisiana na qual não estavam bem explícitas as fronteiras sul¹², especialmente a que seria no Texas espanhol à data. Os EUA acreditavam – diga-se que convenientemente – que ia para lá

¹² Veja-se que a fronteira norte foi rapidamente decidida após fracassos americanos de invasão. A fronteira com o Canadá mantém-se desde 1812, na segunda tentativa que os EUA tentaram invadir o Canadá e falha, deixando-a permanente como Tratado de Ghent, *i.e.*, já em 1815 a fronteira com o Canadá não é *middle ground* (Howe, 2007).

do Rio Grande, já Espanha e posteriormente o México advogava que aquele era o seu território e que não poderia ser vendido por terceiros (Merry, 2009). Espanha toma a decisão em conjunto com os EUA e deixar uma faixa do Texas como território neutral por uma década e o México observava com receio esta decisão (Merry, 2009). Esta picardia entre o que era realmente EUA e, o agora (1821), México contaminou as relações entre ambos. O Texas era em especial um território rico, com uma *marchland* onde os espanhóis, franceses, britânicos e americanos faziam trocas comerciais e acordos (Howe, 2007). O México via a presença americana como uma ameaça iminente e os americanos viam os anti-esclavagistas britânicos como uma fonte contaminadora do mercado de escravos no sul dos EUA (Merry, 2009), as forças chocavam com os EUA a querer controlo ideológico e o México a reclamar o seu território. Deste modo o governo mexicano em 1829 legisla a proibição de imigração americana no Texas de modo a que tenha força mexicana superior a americana (Merry, 2009) (Howe, 2007).

Figura 6 – Detalhe de mapa que demonstra a República do Texas por William Home Lizars, 1836.



Fonte: Domínio público.

No meio destas duas forças antagónicas surge uma terceira força – ainda que desastrosa política e economicamente (Merry, 2009) – a República do Texas. Após o General Antonio López de

Santa Anna ter derrotado Espanha e se tornar num símbolo nacional (Howe, 2007) chega à presidência em 1833 quando abandona o federalismo e liberalismo (Merry, 2009) e se converte num ditador repudiando a constituição em 1834. O Texas vê o que se passa na longínqua capital com algum receio, em especial com receio de o impacto económico que isso poderia ter com os seus parceiros anglos (Howe, 2007). Deste modo o Texas – aproveitando o momento político atípico – declara a sua independência (1836), apesar dos esforços de Santa Anna em controlar o Texas e o constante aviso dos generais mexicanos (Merry, 2009). As batalhas que se seguiriam mudariam e gravariam uma dificuldade cultural nos habitantes das *borderlands* tal como afirma Merry (2009).

Figura 7 – A Queda de Alamo por Robert Jenkins Onderdonk.



Fonte: Domínio público.

Das três batalhas famosas – Alamo, Goliad, San Jacinto – Alamo tornou-se na *vendetta* mais impactante para os texanos. Quando em 1836, Santa Anna volta com reforços e dá-se a sangrenta *Batalha de Alamo* na qual uma das maiores celebridades da fronteira terá morrido, Davy Crockett¹³, conjuntamente com quase todos os rebeldes que o exército mexicano fez questão de dizimar (Howe, 2007). Durante o cerco a Alamo, David Burner torna-se o primeiro presidente da República do Texas e o hispânico Lorenzo de Závola, seu vice-presidente (Howe, 2007). Veja-se que a *Batalha de Alamo* mudou o paradigma semi-pacifista e fez com que os

¹³ Político americano que defendeu os direitos dos índios contra Jackson e os direitos dos texanos contra Santa Anna.

texanos ganhassem um perigoso sentimento de vingança, o que faria com que a questão do Texas passasse de algo económico e constitucional a uma *revanche* pessoal.

Os estados do sul dos EUA vêm tudo isto com medo, em especial da possível aliança do Texas aos britânicos anti-esclavagistas (Merry, 2009) e a anexação do Texas surge cada vez mais no debate político americano. Isto fez com que os texanos não se sentissem pessoalmente nem mexicanos, nem americanos, nem britânicos, mas, sim um conjunto da consequência dos actos políticos que se passavam na região.

É, também, neste período os anglos começam a ver os *mestizos* com desconfiança, *i.e.*, os mexicanos tinham atacado Alamo, matado texanos, declarado guerra, poderão os mexicanos texanos ser de confiança? É possível traçar-se aqui o primeiro momento em que os latinos começam a ser vistos como *o outro*, isto devido essencialmente ao medo das tropas de Santa Anna e a ferida de Alamo.

De facto, a história do expansionismo americana é bizarra como defende Merry (2009), por um lado há um apoio ao México por ter saído do domínio espanhol – sendo os EUA os primeiros a reconhecê-lo como país independente (Merry, 2009) – e uma tentativa de manter boas relações com o país vizinho, por outro lado há uma forte ambição expansionista com carácter imperialista seguindo o destino manifesto. Esta missão divina incumbida aos americanos é algo a cumprir, deste modo os empresários rejubilam e vêem neste conceito uma imperdível oportunidade económica, ao passo que os nativos americanos e mexicanos dizem ser uma expansão da escravatura (Howe, 2007). O Texas parecia condenado a voltar a mão mexicana até que Santa Anna comete um erro táctico e o Texas ganha vantagem.

“– Lembrem-se de Alamo!” – gritavam as tropas quando esmagavam a última tentativa de Santa Anna em apagar a revolução. Durante este conflito na América do Norte, os EUA desembarcam no Texas a fim de o apoiar com o sonho californiano em vista (Merry, 2009). Veja-se que este apoio tem dualidades e nuances políticas complexas uma vez que o México seria uma prioridade em manter boas relações por parte dos EUA, discurso que se manteve durante toda a Administração do presidente Jackson. Neste contexto, Santa Anna recua e é assinado o Acordo de Velasco a reconhecer a independência do Texas, contudo o Congresso Mexicano recusa-se a aprová-lo, e a guerra continua efectivamente sendo que o México toma San António em 1842 e a capital da República do Texas é transferida para Austin (Howe, 2007).

Os EUA dirigem-se ao México com a proposta de comprar o Texas por 3.5 milhões de dólares ao mesmo tempo que o presidente Jackson jura a sua neutralidade ao Texas (Merry, 2009) (Howe, 2007). Os expansionistas americanos viam a República do Texas como uma excelente nova

aposta para integrar os EUA (Merry, 2009) e apesar da reticência de Jackson em anexar o Texas com medo que culminasse numa guerra com o México, assim que Polk se torna presidente – e apesar de o Texas não estar nas suas prioridades de expansão (Merry, 2009), ao passo da Califórnia – a anexação não tarda. Em 1844 é assinado o tratado de anexação aos EUA sendo o Texas agora possível de elevar à categoria de estado, no mesmo tratado as fronteiras não foram especificadas e ficou a ser resolvido mais tarde com o México (Howe, 2007). O que acaba por se tornar num contra-senso, uma vez que o México nunca se envolveu – até porque acreditava que o Texas fazia parte dele mesmo – na anexação¹⁴. Como seria de calcular, o governo mexicano não viu com bons olhos a tomada de posição – e diga-se de território – por parte dos EUA. Merry (2009) conta que os EUA alegaram que a anexação do Texas não foi com um espírito hostil e que o México é que deveria optar por uma guerra ou não. O primeiro rastilho foi acendido em Abril de 1846 quando os americanos alvejaram um imigrante desertor que nadava no Rio Grande, do lado mexicano (Howe, 2007) e, acrescentar-se-ia quando dois oficiais americanos foram mortos pelo que supõe terem sido mexicanos (Merry, 2009) .

Estalaria uma das guerras mais violentas que os EUA iriam travar (Howe, 2007). Uma guerra que viria a acentuar as diferenças de atitudes, governo e religião, sendo que a reconciliação após esta guerra seria sempre difícil (Merry, 2009).

¹⁴ O governo texano via a anexação como um escudo militar contra as invasões sucessivas mexicanas, mas, também como um possível empurrão económico à nova república que na década de independência entrou em estado de recessão; deste modo os EUA iriam também anexar a dívida. Por outro lado, queriam ser independentes e surgiram rumores que se poderiam aliar aos ingleses – o que alarmou os EUA. Esta poderá ter sido uma tática, também, texana para apressar a situação e proteger o Texas. Todavia, o argumento oficial americano seria o proteger a escravatura da interferência britânica (Howe, 2007, pp. 671-680).

Figura 8 – A Guerra Mexicano-Americana



Fonte: Osprey Publishing, part of Bloomsbury Publishing

A expressão “destino manifesto” torna-se, por esta altura, popular em revistas americanas e entre o público e a anexação do Texas é vista como um cumprimento deste destino divino.

A expressão que viria a marcar a América nos próximos tempos, torna-se popular ao capturar o imaginário americano, e justificando o imperialismo e expansionismo. É quando a doutrina do destino manifesto está em voga que as dinâmicas populacionais alteram, os EUA têm agora uma população superior ao México (que não recebia população europeia e expulsa a espanhola) (Howe, 2007), também as dinâmicas económicas se alteram neste momento empurrando cada mais para a sua esfera. Os índios começam a tomar conta dos territórios que o México não tem mão, o que encoraja os imperialistas americanos a avançar.

Figura 9 - Antonio López de Santa Anna, século XIX, óleo sobre tela



Fonte: Dominio público.

O México encontrava-se outra vez sob a influência de Santa Anna que teria vencido Napoleão e agora – ainda que com menos uma perna – tinha apoio socio-político (Merry, 2009), diga-se que o seu ego também estaria inflacionado ao acreditar que uma guerra com os EUA seria uma boa opção económica e política. A conjuntura na qual estalara a guerra EUA-México fora essa, um México parcamente armado – e com os seus territórios como a Alta Califórnia e o Novo México presos por um fio ao mesmo tempo que o governo mexicano estava à beira da banca rota (Howe, 2007). As dívidas eram de tal modo que o México pagava aos EUA e Grã-Bretanha com território (Merry, 2009). Daí a verdadeira – pelo menos oficial – prioridade de Polk ser a compra da Califórnia, como refere Merry (2009). A questão do Texas surgiu inesperadamente na política americana, e seria uma oportunidade para anexar um território potencialmente rico.

Por outro lado, os EUA também se equivocaram ao estimar que a guerra seria barata e fácil, o que demonstrou pouco conhecimento da geografia do México e que levou os EUA a querer acabar mais a guerra que começaram; apesar de estarem a ganhar o México recusava-se a negociar (Howe, 2007).

Merry (2009) diz que daqui se obtém dois resultados interessantes a reflectir: a incrível resiliência de Santa Anna e a disfuncionalidade do governo mexicano. Esta última particularmente interessante para a presente dissertação. A pouca comunicação e entendimento da capital mexicana para com os territórios mais afastados a norte prova ser ideal para pôr em prática a expansão americana e fazer com que os EUA se tornassem no país geográfico que é hoje-em-dia, criando deste modo a sua fronteira sul.

Santa Anna afirma que talvez faça um acordo com os EUA por 1 milhão de dólares e o Congresso Mexicano proíbe que se faça a paz não autorizada e torna-a em traição. Por fim em Agosto de 1847 os EUA atacam a cidade do México e oferecem-se para negociar; em Setembro Santa Anna demite-se da presidência (Howe, 2007), para em 1848 ser assinado o famoso tratado de Guadalupe Hidalgo no qual o México perde grande parte do seu território para os EUA e o Rio Grande fica definido como fronteira.

Quem começou a guerra é discutida de ambos os lados, por um lado acredita-se que Polk tenha incendiado a situação ao anexar o Texas e por outro o carácter efusivo de Santa Anna tenha contribuído para o desentendimento. Na verdade, o Texas custou caro ao México que teve de pagar aos EUA não só com o Texas, mas também com os actuais estados da Califórnia, Nevada, Utah, parte do Colorado, Wyoming, Novo México e Arizona. Em 1854, o México vendeu o que restava do Arizona e Novo México no *Gadsden Purchase* – ou como ficou conhecido no México, *Venta de La Mesilla*.

“– Pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos!” – concluiu Porfírio Diaz, presidente dos Estados Unidos Mexicanos entre 1884 e 1911.

2.2 O conturbado século XX e XXI

Segundo Heyman (2012) para se perceber a cultura fronteiriça são necessárias saber as três heranças históricas:

1. A linhagem cultural dos descendentes da pré-fronteira do Norte do México;
2. O pós 1880 e a hibridização das culturas existentes;
3. Influência dos EUA na cultura mexicana, domínio interno sobre a classe de migrantes trabalhadora (consequência- nacionalismo mexicano como solução ao imperialismo americano);

As relações entre os EUA e o México historicamente foram difíceis com os dois países a respeitarem-se mutuamente raramente, tendo uma relação tensa e pouco cooperativa (Keller,

2016) (Hannon, 2002). No século XIX prenderam-se pelo facto de os EUA terem absorvido 50% do território mexicano – e também o território mais desenvolvido (Howe, 2007) – já no século XX debatem-se através das intervenções militares e económicas (Hannon, 2002) para culminar no século XXI com a guerra à droga (Keller, 2016) e acrescentar-se-ia também a imigração ou a percepção da migração como um problema securitário.

“A actual fronteira entre o México e os Estados Unidos é precisamente posicionada estabelecida como um produto da imaginação humana e traduzida por tratados e acordos entre duas nações.” (Sánchez, 2016)

A fronteira sudoeste dos Estados Unidos da América, é um produto artificial e complexo da fundação do Estado-Nação americano e mexicano. O lado Oeste da fronteira, que compreende o estado do Texas, Novo México, Arizona e Califórnia, não atendeu a quem habitava essa área separando artificialmente comunidades, dinâmicas económicas e sociais.

Pelo que se seguiu, nos anos vindouros, a criação de símbolos ao longo da fronteira, tais como monumentos ou vedações (St. John, 2011, p.2), símbolos esses que são elementos essenciais para a construção de uma identidade nacional que dobram todas as identidades múltiplas numa só. Este conceito está patente, uma vez que os EUA são um Estado-Nação de modelo cívico de nação, *i.e.*, uma concepção essencialmente baseada na nação como um espaço físico com território bem delimitado (Smith, 1997). A “terra histórica” (Smith, 1997) é, pois, um elemento indispensável para a criação do Estado-Nação americano. Deste modo as relações entre os dois países são tendencialmente antagónicas e unilaterais culminando nos grandes desafios conjuntos que são: a economia, imigração e a violência relacionada com a droga (Keller, 2016) que os interligam (Hannon, 2002). A procura pelo território americano acabou com uma guerra que trouxe uma ferida entre as relações internacionais de ambos os países e pôs em cima da mesa questões pertinentes sobre como lidar com quem tinha ficado nos ora EUA.

Os EUA albergavam agora cerca de 100 mil *hispanohablantes* que viviam num limbo cultural e político pelo que os EUA e o México propuseram-lhes três alternativas de modo a amenizar o desequilíbrio, segundo Keller (2016):

1. Voltar para o México e manter a cidadania
2. Permanecer nos EUA com cidadania mexicana
3. Ficar nos EUA e pedir a cidadania americana

A maior parte dos mexicanos preferiu permanecer na sua terra, agora EUA., tornando-se numa minoria étnica discriminada e com os seus direitos civis diminuídos num país que territorialmente era seu e politicamente era americano. Outros milhares mudaram-se para a área fronteiriça, o mais a norte possível do México (Keller, 2016). Este rescaldo, para além da questão populacional e territorial mergulhou o México numa montanha-russa de humilhação e ressentimento (Hannon, 2002). De modo a equilibrar as potências, o governo mexicano reage tentando reforçar a fronteira norte e criando medidas para trazer os ora imigrantes de volta ao México (Keller, 2016) no que parece ser um primeiro momento que liga o conceito de fronteira com imigração e problematiza esta temática.¹⁵

Na viragem do século XIX para o século XX as distinções raciais eram fluídas e as diferentes etnias nos EUA acabavam por se complementar, enquanto no México os EUA investiram em ranchos, caminhos-de-ferro e minas (Keller, 2016). Num dos maiores períodos de harmonia, por parte dos EUA, teve como grande influência Lincoln que colaborou com Benito Juárez a fim de combater a ocupação francesa, apesar de Lincoln poder somente ajudar o México¹⁶ com reconhecimento diplomático, jurídico e moral, uma vez que os EUA mergulhavam numa Guerra Civil (Keller, 2016), ainda que os EUA tenham sempre permanecido neutrais (Hannon, 2002). Ora, isto fez com que os dois países entrassem numa harmonia durante os 35 anos (Keller, 2016) que se seguiram alterando as dinâmicas – ou o rumo delas – naquela área tão específica que era o Norte do México e o Sul dos EUA. A consequente atitude de Juárez para com os EUA foi bem-recebida quer pelo governo americano quer pelo público (Hannon, 2002)

Na verdade, durante a Administração de Porfirio Díaz no México, as relações entre ambos os países foram favoráveis (Hannon, 2002). Keller (2016) defende que as

relações entre os dois países melhoram influenciadas pelas Administrações americanas e a sua abordagem para com as relações entre ambos os países. Todavia, a necessidade de essa

¹⁵ O governo mexicano acreditava que os imigrantes nos EUA teriam uma má experiência e depressa voltariam ao México, o que foi em parte verdade uma vez que 25% daqueles com herança mexicana nos estados do Novo México, Califórnia e Texas voltaram ao México nos 40 anos seguintes, permanecendo no Norte do México onde os mexicanos não se fixava, tendencialmente (Keller, 2016, p. 5). A fronteira era nesta altura permeável com milhares de migrantes para os EUA que foram essenciais para povoar e trazer conhecimento sobre minas, agricultura e rancho ao sudoeste americano (Keller, 2016, p. 5) mas também permeável no sentido contrário uma vez que muitos mexicanos faziam migrações sazonais.

¹⁶ Em 1865 os EUA enviam 42 mil soldados para a fronteira com o México a fim de se apresentarem como uma ameaça à ocupação francesa (Keller, 2016, p. 6) colocando a fronteira, então, como uma barreira de autoridade política face ao domínio francês. Os EUA também respondem aos franceses investindo no México e ajudando financeiramente com a construção de caminhos-de-ferro que ligassem o México aos EUA.

abordagem ser recíproca por parte do México era fulcral. Tanto que entre 1911-1929, o então presidente mexicano – Francisco Madero – referiu que – diga-se que a observação de Madero poderia ser feita em 2019 – da fronteira norte provinham armas e munições dos EUA ilegalmente (Hannon, 2002). Talvez nas primeiras décadas do século XX isto não tenha tanto impacto como teria na segunda metade do século e no século XXI, quando seriam armamento para os cartéis, numa épica combinação de pólvora e fogo.

Se houve outro acontecimento que traçou as actuais dinâmicas entre ambos os países e tenha contribuído para animosidade entre ambos os países foi o papel do México na Primeira Guerra Mundial e a Revolução Mexicana.

Os EUA assumem um papel importante na Revolução Mexicana quando servem como porto seguro para os opositores ao regime de Pórfiro em especial nos estados fronteiriços do Arizona e Texas, mas, mais tarde também em Nova Orleães (Keller, 2016). Havia, contudo, uma situação delicada que deixa a posição americana combalida, uma vez que apesar do apoio do país o embaixador americano no México continua a apoiar o regime de Pórfiro Díaz¹⁷ (Keller, 2016), tendo inclusive associações à morte do opositor Madero (Hannon, 2002), ora isto fez com que a relação entre ambos os países se deteriorasse mais um pouco.

Uma das situações que incendiou os ânimos foi quando em Abril de 1914, a marinha americana envia militares para o porto mexicano de Veracruz para punir as tropas mexicanas por terem aprisionado marinheiros americanos (Keller, 2016) e para prevenir o governo mexicano de receber armas da Alemanha que fossem parar às mãos erradas (Hannon, 2002) – situação que se manteve durante 6 meses.

Na que foi considerada a primeira invasão do território mexicano pelos EUA desde a Guerra Mexicana (Keller, 2016), isto vem a aumentar exponencialmente as tensões entre os dois países e aumenta o nacionalismo que crescia do lado do México bem como o sentimento anti-EUA (Hannon, 2002). As sucessivas invasões de Wilson¹⁸ (Keller, 2016) vieram a marcar um novo

¹⁷ Em 1911, Díaz desiste e Madero assume o cargo, todavia incapaz de conter as faúlhas da revolução. Neste momento os EUA fazem outra jogada importante através do seu embaixador, a qual fica conhecida como “Pacto da Embaixada”. Uma aliança que se forma entre o embaixador americano e Félix Díaz – sobrinho de Pórfiro Díaz – e Madero é preso em 1913 (Keller, 2016, pp. 7-8). Neste momento crucial para a relação entre os dois países os EUA mudam de governo das mãos republicanas para o democrata Woodrow Wilson que alicerçado nos princípios democratas, liberais, capitalistas e de auto-determinação retira o embaixador americano no México do cargo e fecha os olhos ao tráfico de armas rebeldes que cruzam a fronteira sul dos EUA (Keller, 2016).

¹⁸ Novamente em 1916, Wilson envia uma força expedicionária para Chihuahua a fim de apoiar Carranza da qual há uma retaliação mexicana e ordenam pilhar a aldeia fronteiriça de Columbus no Novo México – para além da pilhagem houve violações e a morte de 8 soldados. Wilson responde ordenando 480 soldados capturar o território de Villa.

antagonismo e apagar o período de apaziguamento político, tal como o a imiscuição na política mexicana (Hannon, 2002).

O segundo momento essencial para compreender as relações – e as percepções – dos dois países foi a Grande Guerra. As desavenças entre os dois países culminam no papel neutro do México na I Guerra Mundial para não se alinhar com os EUA, ainda que os primeiros tenham colaborado com a Alemanha. O governo mexicano negociou com o alemão para derrotar os EUA assim em Janeiro de 1917 a Alemanha propõe oferecer ao México o Texas, Novo México e Arizona aquando a capitulação dos EUA (Keller, 2016). A descoberta dessa estratégia deu-se através da interceptação de um telegrama que foi descriptado pelos britânicos e dado aos EUA, que o publica para conhecimento geral.

Com isto os cidadãos americanos, com ênfase nos do Sul junto à fronteira, ficam chocados com a situação (Keller, 2016, p. 9). Este pode ser um momento-chave para a percepção dos estados sulistas na crise da fronteira e em como vêem os imigrantes. Todavia, tenha-se em conta – como será explorado posteriormente – que a percepção na *border* e nas *borderlands* são distintas, na *border*, fronteira, as comunidades misturam-se sendo mais permeáveis e liberais (Heyman & Campbell, 2010).

O que se segue a este conturbado início do século XX é a resposta dos EUA e do México às tensões vividas durante quase duas décadas. O México responde com o nacionalismo e anti-americanismo (Hannon, 2002) já pulsante ao fazer uma emenda à Constituição cujo Artigo 27º passou a declarar que toda a terra do México e os recursos naturais eram património da nação mexicana e só poderiam ser utilizados com consentimento do governo (Keller, 2016) uma nítida resposta aos EUA, em especial aos investidores americanos que outrora possuíram mais de metade do sector mineiro e dos caminhos-de-ferro. Por outro lado, os EUA adoptam uma posição de defesa militar da economia nos anos 1920s do século XX. Em 1927, o embaixador americano reforça que uma intervenção militar seria contra produtivo para o estado das relações entre os dois países. Este argumento é o pilar para a política do *Bom Vizinho* (Keller, 2016) (Hannon, 2002). A política do *Bom Vizinho* foi introduzida por Herbert Hoover e posta em prática pelo Presidente Roosevelt (Keller, 2016) durante os anos seguintes numa narrativa não intervencionista (Hannon, 2002).

Por parte do México, em 1934, o Presidente Lázaro Cárdenas promete reanimar o nacionalismo económico na Constituição mexicana. Expropriou e redistribuiu 6 milhões de acres de outrora americanos (Keller, 2016) com um ênfase especial nas terras dos estados mais a norte do México (Hannon, 2002), *i.e.*, há uma alteração de dinâmicas novamente nas *borderlands*. Por volta de

1938, a crise económica americana e as empresas britânicas no ramo do petróleo fazem com que em Março, o México declare independência económica (Keller, 2016). Roosevelt está, todavia, determinado a levar a política do Bom Vizinho a bom porto e não impõe sanções nem invade o México o que mitiga os ânimos.

Parte da situação deve-se aos EUA estarem concentrados com a Europa (Keller, 2016). Nomeadamente, ao que se passava politicamente e que rebentaria na Segunda Guerra Mundial. Após a questão das expropriações o Japão, Alemanha e Itália foram os primeiros a comprar petróleo ao México. Curiosamente, é durante a Segunda Grande Guerra que os EUA e México mais se assemelham em política, economia e relações militares¹⁹ (Hannon, 2002). A Alemanha tentou, inclusive, fazer uma forte propaganda pro-nazi no México, contudo já em 1942 os EUA tinham um programa de informação pública cheio de êxito a fim de garantir a segurança e a cooperação comercial (Keller, 2016). Este período torna-se essencial para as relações EUA-México inverterem um pouco o seu rumo. O México providenciou aos EUA metais, óleo, borracha e produtos agrícolas e milhares de imigrantes como mão-de-obra num contrato temporário a que se chamou *Bracero Program*. Enquanto o México proveu os EUA de mão de obra e matérias-primas (Hannon, 2002).

A II Guerra Mundial veio melhorar a relação entre os EUA e o México. O que faz com que consequentemente este último termine as expropriações e a economia nacionalista, com a ajuda americana a sua economia e a indústrias têm um *boom* (Keller, 2016), numa relação benigna que durou até ao início dos anos 1960s (Hannon, 2002).

O conhecido por *Milagre Mexicano* fez com que entre 1940-1970 a economia crescesse²⁰ 6% (Hannon, 2002) (Keller, 2016).

Os presidentes vindouros, quer num país quer noutro, acomodavam-se aos interesses americanos ou à promessa do *Bom Vizinho*. O que se provou resultar inclusive na cooperação do governo mexicano com órgãos americanos como o FBI (Keller, 2016), todavia ambos os países

¹⁹ No mesmo ano o México e o Brasil enviam tropas para o outro lado do Oceano e declaram guerra contra o poder do Eixo, tornando-se os únicos dois países da América Latina a fazê-lo (Keller, 2016).

²⁰ Em 1950 sabia-se que a maioria do capital estrangeiro investido provinha do vizinho EUA, mas, também o turismo provava ser uma fonte de receita com, nos anos 1940s, cerca de 300 mil turistas americanos a passarem pelo México todos os anos (Keller, 2016).

tinham em conta manter a esfera económica à parte de todas as outras, algo que provou ser corrente na política externa dos EUA e México até aos dias de hoje (Hannon, 2002).

Foi durante a Guerra Fria que as dinâmicas se voltam a alterar outra vez. O México viria a apoiar o regime de Fidel Castro em Cuba nos anos 1960, o que viria a ser mal visto pelos EUA que tentam que o seu vizinho corte laços com Havana (Hannon, 2002) (Keller, 2016). Todavia, o presidente Kennedy acaba por reconhecer que para Cuba o apoio do México seria fundamental para a sua estabilidade e os ânimos cessam (Keller, 2016). Em sentido inverso, o México alinha com as políticas soviéticas (Hannon, 2002) deixando a relação de ambos tremida.

Em 1941 o *Programa Bracero* – um acordo de trabalho feito por ambos os países durante a II Guerra Mundial que impulsionou a interacção laboral entre ambos os países, resultando numa cadeia económica inquebrável. O fim do *Bracero* em 1964 não conduziu ao fim da imigração e nas décadas que se seguiram, o número de imigrantes legais subiu de 38 mil em 1964 para 67 mil em 1986, o número de trespasses ilegais da fronteira passou de 87 mil para 3,8 milhões (Keller, 2016). A chamada crise da “Última Década” – fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 – no México conduziu à imigração, segundo Keller (2016) e fez o discurso americano ter uma nova nuance. Em 1985 Ronald Reagan refere a imigração ilegal como “invasão” (Keller, 2016), tornando este o momento-chave para a politização da *Border Crisis*: a associação de imigração e segurança.

O México tinha, contudo, colocado a sua relação em cheque nos anos 1970 e 1980 quando toma partido nas Guerras Civis na América Latina, como o seu apoio a Nicarágua cujos EUA se viram impelidos a respeitar (Keller, 2016), embora, nos anos 1970-80, dependesse economicamente dos EUA — os bancos realizavam cada vez mais empréstimos ao México (Hannon, 2002). Era uma vontade para os EUA manterem a paz com o México a fim de garantir que estes tratariam da *ameaça* comunista (Keller, 2016). Devido à perseguição política e racial, foi também nestas duas décadas que muitos artistas e intelectuais de todas as raças imigraram para o México que parecia um porto mais seguro que os EUA. O governo americano via como oposição ao racismo uma deslealdade e forma de comunismo, tal como ainda afirma Keller (2016).

A estabilidade que as relações entre os dois países vem concretizar-se na segunda metade do século XX e na entrada do século XXI enredando as suas dinâmicas em três problemas: desenvolvimento económico, imigração e violência relacionada com a droga (Hannon, 2002) (Keller, 2016).

No fim do século XX, o *Milagre Mexicano* tinha desvanecido e nos anos 1980s a economia mexicana decaía (Hannon, 2002) com a dívida a triplicar. Em 1982, o FMI intervém a fim de pagar a dívida em troca de medidas de austeridade e reformas económicas liberais, nisto os investidores americanos duplicam numa década (Keller, 2016).

Os laços económicos entre ambos os países culminam paradoxalmente no acordo NAFTA em 1994 – entre os EUA, México e Canadá. Um laço que demorou 3 anos a ser feito e com imensa resistência dentro de ambos os países, mas, em especial dos EUA (Keller, 2016). Não obstante, o México via com medo o acordo uma vez que os EUA têm uma economia mais desenvolvida e competitiva (Hannon, 2002).

De facto, o acordo teve um impacto brutal no México que viu as suas exportações aumentar radicalmente, segundo Keller (2016):

1994 → 60 mil milhões de dólares americanos

2013 → 400 mil milhões de dólares americanos

Os investimentos americanos invertem a economia mexicana fazendo com que o petróleo – que com a queda dos preços do petróleo em 1981 arrasou a sua economia (Hannon, 2002) – seja substituído por manufaturas como exportação primária, não obstante, não conseguiu produzir o trabalho que prometia excepto essencialmente na fronteira com as algumas fábricas, *maquiladoras*. Fábricas essas aumentaram o paradoxalmente o nível de pobreza rural, uma vez que levaram milhares de pequenos agricultores a falirem na área fronteira mexicana (Keller, 2016). Todavia, o NAFTA não resolveu as discrepâncias entre o México e os EUA, na verdade piorou as condições de vida no México, sendo que a “NAFTA não foi nem uma bênção nem uma cura” (Domínguez & Castro, 2010).

Em 1986, o Congresso aprova o IRCA (Immigration and Reform Control Act) que dá novos meios à Patrulha de Fronteira para securitizar a fronteira sul, mas, também sanciona empregadores americanos de imigrantes ilegais e oferece amnistia e um caminho para a legalização a longo-prazo dos residentes sem documentos e trabalhadores agrícolas (Keller, 2016), o que fez ter uma percepção de que a fronteira era um local perigoso (Domínguez & Castro, 2010) ou pelo menos anti-migrante.

O IRCA vem diminuir os imigrantes sazonais e aumentar os permanentes, no vulgo *saiu-lhe o tiro pela culatra*. O caminho para a imigração alicia mais mexicanos a imigrar para os EUA e as

medidas fortes na fronteira sedu-los a permanecer lá (Keller, 2016) bem como coloca um tampão naqueles que migravam sazonalmente fazendo que, deste modo, fosse mais fácil permanecer nos EUA (Domínguez & Castro, 2010).

Enquanto surgia o medo de que os mexicanos roubassem empregos, surgiam os *Border Studies* (Keller, 2016) para tentar compreender o fenómeno como será posteriormente tratado.

As negociações para o NAFTA estavam em cima da mesa e o governo da Califórnia decide – perante o contexto – tomar medidas e adopta a *Proposition 187* que nega o acesso aos serviços públicos (escolas, hospitais...) a qualquer pessoa ilegal; em 1996 o Congresso passa uma lei semelhante anti-imigração (Keller, 2016), enquanto DC contorna medidas do NAFTA no que toca à circulação de camiões de carga livremente na fronteira (Domínguez & Castro, 2010).

Como resposta, e para defender os seus cidadãos, o México faz uma emenda à Constituição com vista a autorizar os mexicanos a obter dupla nacionalidade, o que inunda os Serviços de Imigração e Naturalização com milhões de pedidos. Isto também fez com que os imigrantes procurassem a cidadania e comesçassem a participar politicamente (Keller, 2016). Não obstante, a construção de barreiras e de mais patrulhamento na fronteira apenas intensificou a migração, fazendo que optassem por percursos onde não houvesse vedação – logo perigosos – com o auxílio de contrabandistas, intensificando o crime (Domínguez & Castro, 2010).

A questão da imigração continuaria a moldar a relação EUA-México no século XXI. Desde 2000 mais de 7 milhões de mexicanos emigraram para os EUA atingindo o seu pico em 2007. Em 2011 caem e há quase tanta gente a ir para o México como a vir para os EUA (Keller, 2016). Houve falta de progresso no que toca à regularização, política de vistos e trabalho temporário (Domínguez & Castro, 2010), optando por um *enforcement* anacrónico na fronteira.

Tanto o México como os EUA criam barreiras para a imigração em vez de procurarem as razões pelas quais as pessoas imigram em primeiro lugar (Keller, 2016). Os EUA têm agido unilateralmente para securitizar a fronteira através de vedações, guarda nacional, patrulha da fronteira e drones. A unilaterização da questão dá-se sensivelmente de 2004 a 2007 (Domínguez & Castro, 2010), não havendo uma comunicação pro-activa da situação que era vivida. As medidas acabam por não ser eficazes pois os migrantes continuam a conseguir chegar aos EUA, o governo mexicano paralelamente não tem conseguido reduzir ou proteger os seus migrantes (Keller, 2016).

O tráfico de droga e violência não é um problema recente, mas, no século XXI tem-se agravado (Domínguez & Castro, 2010). Esforços para controlar o uso e a venda de drogas surgem ao mesmo tempo tanto no México como nos EUA nos anos 1930s, aquando os dois governos começam a

trabalhar juntos em prol de controlar o tráfico na fronteira comum. O México era a fonte e porto da demanda americana (Marshall, 2018) (Heyman & Campbell, 2010). Os agricultores mexicanos de ópio e marijuana começaram a organizar-se e nos anos 1980 surgem cartéis para transportar cocaína para a América do Sul, na qual as autoridades fechavam os olhos (Keller, 2016). Todavia, apenas nos anos 1990 e 2000 que a correlação droga e violência eclode, para isto contribuiu também a instabilidade política do México na qual os traficantes lutavam uns contra os outros a fim de estabelecer um poder político que os agradasse (Keller, 2016), com os cartéis mexicanos a deter quase a produção total de cocaína da América Latina (Heyman & Campbell, 2010). A vitória de Vicente Fox em 2000 aumentou os problemas securitários, uma vez que ele promoveu a nível local e estadual maior autonomia e tornou difícil uma resposta coordenada ao problema crime-corrupção (Keller, 2016), tornando-se num problema de ambos os países (Heyman & Campbell, 2010). Em 2006, o Presidente Felipe Calderón declara guerra às drogas e chama militares a fim de fazerem o trabalho que a política não conseguiu: prende vários líderes de carteis e consequentemente a violência aumenta: 6 mil pessoas foram mortas entre 2006-2012 no México devido aos cartéis que agora se desdobram em raptos, tráfico humano e extorsão (Keller, 2016), veja-se que milhares de mexicanos eram assassinados devido a desavenças com droga (Heyman & Campbell, 2010). Todavia, enquanto a violência permanece no lado do México, as drogas e os que lhe fogem migram para os EUA (Keller, 2016).

Deste modo pode sintetizar-se segundo Keller, (2016) e Hannon (2002), o seguinte quadro evolutivo das tensões EUA-México:

Figura 10 - Sintetização dos séculos de relações EUA - México

Século XIX	Territorial – EUA anexa 50% do território mexicano
Século XX	Intervenções militares e económicas
Século XXI	Droga, violência → imigração

Fonte: elaboração própria

Ainda segundo Keller (2016), a história EUA-México é um campo académico em crescimento que, todavia, se alicerça em fontes americanas e vê-se na necessidade de novas abordagens uma vez que não parece haver uma tendência explicativa, mas, sim o foco em eventos como essencialmente a Guerra Mexicana e a Revolução Mexicana. Há ainda a dualidade de que o

Estado da Arte só se foca em casos muito gerais ou muito específicos (Keller, 2016), deixando de fora a possibilidade para fundir áreas do saber ou compreender como se comportam determinados fenómenos no quadro geral.

2.5 Border Crisis

Simbolicamente, a Administração Trump remete o imaginário popular para o famoso (e tão prometido) muro ou “o mais famoso muro inexistente do mundo. Mas ainda que esteja por ser construído, é um símbolo poderoso de como a divisão impulsionou (...) a força cultural e política que é a América.” como Marshall (2018) se lhe refere. Não há nada que marque mais a percepção do público do que os discursos eleitorais – ou até mesmo o primeiro discurso como presidente – quando este aborda a questão do México e da sua fronteira. Em parte, porque é provocador — separa ideologicamente os EUA do wilsonismo pós-II Guerra Mundial – e o que provoca é aliciante quer para os media quer para uma boa discussão à mesa durante o Dia de Acção de Graças. Segundo Simon Sebag Montefiore (2017), o “poder é algo pessoal” que transforma uma Administração; algo notório no decurso da Administração Trump.

A pouco-e-pouco o termo *Border Crisis* foi aparecendo e reaparecendo pontualmente nos discursos, em artigos de jornais, em reportagens na televisão. Em termos concretos nada e tudo queria dizer. O discurso era disforme e pouco consistente, há uma crise na fronteira? Era isto que era perguntado e respondido ao mesmo tempo. Ninguém se tinha debruçado sobre aquele fenómeno e sua associação de conceito “Border Crisis” preexistente, de tal maneira que a informação e contra-informação sobre o que com clareza é a crise na fronteira aparecia sem substância.

Em Fevereiro de 2019, Donald Trump responde com a declaração de estado de emergência para a fronteira devido à migração que, num episódio, abalara um pouco as narrativas que se tentavam construir. A decisão de Trump visara à popular promessa eleitoral de construir um muro na fronteira sul dos EUA com o México, com vista a travar a imigração por parte dos mexicanos que traziam “drogas e crime” para o país. Os *Night Shows* americanos que parodiaram o “*huge wall*” viam agora com olhos de preocupação o que se passava; durante os programas de 2016 para 2019 é possível observar o tema passar de gargalhadas para apupos. O *The Late Show with Stephen Colbert* é um desses exemplos, de como a percepção da sociedade americana em relação à questão da fronteira mudava, graças a um discurso e promessas de Trump – agora em vias de concretização. Há, todavia, que ter em conta que Trump não poderia

ter feito esta promessa se não houvesse uma fagulha nos EUA que a despertasse. Essa fagulha estava no descontentamento por parte do eleitorado com as políticas da Administração Obama para com a migração em especial o DACA. 2014 é o ano chave para compreender a “crise” de Trump como defendem Heyman et.al (2018).

Heyman – Professor na Universidade de El Paso, Texas e director do *Center for Interamerican and Border Studies* — é dos únicos académicos²¹ a explorar ou a tocar neste ponto. É talvez um dos nomes mais importantes para a presente dissertação por durante 30 anos estudar a fronteira, mas, também por ser dos poucos a fazê-lo com foco no presente. Há uma lacuna evidente na literatura, não há trabalho produzido – salvo Heyman e por vezes os seus co-autores – não havendo portanto conclusões sobre as implicações politicamente, socio-culturalmente e economicamente na fronteira e como isto e qual a real~ção disso com a politização da *Border Crisis*. A importância de existir mais estudos como este é fundamental não só para preencher as lacunas, mas, para impedir que, como popularmente se diz, “seja pior a emenda do que o soneto”. Linhas orientativas e estudos são essenciais para que se possam tomar melhores decisões políticas. Como se irá ver muitas das vezes em que aumenta o fluxo da imigração não tem que ver com factores externos mas de facto internos, de políticas ora mexicanas ora americanas criando uma reacção paradoxal que tenta responder a um fenómeno sem alvo.

A falta de linhas que guiem a política americana ou mexicana para com a fronteira e suas dinâmicas regionais tem-se provado, a longo prazo, nefasta. A “crise” no sentido lato do termo nunca abandonou – e nunca abandonará — a fronteira pelo simples facto de não ser uma fronteira física, é aliás uma fronteira política recente. É impossível cortar as dinâmicas e separar uma área tão cinzenta – área essa em inglês chamada de *frontier*. Qualquer tentativa de o fazer vai gerar uma “crise” ou um fenómeno fora do normal. Isto é, colocar uma separação entre os dois países tenderá a gerar migração ou fluxos migratórios, assim como a diferença económica também gerará diferenças na oferta e procura (veja-se que os EUA ficaram com o território mais rico do México) além de separar grupos culturalmente idênticos. Tudo é fluído quanto mais perto da fronteira: língua, costumes, gastronomia... É provável que ao criar um rifte na região haja um desalinhamento, a que se poderá chamar de crise. A crise seria então um fenómeno *on-going* desde a anexação de uma parte do México aos EUA.

O contexto de 2014-2019 prova ter algo diferente, ou algo que se sentiu diferente, contudo impossível de verificar sem uma lente académica.

²¹ Até ao presente momento a autora da dissertação não encontrou mais nenhum estudo académico que tocasse directamnete na “Border Crisis” ou que lhe fizesse referência.

2.5.1 O criar de um círculo

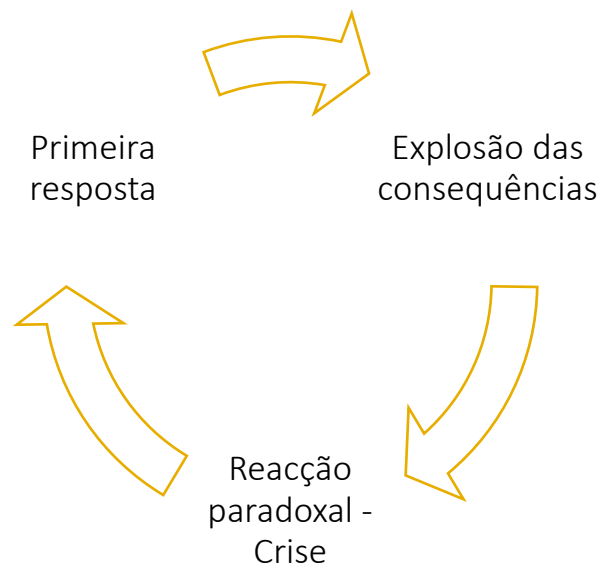
Na verdade, não há uma teoria para explicar as migrações e o seu impacto na fronteira. O que os Estados fazem é reagir às migrações qual médico que trata sintomas sem saber a doença. Não é de admirar que se criem as chamadas “crises” na fronteira, essencialmente, por um fluxo momentâneo que o Estado se vê incapaz de responder. É nessa incapacidade, mais do que no fluxo propriamente dito, que o termo *Border Crisis* nasce. Veja-se que é um termo que se anexa facilmente ao facto de na fronteira haver “uma crise humanitária” e não simplesmente ao número de migrantes. Número esse que tem declinado ao longo dos anos, como se verá de seguida.

Ora, o Estado não consegue responder porque não sabe o que irá acontecer sem o porquê de acontecer. Sem fazer exames é impossível, ao Estado, tratar os sintomas.

Os EUA, bem como o México, tratam os sintomas sem bases, tanto o fazem que as soluções propostas têm criado mais consequências nefastas do que propriamente benéficas. O que se tem sucedido é uma série de medidas para posicionar os Estados num espectro cívico de que a cada estado corresponde um território (Smith, 1997). Essa fome por delimitar uma região geográfica que durante séculos não foi delimitada cria as crises na fronteira, mais como solução ao espectro físico do que ao problema humanitário. Paradoxalmente, estas medidas criam um fluxo que gera uma crise humanitária, pois como se verá adiante os EUA – e o México – não conseguem responder efectivamente à entrada de pessoas no seu país, quando estás saem do número padrão regular. É possível identificar quando a reacção paradoxal de uma *Border Crisis* se dá, podendo, então, sumariá-la em três grandes fases:

Figura 11 - Círculo da Border Crisis

1. A primeira resposta
2. Explosão das consequências
3. Reacção paradoxal



Fonte: elaboração própria

Estas fases relacionam-se através de um círculo vicioso dando origem à apelidada pelos media, *Border Crisis*, o agora conceito. Isto é, a primeira resposta – normalmente impulsionada pelos Estados – pretende regular a imigração, essa resposta efectivar-se-á numa consequência que acaba por gerar um maior fluxo de migração ou novos fluxos de imigração ilegal e, por fim, culmina num gerar de mais migração que outrora existia levando os Estados a reagir mais uma vez. Veja-se as seguintes situações supra-mencionadas por Keller (2016) aplicando o círculo proposto:

Anos 1940-1960

Primeira Resposta: Programa Bracero por parte do México, que tem um termo;

Explosão das consequências: cultiva relações com os EUA e uma dinâmica económica que não pode ser cortada;

Reacção paradoxal-Crise: aumenta a imigração legal e ilegal;

Anos 1980

Primeira Resposta: Ronald Reagan apelida de *invasão* a migração mexicana e aprova o IRCA;

Explosão das consequências: diminuição da imigração sazonal e oferta de um caminho para a legalização;

Reacção paradoxal-Crise: aumento da migração;

Anos 1990

Primeira Resposta: O Congresso americano aprova leis anti-imigração que negam o acesso de ilegais aos serviços públicos;

Explosão das consequências: Para proteger os seus cidadãos, o México emenda a Constituição de modo a que esta garanta a dupla nacionalidade;

Reacção paradoxal-Crise: Os serviços de imigração são inundados e os migrantes procuram agora cidadania e participação política;

Anos 1970-Presente

Primeira Resposta: Interligação droga-segurança-migração; os EUA declaram *War on Drugs* com a ajuda do México. Felipe Calderón prende líderes dos cartéis de droga no México;

Explosão das consequências: Sem um líder que os guie, os cartéis geram mais violência;

Reacção paradoxal-Crise: A migração para os EUA aumenta a fim de fugirem à violência associada à droga;

A *Border Crisis*, que nesta dissertação se entende pela reacção paradoxal à Administração Trump e à exposição mediática e política, não existe efectivamente, *i.e.*, não há uma crise na fronteira, mas, sim uma crise sobre como lidar com o que se passa na fronteira. Seja pela maneira como os migrantes se encontram (Capps, 2019) seja pelo facto de ser uma crise burocrática (Heyman, et al., 2018), quer seja ainda pelo pequeno aumento da migração nos últimos anos ou pela composição dos migrantes e pela entrada através de asilo. Nada disto é fora do normal, as migrações são um processo natural, contudo complexo quando anexado à segurança (Coutinho, 2019) e, acrescentar-se-ia, às ansiedades económicas.

2.6 As três guerras na fronteira

Segundo Tony Payan (2006) é na fronteira EUA-México que ocorrem três guerras: Guerra às Drogas, Guerra aos Terroristas e Guerra aos Migrantes sem documentação. De acordo com o autor, esta última, e a que se parece associar ao termo *Border Crisis*, que é considerada a pior, segundo o autor. É, todavia, uma afirmação sem fundamento:

“a mentalidade forjada pela segurança fomentada por políticos ignorantes e manipuladores e por fanáticos da extrema-direita”

É curioso, deste modo, observar que não é nem a situação das drogas nem do terrorismo que se associa à crise na fronteira, mas, sim a associação destas duas guerras à guerra da migração. Este momento de viragem poder-se-á ter dado com o 11 de Setembro e criado um efeito bola de neve para a situação actual na fronteira actualmente. Após o 11 de Setembro de 2001, a Patrulha de Fronteira, a alfândega e *Immigration and Naturalization Service* não souberam responder ao que se passava e canalizaram a sua frustração para a fronteira EUA-México tornando todos os estrangeiros suspeitos (Payan, 2006). Uma viragem apontada por vários autores (Marshall, 2018) (Chomsky, 2018) (Keller, 2016) (Payan, 2006), tal como descrito na presente dissertação.. Apesar do 9/11 nada ter que ver com o México – muito menos com a fronteira – nenhuma região dos EUA foi tão afectada pelo 9/11 quanto a fronteira EUA-México (Payan, 2006). Ainda que seja de ressaltar que a efectiva migração que nos conduz ao fenómeno *Border Crisis* seja em específico a da América Central, desde os anos 1970. Cujos factores não se prendiam com intuítos terroristas mas sim a um êxodo da guerra civil, genocídio, violência e criminalidade (Heyman, et al., 2018) . Este pensamento migrante-segurança é fruto do 9/11, ainda que sem qualquer nexos (Coutinho, 2019).

É, então, nos pós 11 de Setembro que a *Border Security* começa e que, consequentemente, se vai pautar pelo “irracional e emocional” (Payan, 2006).

“Tal como disse, todos os elementos de uma guerra estão presentes: a estratégia, as táticas, o pessoal, os recursos, a retórica e o hardware, etc. A guerra tem sido declarada e ocorrido de Washington até aos pequenos portos de entrada como Antelope Wells, New Mexico, até grandes centros urbanos como like El Paso–Ciudad Juárez e Tijuana–San Diego.” (Payan, 2006).

Neste rescaldo do que foi um dos maiores *history-shifters* da política externa americana, a fronteira foi vista com outros olhos. Foi lançado um programa de *border enforcement* (Marshall, 2018), programa esse desajustado à mudança na migração para os EUA em 2013/2014 (Heyman, et al., 2018). O discurso da fronteira metamorfoseara-se, então, em: droga, imigração, terrorismo, contra-bando, integração económica, comércio e investimento (Payan, 2006), todavia não era um assunto de segurança nacional e ao mesmo tempo o debate de segurança nacional absorve todos os aspectos da fronteira (Payan, 2006). O que vai ser fundamental para a Proclamação 9844 de Trump em Fevereiro de 2019, tal como se verá mais adiante.

A fronteira e as suas *borderlands* são um espaço de coesão económica e cultural (Marshall, 2018) mas também contraditório (Chomsky, 2018), quer seja pelas políticas impostas quer seja pela percepção que há dela. Segundo Payan (2006) a fronteira é uma “soft war zone” (armas, veículos, aviões, vedações, trincheiras e 10 mil Homens) sem solução e sem vontade política e recursos que ambos os países pretendam investir.

Quando nos anos 1970, Nixon declara Guerra às Drogas, que é a mais antiga Guerra na fronteira, esta ainda não tinha sido elevado a um problema de segurança nacional (Payan, 2006) esta associação à imigração torna a fronteira num palco inevitável de segurança nacional.

E até que ponto a segurança nacional pode reagir à *Border Crisis*?

Hoje mais do que nunca, a fronteira EUA-México experiencia um dos mais difíceis e definitivos períodos nos seus mais de 150 anos de história, particularmente desde o 11 de Setembro. Como será claro nos próximos capítulos, os problemas da fronteira são sérios (Payan, 2006).

Se a fronteira está realmente a sofrer um dos períodos mais difíceis em 150 anos de história em parte devido à herança do 11 de Setembro podemos traçar os cenários:

1. A causa não são os migrantes
2. A causa é a herança do 11 de Setembro

Se estas duas premissas forem verdadeiras nunca antes do 9/11 poderia ter havido uma crise na fronteira. Historicamente sabemos que houve momentos tensos, tais como durante o fim do

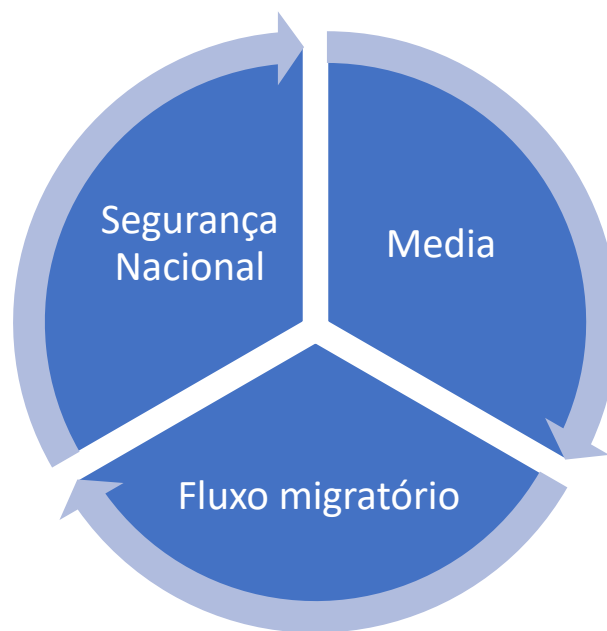
Programa Bracero ou até mesmo com a declaração da *War on Drugs*. O que diferencia estes momentos de 2018 e 2019?

À partida nada, é um momento quente nos quais os níveis de imigração México → EUA são dos historicamente mais baixos de sempre. Então como surge o termo *Border Crisis* se a fronteira sempre teve crises cíclicas?

A questão deixa de ser o como, mas, sim o quando, como se verá de seguida.

Segundo Payan (2016) há um evento que vem alterar e vem colocar a temática da Segurança Nacional em cima da mesa, e consequentemente trazer um cambio aos fluxos da fronteira. Se o 11 de Setembro associa as crises à Segurança Nacional foi com a Administração Trump que se triangula mais um circuito: fluxo migratório – segurança nacional – media.

Figura 12 - Elementos essenciais para a cunhagem do termo Border Crisis



Fonte: elaboração própria

Isto é, não basta existir o círculo da *Border Crisis* para haver efectivamente a percepção que se está perante uma. É necessário a percepção dessa crise à segurança nacional e aos media.

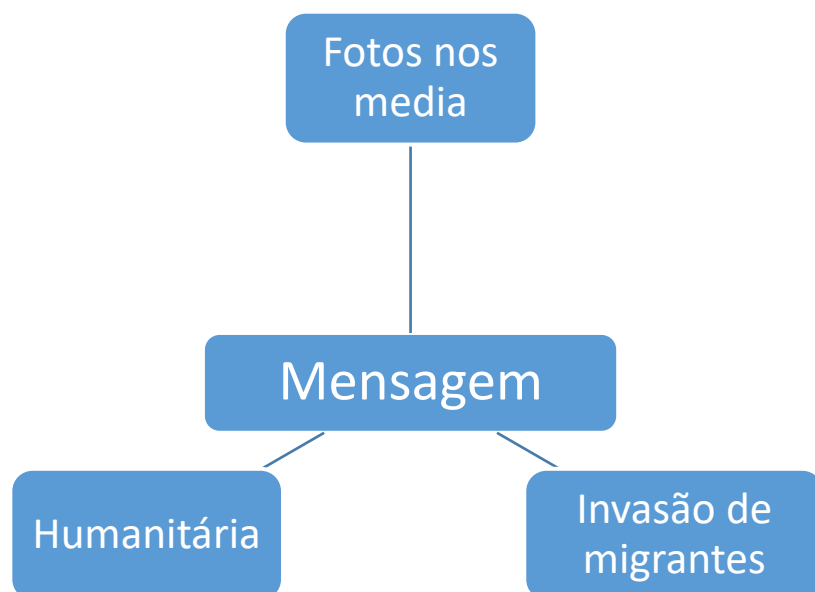
O que vem a mudar com a *Border Crisis* foi o preciso momento em que os media entram na equação e esse momento ocorre em 2016-2017 durante a campanha de Donald Trump e a sua tomada de posse. Há, de facto, uma manipulação de um fenómeno com a tomada de posse transformando-o e tentando comprimi-lo no conceito criado e somente nele.

3. Implicações políticas

3.1 A “crise” na fronteira

Há uma guerra acerca a fronteira, muito mais do que uma “guerra” na fronteira. No Verão de 2018 foi noticiado pelos media americanos que haveria uma crise na fronteira que se compreendia pela quantidade de crianças desacompanhadas e sem condições num dos campos de acolhimento na fronteira sul dos EUA. Estas notícias utilizaram um termo peculiar e inovador (pelo menos nos EUA): *Border Crisis*. Apesar de quando o aplicaram ter sido no sentido humanitário, e paradoxalmente anti-imigrante, a situação rapidamente tomou proporções maiores e saiu fora da esfera dos *media*. O momento chave para Heyman et. al. (2018), foi quando foram divulgadas fotos dos migrantes, na *borderland*, em celas e sem condições. Estas fotografias trouxeram, então, essas duas visões contraditórias sobre a migração.

Figura 12 – Resposta às fotografias dos migrantes em 2014



Fonte : Baseado em (Heyman, et al., 2018) e de elaboração própria

A mensagem dual que foi percebida remeteu para: por um lado, uma resposta humanitária e por outra uma resposta anti-imigração. Resposta esta que se infiltrará na política americana.

Tal como é o exemplo de Trump (e posterior Casa Branca) começa a referir o termo *Border Crisis*, e consequentemente a dar força ao seu *motto* de campanha. Ora, parece então evidente que teria de haver um explodir de consequências. Se Trump pregara que do México vinha o crime e o desemprego para os americanos, era de se esperar que algo eclodisse. Apesar de o pico ter sido em 2013 e Verão de 2014 com oscilações até hoje (Heyman, et al., 2018).

Segundo o site oficial da Casa Branca, a crise não é apenas humanitária, mas, também, de segurança: *crise humanitária e de segurança na fronteira sul*²². A Casa Branca vem ainda revelar como é que surgiu a *Border Crisis* e quando surgiu. A imigração terá levado a uma crise na fronteira e a crise humanitária já datava de 2014 aquando a Administração Obama. Esta última afirmação condiz com um pequeno aumento de fluxo que houve na fronteira. Poderá ser atribuído ao *DREAM act*²³ e na noção de EUA como porto seguro. Segundo Heyman, et al. (2018) foi todo um conjunto de circunstâncias em 2013/2014, já referidas anteriormente.

“À luz da dramática redução das apreensões e da prevalência dentro desse grupo de apreensões de requerentes de asilo dentro da lei, perguntamo-nos porque é que o enforcement da imigração na fronteira não diminuiu? (Heyman, et al., 2018)”

É também de conhecimento que as detenções na fronteira atingiram um record de números tão baixos como nos anos 1970 tal como defendem vários autores (Heyman, et al., 2018) (Marshall, 2018) (Payan, 2006), mas então porquê a politização da *Border Crisis*?

O comunicado oficial revela ainda que este é um dos piores momentos na fronteira porque não há como remeter os imigrantes ilegais de novo para os seus países, ora este não pode ser um problema atribuído aos migrantes mais sim às políticas americanas, desconstruindo a premissa de que a imigração levaria à *Border Crisis*, tornando-a numa *Bureaucratic Crisis*. O que levou à

²² The White House. (2019). *Top 5 Border Falsehoods Pushed by Congressional Democrats and the Media / The White House*. [online] Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/articles/top-5-border-falsehoods-pushed-congressional-democrats-media/> [Acedido em 22 Jul. 2019].

²³ Proposta legislativa que visava a impedir a deportação de jovens migrantes

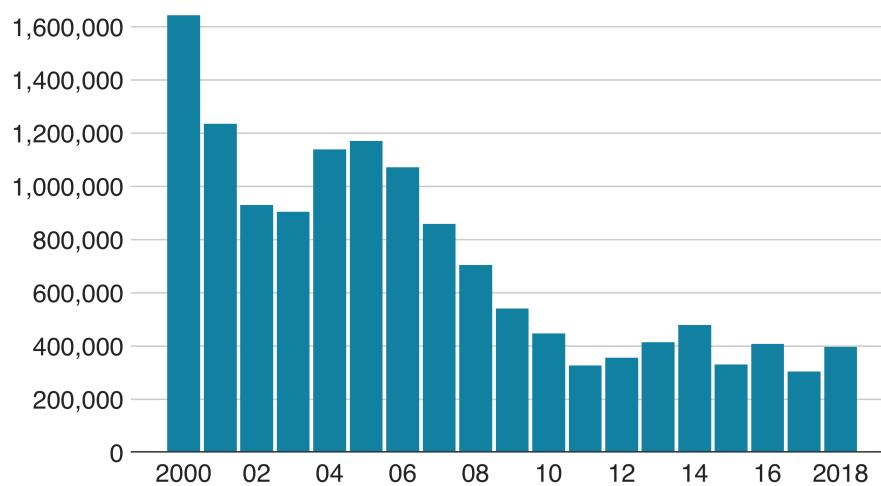
Border Crisis foram paradoxalmente as medidas relativas à migração, tal como supra defendido. O que esta afirmação da Casa Branca vem confirmar, ironicamente, e destruindo a causa primária que atribuíram à crise.

Em suma, o cerne do problema será então a capacidade dos EUA em lidarem com a migração e não o fluxo dessa migração. Vejam-se o número evolutivo de apreensões de migrantes desde o início do milénio:

Figura 13 - Migrantes para os EUA entre 2000-2018 na fronteira com o México.

Apprehensions on US-Mexico border

Total number of migrants by US financial year (2000-2018)



Source: US Customs and Border Protection agency

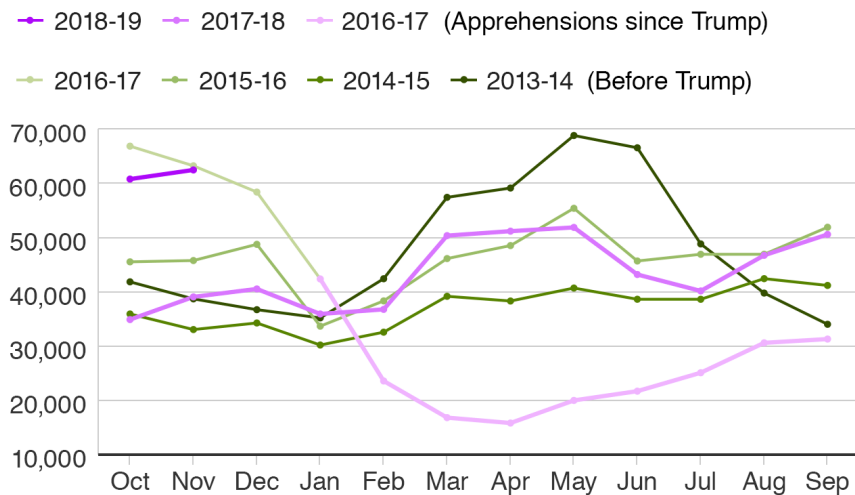
BBC

Fonte: BBC

Figura 14 - Antes e depois de Trump

US southwest border apprehensions

Number of illegal immigrants by month



Source: US Customs and Border Protection (US financial years, Oct 2013-Nov 2018)

BBC

Fonte: BBC via US Customs and Border Protection

Os números de 2018 nada se comparam com os números de 2000, então por que razão, anteriormente, não havia uma crise e agora há? Os movimentos migratórios não são novidade e ao longo do mundo contemporâneo tem havido picos.

“A era pós-II Guerra Mundial viu um aumento no fluxo de imigração em todo o globo; todavia, a migração é certamente nada de novo. A maioria das pessoas migram de um país para outro devido a motivos pessoais e estruturais. O primeiro é baseado pela preferência pessoal, ao passo que o outro é baseado em motivos económicos, sociais e políticos”. (Zakaria, 2012)

Tal como Zakaria (2012) afirma, os motivos económicos, sociais e políticos são as motivações de migração. Tal como foi defendido quando no subcapítulo: *O criar de um ciclo*. As motivações actuais serão então políticas e sociais. Em 2019, agravadas pela situação que se vive na Guatemala, El Salvador e Honduras que explicam o “pico” 2018-2019. Todavia, um fluxo migratório de, sensivelmente, metade de o de 2002. Heyman et. al (2018) vêm defender que a *Border Crisis* é uma construção política, alicerçada ao facto de a *border enforcement* ser estimulada ao passo de abrandada por dois agentes: os media de direita (exemplo.: FOX News)

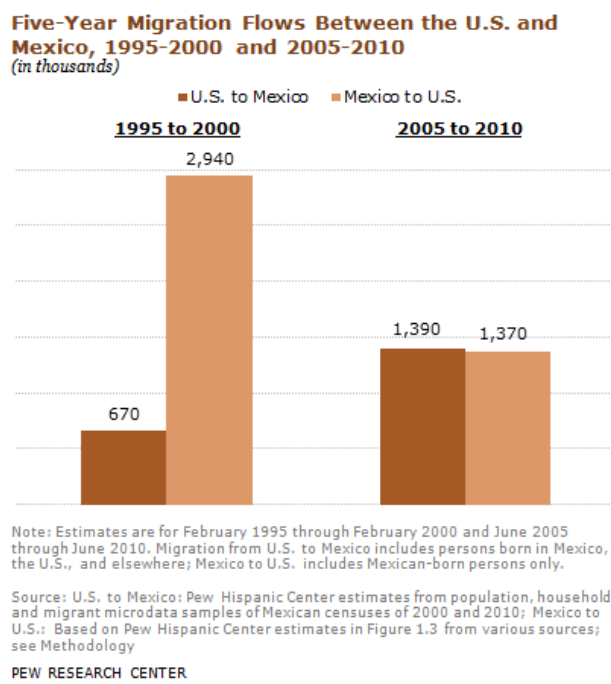
e a própria eleição de Trump. Isto é, a fronteira é moldada por políticas. A fronteira americana sendo uma construção política (Smith, 1997) sofre de um processo de definição intemporal denominado por *bordering* (Heyman, et al., 2018). “A outra é que as fronteiras não são simples factos no chão, mas sim consequências do estado e da acção social que é continuamente produzida, reproduzida ou mudada” (Heyman, et al., 2018).

Se esse processo a que Heyman, et al. (2018) referem está em constante mutação e segundo Martinez (1994) estaria na terceira fase de criação de fronteira – *interdependent border regions* – poderia enfrentar este momento um processo de retrocesso?

“Embora (e talvez por isso) o aumento do número de agentes da patrulha americana de fronteira, a apreensão de mexicanos que tentam atravessar a fronteira ilegalmente caiu nos últimos anos – de mais de 1 milhão em 2005 para 286,000 em 2011 – um possível indício que menos migrantes não autorizados estão a tentar atravessar. As apreensões de todos os migrantes não autorizados estão agora no ponto mais baixo desde 1971” (Passel, et al., 2012).

Contudo, teria de lidar com o facto de os EUA e o México convergirem no que toca os seus interesses económicos (Marshall, 2018). Os EUA vão transportar o *border enforcement* – que compreenderá, por exemplo um maior número de *Border Patrol* – para o México (Heyman, et al., 2018), isto sob a égide que a imigração vem do México, o que em parte é irreal: O México é neste momento um estado de trânsito.

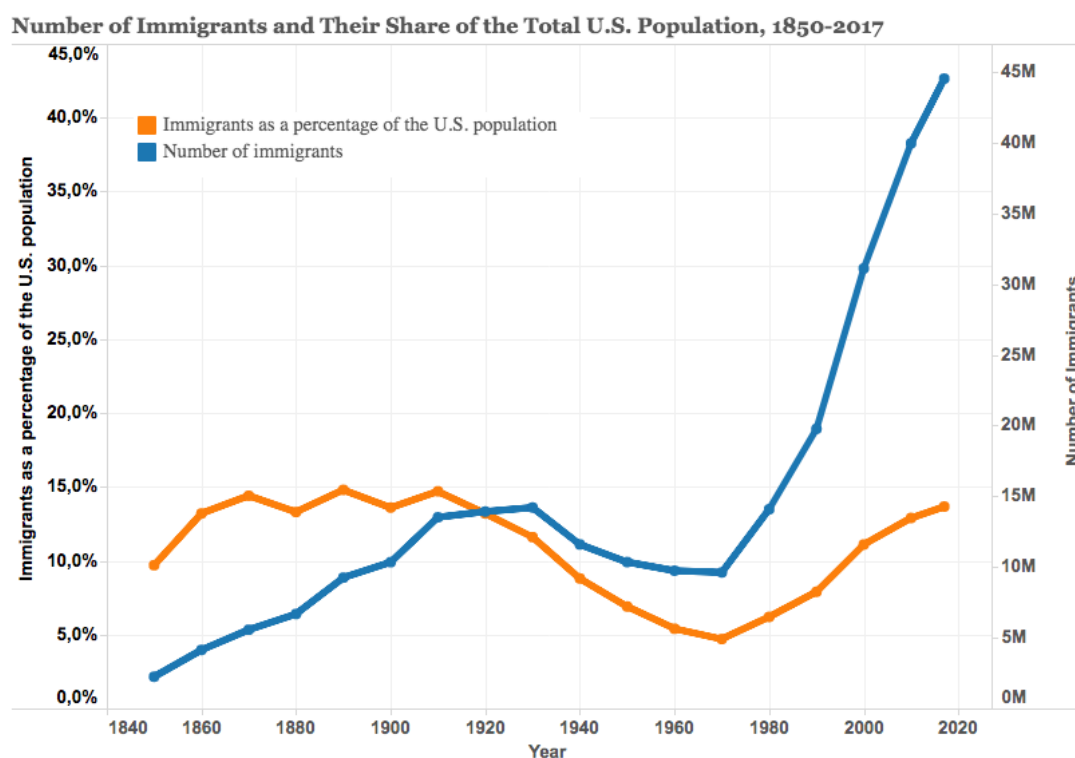
Figura 15 - Migração EUA-México e vice-versa durante 1995-2000 e 2005-2010



Fonte: Pew Reserch Center

De facto há mais mexicanos a regressar ao México do que a imigrar para os EUA (Heyman, et al., 2018) (Chomsky, 2018). Ora, vejamos os dados da imigração para os EUA e o seu total na população absoluta:

Figura 16 - Imigração para os EUA e a sua previsão até 2020



Fonte: <https://www.migrationpolicy.org/programs/data-hub/charts/immigrant-population-over-time?width=1000&height=850&iframe=true>

Em 1850, 9,7% da população americana era imigrante e em 167 anos, esse número apenas cresceu 4%, perfazendo 13,7%. Contudo, os dois dos estados com mais migrantes são a Califórnia e o Texas.

Figura 17 - Estados com maior número de migrantes

Absolute Growth

Rank	1990-2000		2000-2017	
1	California	2,410,000	Texas	1,950,000
2	Texas	1,380,000	California	1,790,000
3	New York	1,020,000	Florida	1,710,000
4	Florida	1,010,000	New York	670,000
5	Illinois	580,000	New Jersey	580,000

Fonte: <https://www.migrationpolicy.org/article/frequently-requested-statistics-immigrants-and-immigration-united-states#Now> via MPI tabulation of data from the U.S. Census Bureau 2017 ACS and 1990 and 2000 Decennial Census.

Veja-se também que Nova Iorque – que faz fronteira com o Canadá - e Illinois – próximo da fronteira com o Canadá – e a Flórida – próxima de Cuba e Bahamas, estão todos eles no top de estados com maior número de migrantes. É natural que os EUA de fronteira tenham mais população migrante pois são o primeiro território encontrado pelo migrante.

“ A imigração parece estar sempre presente no actual debate político e público nos Estados Unidos com o tópico central na campanha presidencial de 2016 e desde aí (...)” (Zong, et al., 2019)

A imigração tem feito parte nos últimos anos do debate político americano e foi central na campanha presidencial de 2016 (Zong, et al., 2019). Isto vem no rescaldo de uma mudança na imigração. Entre o fim de 2013 e 2014 o volume, local de origem e composição dos migrantes mudou (Heyman, et al., 2018). A imigração tem a sua origem na América Central e é composta por migrantes das Honduras, El Salvador e Guatemala. É neste período, em 2014, que os EUA tomam decisões chave para com os imigrantes (Heyman, et al., 2018) apostando em manter e reforçar o patrulhamento em vez de se prepararem para os migrantes que fogem de uma situação violenta da América Central e que iriam chegar todos relativamente ao mesmo tempo. Heyman, et al. (2018) referem ainda que a elevada afluência foi contributo de um

deterioramento das condições de vida, do boato dos *permisos* americanos – aqui poderá ter sido devido ao DACA – e de finalmente os migrantes terem sido capazes de poupar dinheiro suficiente para a jornada até aos EUA.

Repare-se que os anos 1990 foram fundamentais para o processo de construção da política de imigração americana (Abrego, et al., 2017) e que viria a influenciar a Administração Obama e Trump numa espécie de providência da qual era difícil escapar. A isto alia-se o 11 de Setembro e a crise económica de 2007-2008, que alteram a percepção social e económica em relação ao Outro.

As duas leis mais impactantes, segundo Abrego, et al. (2017) são a *Antiterrorism and Effective Death Penalty Act* e a *Illegal Immigration Reform and Immigration Responsibility Act* que contribuiriam para a criminalização dos migrantes, o que teve consequências profundas para o que veio depois.

3.2 O ano de 2014, a Administração Obama, “Situação Humanitária” e outras contradições

A Administração Obama teve uma atitude bipolar e contraditória para com a fronteira (Chomsky, 2018). Não obstante, o ano de 2014 foi fundamental para compreender o fenómeno *Border Crisis* (Heyman, et al., 2018) contemporâneo, ainda que seja um pleonismo, uma vez que é a primeira vez que se assim se refere a um destes momentos na fronteira como conceito. Os momentos-chave, ou pelo menos o advogar de um deles, contribuiu para o que se veio chamar a *Border Crisis* durante a Administração Trump, bem como a própria visão ideológica de imigração em Trump.

Segundo Chomsky (2018), a Administração Obama teve duas contradições no campo da imigração. Obama queria por um lado uma abordagem humanitária à lei da imigração usando o termo “felons, not families”²⁴, o que, paradoxalmente, fez o *Immigration and Customs Enforcement* (ICE) priorizar os imigrantes “criminosos” e abrir aqui uma fresta, que se irá explicar a diante.

Obama lançou para cima da mesa duas *Executive Orders* que ofereceriam um estatuto legal, ainda que temporário, às crianças trazidas para os EUA com os seus pais. Este primeiro acto seria chamado de DACA (Deferred Action for Childhood Arrivals), que efectivamente foi posto em prática e trouxe legalidade a 750 mil migrantes ilegais – num universo de 11 milhões. O segundo

²⁴ “criminosos, não famílias”

acto seria o DAPA (Deferred Action for Parents of Americans) que encontrou resistência. Garantiria documentos e legalidade a metade daqueles que estavam ilegais.

Paradoxalmente às medidas humanitárias de Obama, o mesmo aumentava as deportações de maneira exponencial, com 400 mil pessoas deportadas em 2012 e valendo-lhe o epíteto de “Deporter in Chief”²⁵ e as acusações que seria o presidente que mais imigrantes tinha deportado (Chomsky, 2018). Não obstante, outros autores apontam para uma herança dos anos 1990 – a que nem Obama nem Trump escapam (Abrego, et al., 2017).

Chomsky (2018) defende que de modo a compreendermos o legado contraditório de Obama devemos reconhecer os três elementos-chave na sua política de imigração:

- Controlo reforçado de Interior
- Controlo reforçado de fronteira
- Programa mexicano de fronteira

Na verdade, o que iremos ver durante a Administração Trump nomeadamente com duas *executive orders* é o reforço desses três pilares da política de imigração desassociados da argumentação humanitária (Abrego, et al., 2017). Apesar da retórica humanitária em Obama, em qualquer destas vertentes, a associação imigrante-criminoso nunca desvanece, e é aí que Trump se alicerçará (Chomsky, 2018). Aliado às mudanças na migração (que ainda estavam por explicar) uma vez que estes imigrantes procuravam uma via legal e deixavam-se ser presos para pedir asilo, as *fake news* dos media que pregavam doenças, gangues e terroristas entre os migrantes construindo narrativas de invasão de território (Heyman, et al., 2018).

Segundo Chomsky (2018), após 2006, as acções humanitárias de Obama vieram também responder ao movimento dos DREAMERS. Este termo tem a sua origem no DREAM Act – sigla para *Development, Relief and Education for Alien Minors*, que seria uma via para a cidadania americana para as crianças que tenham vindo para os EUA e tenham a ideia do *American Dream* implantada na sua consciência (Chomsky, 2018), contudo a posterior solução – com o DACA, uma alternativa ao DREAM Act – de Obama valeu-lhe um efeito-ricochete por parte dos Republicanos (Carasik, 2016) contribuindo para Trump ser um candidato aliciante do debate da imigração.

²⁵ Jogo de palavras com “Commander in Chief”, i.e, no caso dos EUA, o presidente.

Chomsky (2018) defende ainda que a maioria dos menores não sabia que não estava legal até ao final do secundário quando tinham a opção de ir para a faculdade ou de tirar a carta de condução. Ora, isto era um choque e dramático para as crianças que se consideravam americanas. Na verdade, tal como Trump, Obama trouxe como uma das suas promessas eleitorais uma reforma na imigração (Carasik, 2016) – ainda que em moldes diferentes do seu antecessor.

Entre 2001 e 2011 várias propostas e versões do DREAM Act tentaram passar nas Câmaras, todavia sem sucesso (Chomsky, 2018). Em 2012, Barack Obama anuncia o DACA – legalizar os jovens dos 15-30 anos que tenham chegado aos EUA antes dos 16 anos e que tivessem concluído o ensino secundário, fossem estudantes ou tivessem servido nas forças armadas (Chomsky, 2018)²⁶. Tenha-se em conta que entre 2013 e 2014, os migrantes iam mudar completamente de composição de mexicanos para centro-americanos (Heyman, et al., 2018) e o DACA não responderia a esses novos migrantes centro americanos (Carasik, 2016).

A questão dos DREAMERs foi mediatizada e teve grande apoio de celebridades americanas tendo, quando em 2017 a Administração Trump rescinde o DACA, havido manifestações e um descontentamento acentuado por parte da “comunidade verificada” nas redes sociais, ganhando esta questão contornos nos *media*.

Há, todavia, um alheamento da situação das deportações com milhares de pessoas deportadas para, especialmente, o México (Feinberg, 2019).

“Como resultado, quase meio milhão de deportados que cresceram nos Estados Unidos, muitos que se identificam como americanos, agora vivem no México, onde têm de lutado para se adapta.” (Feinberg, 2019)

A grande consequência é que as pessoas que se identificam como americanos a vivem no México, tal como afirmam Caldwell e Brigden (2019). O mesmo põe em perspectiva a importância do DACA e a consequência socio-cultural dele derivada. A sua revogação teve impactos semelhantes ao que as deportações de Obama tiveram, porque, ao fim e ao cabo, seria não olhar para trás nas deportações. O DREAM Act teria, então, uma importância para a

²⁶ Em alguns estados, o DACA proporcionou 2 anos de um estatuto legal temporário que os permitia trabalhar e tirar a carta de condução, porém a longo-prazo o DACA não oferecia soluções, apenas o Congresso poderia mudar a lei da imigração (Chomsky, 2018).

comunidade hispana impactante, algo posto fora da mesa pelos freios e contra-pesos da política americana.

A Administração Obama contornou o Congresso por várias vezes com assuntos do género. Veja-se em 2011 com os *Morton Memos*, que procuravam imigrantes ilegais que fossem um risco para a *segurança nacional* e representassem imigração fraudulenta (Chomsky, 2018). Já em Obama havia uma associação entre segurança nacional e imigração, não seria de estranhar que a Administração Trump pela sua ideologia jacksoniana que se explicará em diante, utilizasse esse trunfo e pudesse declarar emergência nacional para construir um muro. A isto junta-se o efeito ricochete do DACA (Carasik, 2016) e a impopularidade no eleitorado republicano.

As dualidades antagónicas de Obama são suficientes para interligar o crime e migração (Chomsky, 2018), que se torna numa combinação retórica explosiva. Esta interligação é delimitada à “Border Region”, o que acaba por ser caricato uma vez que 2/3 da população dos EUA vive na *Border Region*, sendo que as protecções constitucionais são restringidas nesta área da fronteira (Chomsky, 2018).

Em 30 de Junho de 2014, Barack Obama anunciara que há uma “situação humanitária” na fronteira sul e que os EUA deveriam “concertar o sistema de imigração de uma vez por todas”. Em 2015, a percentagem de crianças desacompanhadas caiu por volta dos 50%. Isto poderia levar a pensar-se que as políticas tomadas na fronteira americana tinham resultado de algum modo, contudo a questão foi transporta para o México que em 2014 efectiva o *Plan Frontera Sur*, o qual os EUA vão apoiar financeiramente. Uma das medidas deste plano foi a polémica aceleração da velocidade dos comboios na fronteira, como discutido mais a diante, para impedir que os migrantes entrassem à *boleia*. Ora, já em 2014 se toma noção que a migração que chega aos EUA não é mexicana, mas, sim proveniente da América Central, nomeadamente da Guatemala, El Salvador e Honduras – onde fogem dos tumultos socio-políticos deste problemático triângulo.

Durante 2014 tomaram-se decisões fundamentais para a criação da “crise” durante a Administração Obama, tais como manter o patrulhamento na fronteira – *border enforcement* – a posição do estado do Texas com esse mesmo patrulhamento e o ignorar das alternativas: redução do aparato do *enforcement*; foco no comércio e turismo e aumentar e agilizar o processo de refugiados legal (Heyman, et al., 2018). Isto permitiu estar-se mal preparado para qualquer um dos mais pequenos fluxos migratórios, o foco da migração e fronteira provou-se ainda desadequado ao espaço-tempo sendo anacrónico. A Administração Trump terá de facto

a sua quota parte com o aumento do impacto de uma narrativa de “crise”, tal como defendem Heyman, et. al. (2018).

3.3 Implicação da Administração Trump na *Border Crisis*

Os EUA foram construídos sobre paradoxos. Por um lado, temos um país fundado por ideias iluministas franceses a que se junta “a procura pela felicidade”. Por outro lado, estes princípios convivem com um país, acabado de nascer, com direitos desiguais entre género e que lida com uma sociedade escravagista da altura. Este paradoxo de igualdade condicionada parece aplicar-se ainda hoje, como George Orwell escrevera no seu romance *A Revolta dos Animais* de 1945: “Todos os animais são iguais, mas há uns animais mais iguais do que outros.”.

Se os EUA são um estado de concepção cívica (Smith, 1997), *jus solis*, a identidade americana basear-se-ia no facto de se viver em solo americano e recusaria, consequentemente, qualquer conceito etno-cultural.

Teoricamente, a interpretação da *Border Crisis* por Donald Trump, ou até mesmo a sua concepção, seria confusa. Pelo menos no que toca no cerne do que é ser-se americano. Todavia, encaixa na perfeição no aliamento de migrante-terrorista (Payan, 2006) – no pós 9/11 – com o alinhamento político jaksoniano (Sá & Soller, 2018) anexado à herança da Administração Obama e das políticas migratórias dos anos 1990 (Abrego, et al., 2017). Isto é fundamental para a compreender a contribuição da Administração Trump para a politização da *Border Crisis*.

Trump vê o migrante como “homo economicus”, alguém que quer maximizar os seus recursos (Marques, 2016, p. 117) pautando-se pelo irracional e emocional, tal como quando o debate da *Border Security* (Payan, 2006). Esta percepção do “homo economicus” – inicia-se após a Grande Depressão (John, 2011) e a retórica “migrante como ladrão de empregos” inicia-se (Marshall, 2018). Retórica que se aliará às três guerras na fronteira (Payan, 2006).

“Precisamos de fronteiras fortes”, defende Trump em 2016, acrescentando que “Um dos meus primeiros actos será tirar fora daqui todos os senhores da droga, todos os maus da fita. Nós temos alguns maus *hombres* aqui e vamos t’rá-los fora daqui”.²⁷

²⁷ No original: “We need strong borders (...) One of my first acts will be to get out all of the drug lords, all of the bad ones. We have some bad, bad people in this country that have to go out. We have some bad hombres here and we’re going to get ‘em out”. – Donald Trump, 19 de Outubro de 2016

Analisando o discurso de 2016 pode concluir-se que Trump alia migração à droga – a primeira guerra na fronteira (Payan, 2006) – com os *bad hombres* que pela utilização da palavra homens em espanhol, se pressupõe que se reporta aos latinos sendo impreciso se se refere a terroristas ou migrantes sem documentos, uma vez que acrescenta “vamos tirá-los fora”. Não seria esta a primeira nem a última vez que Trump faria referência à imigração proveniente da fronteira sul como algo nefasto. Em 16 de Junho de 2016 já tinha referido o seguinte:

“ [os migrantes mexicanos] estão a trazer drogas. Estão a trazer crime. São violadores. E alguns, eu assumo, são boas pessoas.”

Este discurso é curioso quando aliado a alguns factos de migração e segurança. Veja-se o exemplo de uma das cidades mais populosas dos EUA. No dia 26 de Novembro de 2012 nenhuma pessoa na cidade de Nova Iorque foi morta, não havia dados de um dia assim desde que começaram a ter registo. Em 2012 só 1 em 20 000 nova iorquinos morreu violentamente, sendo o número mais baixo de sempre (Morris, 2016). Segundo o relatório *Immigration and New York City: The Contributions of Foreign-Born Americans to New York's Renaissance, 1975-2013*, os imigrantes têm sido uma força motriz para manter a cidade mais segura e não só:

"Força motriz na recuperação da cidade - tornando-a mais segura, acessível e atraente para novos residentes".

É, pois, curioso quando contrastado com a visão de Trump. O relatório (Americas Society/Council of the Americas, 2014) revela ainda que a imigração é a responsável por reverter o declínio populacional de Nova Iorque e reanimar a economia da cidade, bem como a já supra citada responsabilidade pela diminuição das taxas de crime em Nova Iorque numa correlação: > Imigração < Crime; ainda contribuíram para suavizar os preços das habitações na cidade e por fim para uma riqueza dos proprietários em Nova Iorque. Na fronteira, o mesmo é constatável a nível de reanimação económica e interações socio-culturais.

O discurso de Trump em conjunto com o fluxo de migrantes cujas autoridades e políticas americanas não conseguem escoar e lidar celeremente provocaram a percepção da *Border Crisis* na sociedade, que os *media* difundiram, e Trump politicizou (Heyman, et al., 2018).

Uma explicação semelhante é defendida por Chomsky (2018), que refere que a ansiedade económica em conjunto com os *media* e os políticos provocam um sentimento anti-imigração, muito mais do que os migrantes ou a própria imigração.

“Como defendi no livro, o sentimento de anti-imigração responde mais à ansiedade económica, aos *media* e políticos que deitam achas na fogueira do que factos reais sobre a imigração e imigrantes.” (Chomsky, 2018, p. 26)

A *Border Crisis* é isso mesmo, uma politização de uma crise burocrática (Heyman, et al., 2018). Como já supra referido, a *Border Crisis*, é apresentada por um pico de fluxo de migração na fronteira sul dos EUA, sendo uma reacção paradoxal a uma primeira resposta com a difusão política e mediática. As medidas de Obama para travar a “má imigração” proporcionaram, por outro lado, um ambiente perceptivelmente seguro para a imigração de famílias – ainda que tenha deportado em números elevados.

O que ocorrerá a Administração Trump é esse pico reactivo, em Julho de 2018, que é accionado pela visibilidade projectada pelos *media*. A *Border Crisis* é complexa quer pela sua paradoxalidade cíclica quer por ser percepcionada quando alavancada pelos *media* e discurso político (que se cola às ansiedades económicas).

A reacção do eleitorado é positiva à posição de Trump porque vê a ansiedade económica com, finalmente, uma causa, neste caso os migrantes (Chomsky, 2018) e é necessária uma causa para se descobrir a cura. Todavia, coloca-se a questão: Porque persiste o problema?

Isto leva a crer que o problema não serão os migrantes, *i.e*, a *Border Crisis*, não é provocada pelos migrantes, mas, sim como se lida com eles.

3.3.1 A questão da segurança nacional e a *Border Security*

A questão da *Border Security* é aliada - em especial no pós 11 de Setembro – à segurança nacional. Segundo o website oficial da *Homeland Security*:

“Proteger as nossas fronteiras do movimento ilegal de armas, drogas, contrabando e pessoas, promovendo comércio e viagens legais, é essencial para a segurança nacional, a prosperidade económica e a soberania nacional.”²⁸

A segurança da fronteira é, então, um pilar fundamental para a segurança dos próprios EUA o que, doravante, ditará em parte como se relacionam os EUA e o México em questões de fronteira. O objectivo da *Homeland Security* é proteger a fronteira de qualquer evento ilegal que ponha em cheque a segurança, economia e soberania.

Não deixando de reconhecer que as fronteiras – sejam elas com o Canadá ou com o México – são veículos de economia. O México é, aliás, o terceiro maior parceiro comercial dos EUA (Machado, 2018). Deste modo a *Homeland Security* acrescenta:

“Essas fronteiras são portais económicos vitais que representam triliões de dólares em comércio e viagens todos os anos. Também abrigam algumas das maiores e mais seguras cidades e comunidades de nosso país ”.

É essencial compreender de que modo os organismos políticos reagem à fronteira quando aliada à segurança para compreender a conversão política da *Border Crisis*. É de tal modo importante que a maioria da patrulha de fronteiras – 21 mil homens – está na fronteira com o México, tendo nos últimos anos apreendido droga, dinheiro e armas (Homeland Security, 2018). Tendo em consideração que os EUA são receptores de droga, mas, exportadores de armas ilegais para o México (Marshall, 2018) – uma vez que a posse de armas é legal nos EUA devido à Segunda Emenda à Constituição dos Estados Unidos de 1791. Uma relação a ser explorada no capítulo *Economia*.

Em 25 de Janeiro de 2017, Trump assina duas *executive orders* de imigração que espelham a *Border Security* e a *Border Crisis*. A *Border Security and Immigration Enforcement Improvements* e a *Enhancing Public Safety in the Interior of the United States* efectivamente significam que há uma permissão para os xerifes e polícia investigar casos de imigração, realizar apreensões nesse âmbito, deter imigrantes através de processos cíveis e de crime relacionados com a migração; aumentar o número de *Border Agents*; deter migrantes que entram nos EUA ilegalmente; prioriza processos crime a nível da imigração bem como das ofensas cometidas na fronteira (Abrego, et al., 2017). Isto espelha o reforço do *enforcement* de Obama e a dissociação do carácter humanitário, tornando Trump num revisionista em matéria de migração.

²⁸ Department of Homeland Security. (2019). Border Security. [online] disponível em: <https://www.dhs.gov/topic/border-security> [Acedido em 20 Jul. 2019].

A *Homeland Security* faz ainda alusão à influência que o número de patrulhas na fronteira sul tem tido influência na taxa de criminalidade das *borderlands* que são os estados do Arizona, Texas, Novo México e Califórnia.

“Além disso, desde 2008, as taxas de criminalidade caíram no Arizona, Califórnia, Novo México e Texas.”

Não referindo que tipos de crime – *violent crime* ou *property crime*²⁹? – nem o panorama geral do país, *i.e.*, que garantias há que há uma correlação entre o número de patrulhas e a diminuição do crime (ainda que não se saiba o crime) na fronteira. Veja-se então os números do Estado do Texas:

Figura 19: Crime no Texas e a sua variação entre 2008-2007

Tipo de crime	2008	2007	Variação em percentagem
Violent Crime	508.2	511.2	-0.6%
Property Crime	3986.6	4119.9	-3.2%

Fonte: Elaboração própria, com base em:

https://www.dps.texas.gov/director_staff/public_information/2008CIT.pdf

Entre o ano de 2007 e 2008 houve efectivamente uma diminuição tanto dos *Violent Crimes* bem como dos *Property Crimes*, ainda que seja de ressaltar que os crimes violentos – que estariam

²⁹ Violent Crime: violação, assassinato, furto, roubo (com recurso a violência); Property crime: furto (sem ninguém estar em casa) (burglary); roubos pequenos (larceny); roubo de viaturas

então mais associados à fronteira devido às drogas e ao tráfico de seres humanos – têm uma variação com pouca expressão.

Figura 20: Crime no Arizona e a sua variação entre 2008-2007

Tipo de crime	2008 (%)	2007 (%)	Variação em percentagem
Violent Crime	38,7%	38,3%	0.4%
Property Crime	15,2%	13,8%	1,4%

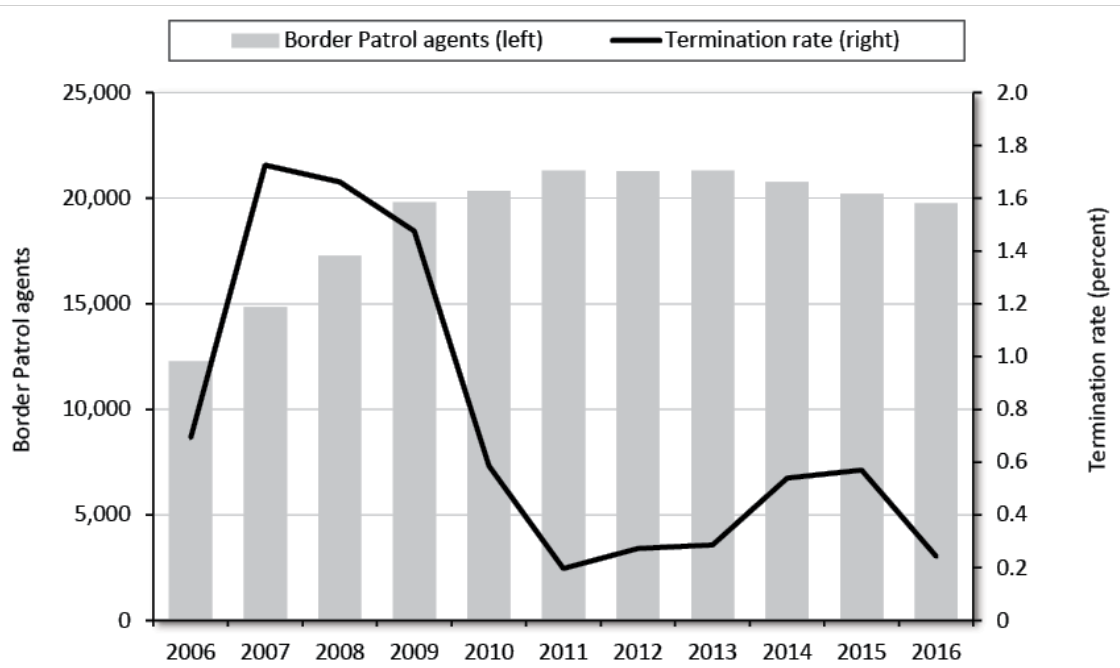
Fonte: Elaboração própria, com base em:

http://www.azdps.gov/sites/default/files/media/Crime_In_Arizona_Report_2007_0.pdf e

http://www.azdps.gov/sites/default/files/media/Crime_In_Arizona_Report_2008_0.pdf

Já no Arizona entre 2007-2008 ambos os tipos crimes aumentam, sendo que o *Property Crime* tem novamente mais expressão. Ora, compare-se, então, com a correlação de patrulhas na fronteira e diminuição de crime.

Figura 18 - Número de patrulhas (a cinzento) de 2006-2016



Fonte: Office of Personnel Management, “FedScope Separations Cube, Fiscal Years 2006-2016”; and Office of Personnel Management, “FedScope Employment Cube, Fiscal Years 2006-2016.”
Via <https://www.cato.org/publications/policy-analysis/border-patrol-termination-rates-discipline-performance-problems-signal>

Apesar do aumento de número de membros da patrulha de fronteira entre os anos de 2007-2008, os números de crime aumentaram no Arizona. Sendo o Arizona um dos estados que compreende o espaço das *borderlands*, esta correlação não poderia ser provada. Não há pelo menos uma relação óbvia ou exclusiva entre patrulhas e diminuição de crime. Por exemplo o estado de Nova Iorque, não faz fronteira com o sul, e entre 2007 e 2008 teve uma descida com alguma expressão no *Violent Crime*.

Figura 19 - Crime em Nova Iorque e a sua variação entre 2008-2007

Tipo de crime	2008	2007	Variação em percentagem
Violent Crime	77,371	79,838	-3.1%
Property Crime	385,936	381,314	1.2%

Elaboração própria. Fonte: <https://www.criminaljustice.ny.gov/pio/annualreport/nys-crime-report-2008.pdf>

A militarização da fronteira, quer seja através de militares – justificados pela guerra à droga e segurança nacional – quer seja pela própria militarização das *Border Patrol* (equipamentos, estruturas e tácticas) (Falcón, 2006) parece não ter grande expressão a nível dos números relacionados com o crime.

A segurança na fronteira é, não obstante, um elemento na *Border Crisis*. Se a patrulha na fronteira não contribui para uma maior segurança com impactos internos – não descartando os impactos *a priori*, i.e, apreensões de droga na fronteira ou até desmantelamento de redes de tráfico.

A *National Security Agency* (NSA) define como graves ameaças à segurança nacional, o terrorismo e o tráfico de droga para os EUA:

“Os Estados Unidos hoje enfrentam ameaças à segurança nacional muito reais e muito graves. O extremismo e o terrorismo internacional florescem em muitas áreas do mundo, ameaçando os nossos combatentes, aliados e pátria. Os conflitos regionais podem ter efeitos sérios nos EUA, interesses nacionais. Governos estrangeiros hostis e terroristas negociam ou procuram adquirir armas de destruição

em massa e / ou os materiais para produzi-las. Toneladas de drogas ilegais são contrabandeadas para o nosso país a cada ano..”³⁰

A junção de terrorismo e tráfico de droga remete para a fronteira onde um dos principais problemas é o fluxo de droga ilegal que cruza o México e rumo aos EUA, a constante associação segurança-migração-fronteira pontilhou – e pontilha – o discurso actual da Administração Trump.

Num claro pensamento pós 11 de Setembro, contudo volta a frisar-se que não há nenhum nexo entre migração e segurança (Coutinho, 2019). Tal como Coutinho (2019) refere “é necessária uma gestão das migrações através de mecanismos” muito mais do que o controlo de fronteiras com base no argumento da segurança.

3.3.1.2 Emergência Nacional em Relação à fronteira Sul dos EUA

Quando Alexandre Hamilton discursou no dia 9 Janeiro de 1788 “Acerca da Milícia” e disse:

“O poder de regulamentar a milícia e de comandar os seus serviços em períodos de insurreição e invasão dizem naturalmente respeito aos deveres de superintender a defesa comum, e de velar pela paz interior da Confederação” (Hamilton, 2011)

Hamilton não teria em mente que o que proclamava poderia aplicar-se à migração. A interligação de segurança e migração e ao facto da *Homeland Security* e a NSS conectarem estes dois abre portas para outras problemáticas.

O *National Security Strategy Report* – que é como uma base na estratégia securitária feita pelo Presidente para o Congresso - de 2017, o último feito pelo Presidente Trump, aponta como acções prioritárias e problematização primária, a situação na fronteira.

³⁰ Nsa.gov. (2019). National Security Agency | Central Security Service > What We Do > Understanding the Threat. [online] Disponível em: <https://www.nsa.gov/what-we-do/understanding-the-threat/> [Acedido a 20 Jul. 2019].

"O fortalecimento do controlo sobre as nossas fronteiras e sistema de imigração é fundamental para a segurança nacional, a prosperidade económica e o estado de direito".

Uma política basilar para a segurança Americana é “aumentar o controlo nas nossas fronteiras”, o que será traduzido nas instituições e, conseqüentemente, em acções práticas a ser aplicadas.

"Terroristas, traficantes de drogas e cartéis criminosos exploram as fronteiras porosa, segurança e segurança pública. Esses actores adaptam-se rapidamente para superar as nossas defesas".

Trump propõe uma reformulação nas leis de imigração bem como uma reforma no sistema de imigração, uma reforma necessária defendida por vários como Payne (2006) e Chomsky (2018).

"(...) ao mesmo tempo em que se aprimora a triagem e verificação dos viajantes, fecha-se brechas perigosas, refaz-se leis desatualizadas e elimina-se vulnerabilidades facilmente exploráveis".

Todavia, Donald Trump compreende o problema como uma ligação directa com a quantidade de imigração e não como a reforma efectiva do sistema de imigração americano, i.e, compreender o porquê da migração e criar um sistema de asilo célere e preparado para picos de migração. Uma vez que foi isto que gerou um aglomerar na fronteira em Junho de 2018, apesar de os números não terem em momento algum alcançado os números de migrantes da fronteira nos anos 90. O relatório continua:

"Queremos reformar o nosso actual sistema de imigração, que permite entrada aleatória e migração estendida da cadeia família"

"(...)As determinações de residência e cidadania devem basear-se no mérito dos indivíduos e na sua capacidade de contribuir positivamente para sociedade, em vez de o acaso ou conexões familiares ampliadas".

A retórica que imprime no relatório vai também contra a política de imigração que Barack Obama tentou construir de algum modo. Ao defender – de modo economicista num registo

jacksoniano – que os imigrantes devem trazer uma mais-valia para o país e não se limitarem a mudar a família para os EUA.

"Queremos fazer cumprir as leis de imigração, tanto na fronteira quanto no interior, para fornecer um impedimento eficaz à imigração ilegal e à apreensão e remoção rápida de estrangeiros ilegais na fronteira".

Trump compreende a necessidade de imigrantes, mas, admite também que há um certo tipo de imigrantes que são um “fardo” para a economia americana, prejudicando os americanos e pondo a segurança em cheque (Trump, 2017). Defende, consecutivamente, que se devem tomar as seguintes acções prioritárias (Trump, 2017):

- Construção de um muro e evolução de segurança tecnológica na fronteira
- Aumentar os *standards* para a imigração
- Leis severas

Dentro da doutrina da Administração Trump é expectável que se pudesse evocar a emergência nacional. A questão aqui é *quando* e *como*. Dia 15 de Fevereiro de 2019 Trump declara emergência nacional no prisma da imigração ilegal e que os EUA não têm capacidade para os migrantes (Trump, 2019).

"A situação actual na fronteira sul apresenta uma crise humanitária e de segurança na fronteira que ameaça os principais interesses da segurança nacional e constitui uma emergência nacional" – Proclamação 9844

Ora isto é curioso, uma vez que o discurso de Trump na campanha presidencial de 2016 tinha-se debruçado essencialmente nos migrantes como ameaça à economia nacional e segurança - veja-se o próprio *National Security Strategy Report*. O que vem alegar durante a 9844 é que os EUA não têm capacidade para o número de migrantes e os que são detidos não comparecem às audiências e o seu rasto perde-se, logo são necessárias as forças armadas. Aqui o discurso acaba por se contradizer, por um lado é a falta de capacidade dos EUA em receber os migrantes

"(...) os Estados Unidos e sua incapacidade de fornecer espaço de detenção para muitos estrangeiros enquanto seus processos de remoção estão pendentes"

e por outra é o facto de os migrantes representarem uma ameaça à segurança pelo facto da fronteira ser um ponto de entrada de ilegalidade.

"A fronteira sul é um importante ponto de entrada para criminosos, membros de gangues e narcóticos ilícitos"

Este momento define, contudo, e oficialmente o que para Trump, e subsequente Administração, representa e o que é a *Border Crisis*, desdobrando-a em crise de segurança e crise humanitária:

"(...) segurança de fronteira e crise humanitária (...)"

Não obstante, não há qualquer prova que o momento vivido em 2019 seja de dimensões superiores aos momentos de migração do século XIX ou XX. Há, sim, uma nova mundividência – quer seja num pensamento pós 11 de Setembro quer seja pela insegurança económica pós 2008 - que faz ver este momento na fronteira por um outro prisma. Bem como a retórica da Administração Trump, politização da crise e influência dos *media* no processo de criação de uma “crise”, sendo ela, efectivamente, burocrática (Heyman, et al., 2018).

3.4 Visitas de Estado ou o que poderia ter sido: Discursos na fronteira.

Este seria talvez um dos capítulos mais importantes para explicar a reacção política oficial de ambos os Estados à “*Border Crisis*” bem como a sua relação nesta matéria. É, todavia, um capítulo vazio.

Donald Trump não fez nenhuma visita ao México desde que tomou posse. Pelo contrário, Peña Nieto realizou quatro visitas tendo sido a última, dia 22 de Julho de 2016 – o que ainda não põe o tema da “*Border Crisis*” em cima da mesa. Barack Obama realizou cinco visitas em ambos mandatos, antes da efectiva politização do fenómeno. O actual presidente do México, eleito em 2018, Andrés Obrador também não fez nenhuma visita aos EUA, todavia tanto Trump como Obrador têm feito visitas às fronteiras dos seus estados. Trump fê-lo em Abril de 2019, na Califórnia, e Obrador fê-lo em Junho de 2019, na Baja Califórnia.

"Mas o sistema está cheio. E quando estiver cheio, não há nada que possa fazer.

Disse: "Sinto muito, não podemos ficar consigo." Temos tentado ficar com as pessoas, e eu tenho de discordar com isso. Temos tentado ficar com as pessoas e não pode fazê-lo. Não pode fazer isso. Vamos, então, olhar para isto e vamos olhar muito, muito fortemente. " (Trump, 2019)

O discurso de Trump em Abril mudou em parte – como se tem vindo a explorar – o que defendia em 2016: o problema da migração da fronteira é que os EUA não têm capacidade para mais migrantes.

"Eu vi alguns dos nossos maiores oponentes, nos últimos dois dias, dizerem: "Sabes uma coisa? É realmente uma emergência. "Eles não podem acreditar no que está a acontecer. E parte disso é devido ao facto de o país estar no bom caminho. E parte disso é apenas uma farsa. Eles não estão a entrar. E há pessoas que estão a causar problemas, membros de gangues e muitos outros. Nós estamos a expulsá-los. Estamos a impedi-los, na maioria das vezes, mas expulsando quando entram. E ninguém fez o trabalho que fizemos." (Trump, 2019)

Esse é o grande problema aliado ao já referido factor “esquema” dos traficantes e ao facto de alguns migrantes serem criminosos. Isto é, a retórica ganha uma nova dimensão de complexidade e tenta, ao fim e ao cabo, perceber o fenómeno que politicizou – ou pelo menos tenta torná-lo num discurso coerente.

“Por isso, eu quero afirmar que há, de facto, uma emergência na nossa fronteira sul. Tem sido bem claro. Estamos no tribunal e muitas pessoas nem sequer estão mais a puxar o caso. Muitas pessoas vão puxar o caso; É muito difícil dizer que não há emergência. Temos uma grande emergência em nossa fronteira sul.

(Trump, 2019)

Quando Trump afirma que há uma “emergência na nossa fronteira sul” fá-lo cometendo uma petição de princípio³¹. Uma falácia, um argumento circular que se tenta explicar pelo facto de existir, não havendo, consequentemente, lógica no discurso: “(...) há de facto uma emergência na nossa fronteira sul (...) ∴ Temos uma grande emergência na nossa fronteira sul.”

"Portanto, a crise é resultado directo da obstrução dos democratas no Congresso. E nós temos de fazer algo sobre isso. E nós vamos. E acho que muitos democratas também se sentem assim. Eu acho que eles sentem isso. Eles vêem isso. Não há muito que eles possam fazer, mas dizer: "Uau. O que foi aquilo que acabei de ver na televisão?" (Trump, 2019)

Por outro lado, Trump – paradoxalmente – acaba por referir que a “crise é um resultado directo” da política democrata no Congresso. Em parte, Trump toca na franja do problema uma vez que a “crise” é burocrática (Heyman, et al., 2018) muito mais do que ter que ver com o fluxo de migração. Se se tomar o discurso de Trump desde a sua campanha eleitoral com coesão

³¹ No grego, τὸ ἐξ ἀρχῆς, falácia de argumentação informal desenvolvida e cunhada por Aristóteles. Implica chegar à conclusão de um argumento pela sua primeira premissa. É deste modo um círculo, justificando a sua premissa inicial com a conclusão, que é por sua vez a premissa inicial.

constata-se que esta “crise” seria produzida antes da Administração Trump e doravante seria sob o 114º Congresso dos EUA que tinha em ambas as câmaras maioria Republicana; o 115º Congresso dos EUA também tinha maioria Republicana – este esteve em trabalhos até Janeiro de 2019 - apenas a “House” – Câmara dos Representantes – tem durante o 116º Congresso dos EUA maioria perante os Republicanos, o que faria a crise começar apenas em Janeiro de 2019 (?).

Antagonicamente ao discurso de Trump, há a resposta de Obrador em Tijuana em Junho do mesmo ano, no qual imprime um discurso de cooperação e irrevogável dos direitos humanos. Não imiscui a Guerra às Drogas mas entrelaça a História e a economia dos dois países.

“Partilham uma fronteira de 3 mil 180 quilómetros de comprimento, exercem uma influência cultural mútua e as histórias nacionais dos nossos países estão entrelaçadas em numerosos episódios de hostilidade, mas, também de cooperação e entendimento.” (Obrador, 2019)

Obrador reforça a cultura dual e narrativas partilhadas que se sobrepõem aos momentos quentes das relações internacionais entre os dois países. A posição é clara, há que se focar entre a entre-ajuda num país com quase 200 quilómetros de fronteira partilhada.

“Actualmente, os Estados Unidos têm uma comunidade mexicana composta por cerca de 36 milhões de pessoas, das quais 15 milhões nascem no México. Essa população tem uma contribuição fundamental para a economia e a cultura do país vizinho e a sua participação política é cada vez mais relevante. Existe mais de um milhão de empreendedores; Além disso, os mexicanos realizam 30% dos trabalhos agrícolas, 20% dos trabalhos de construção e 15% na indústria do turismo. Por outro lado, esses compatriotas contribuem para a economia mexicana com remessas de mais de 33 mil milhões de dólares anualmente. Um facto pouco citado é que no México existe cerca de um milhão e 200 mil americanos; isto é, os nossos dois países são protagonistas da maior troca demográfica do mundo.” (Obrador, 2019)

Refere também a influência da comunidade mexicana na política americana (e vice-versa) mas também no espectro cultural e económico. No prisma económico reforça – tal como explicado no próximo capítulo da presente dissertação – a dependência económica de ambos os países.

“É nesse contexto e às vésperas da conclusão do Tratado México-Estados Unidos-Canadá (T-MEC) que é apresentada a decisão unilateral do presidente Donald Trump de impor uma tarifa generalizada e progressiva às exportações mexicanas para os Estados Unidos. (...) Da mesma forma, chegamos a um entendimento porque o fenómeno migratório não surge do nada, é causado por deficiências materiais e insegurança nos países da América Central e em sectores e regiões marginalizados do México, onde existem seres humanos que precisam realizar uma peregrinação inteira para mitigar a sua fome e pobreza ou preservar suas vidas.” (Obrador, 2019)

É ainda referida a posição mexicana perante o revisionismo de Trump no campo económico, que funcionou como uma alavanca de pressão para o México tomar mais medidas (ou outras) na questão da “Border Crisis”. Ao que Obrador refere que há um compromisso humanitário para com os migrantes quer centro-americanos quer de zonas isoladas do México que procurem melhores e justas condições de vida.

“Consequentemente, reafirmamos nosso compromisso em ajudar a impedir que os migrantes atravessem o território nacional para chegar aos Estados Unidos, mas, nunca o faremos violando os direitos humanos dos viajantes, começando pelo direito à vida.” (Obrador, 2019)

Deste modo o México compromete-se em evitar a onda de migrantes, não obstante tendo em conta os direitos humanos que serão uma prioridade.

A postura do México para com a “Boder Crisis” – veja-se que Obrador nunca se refere a “crise” mas sim “fenómeno migratório” – pauta-se por compreender porque migram e proporcionar oportunidades legais para aqueles que queiram ir para os EUA legalmente com o pedido de asilo.

“A partir da próxima semana, ofereceremos oportunidades de emprego, educação, saúde e bem-estar para aqueles que esperam que seu pedido de asilo no México para irem legalmente para os Estados Unidos.” (Obrador, 2019)

A questão do asilo nos EUA – tal como em Portugal – pressupõe que para se poder pedir asilo se tenha de estar em solo americano,” (...) dentro de um ano da sua chegada aos Estados Unidos (...)” (U.S Citizenship and Immigration Services, 2019), ficando deste modo um período como ilegal, tal como já referido.

É uma contradição obrigatória que coloca os que pedem asilo num limbo espacio-temporal de legalidade ilegal nos EUA. As consequências disto são sobre carregamento das instalações onde os migrantes aguardam e isolamento social dos que pedem asilo, durante o tempo que for; porque aliás estamos perante uma *crise burocrática* (Heyman, et al., 2018) .

3.5 O último paradoxo

Se os EUA estão a tomar medidas mais rígidas – em conjunto com o México – só resta uma solução aos migrantes: apressarem-se a chegar aos EUA antes que seja tarde demais. O país desenvolvido mais próximo, que apresentaria *a priori* o Sonho americano. A promessa do muro, a retórica e as *executive orders* fazem com que os migrantes, ao passo de verem a chegada aos EUA como uma maratona a transformem num verdadeiro *sprint*. O que piorará a crise burocrática, uma vez que os migrantes que chegam pedem automaticamente asilo (Heyman, et al., 2018) (Capps, 2019). Segundo Capps (2019) Trump vem ainda colocar mais um prego no caixão quando dia 15 de Julho de 2019 vem propôr que os migrantes só possam pedir asilo se não passarem por um terceiro país para chegar aos EUA. Se os migrantes são fogo, as políticas de DC são gasolina.

Veja-se que esta proposta vem para cima da mesa assim que o México começa – Junho de 2019 – com um *enforcement* na fronteira com a Guatemala tentando bloquear ou mitigar a quantidade de migrantes centro-americanos. A proposta americana – que além do mais tornaria a relação EUA-México ainda mais fricativa – restringiria os migrantes centro-americanos ao México. Ou faria que tivessem de comprar um bilhete de avião até aos EUA, desembarcar e pedir asilo, o que é convenientemente muito improvável de suceder.

As repercussões do dia 15 de Julho de 2019 saber-se-ão nos próximos meses, mas, provavelmente irá dar um impulso à migração no tempo e poderá ainda fazer com que o negócio dos *coyotes* aumente, uma vez que os migrantes estão numa constante corrida contra o tempo. Logo, intensificando a “crise” como referem Heyman, et al. (2018).

Capps (2019) defende ainda que a retórica de “invasão” produz nos migrantes a ideia de que *afinal* é fácil chegar aos EUA em conjunto com a pressão para cruzar a fronteira antes que seja tarde, ainda mais curioso acrescenta que nos últimos meses mais migrantes asiáticos e africanos têm cruzado a fronteira EUA-México devido ao discurso de Trump.

Para Donald Trump, o que perdente fazer e o que diz está a surtir o efeito paradoxal na migração. Todavia, este paradoxo não é novo na política americana e mexicana. O momento político mais semelhante e com parecidos *outputs* de “*Border Crisis*” é quando Ronald Reagan chama à migração mexicana *invasão* e aprova o IRCA, tal como já referido, que cria a reacção paradoxal aumentando a migração.

A política americana deveria ter logo em 2014 com Obama procurado agilizar as questões de asilo e migração legal, ao focarem-se na migração ilegal colocaram de parte que se poderia começar a migrar legalmente para os EUA através da fronteira com o México, caricatamente. É necessária uma melhor gestão das migrações com mecanismos que lhe respondam acertadamente (Coutinho, 2019). Capps (2019) alerta ainda para o facto de África contribuir para o maior número de migrantes internacionais e ser uma tendência nos próximos anos, se os EUA começam agora a ver um aumento desse fluxo devem preparar-se, em especial em conjunto com o México, o qual eles usam como país de trânsito, tendo em conta que estes migrantes também pedem asilo. Há, como defendem vários autores já supra citados, uma necessidade de reforma no sistema de migração e compreender porque migram as pessoas, combatendo esse problema num terceiro solo ao passo de colocar emendas nefastas e paradoxais na fronteira EUA-México.

Veja-se que a politização da *Border Crisis* e a crise burocrática tem além de aumentado o fluxo migratório – ainda que nada de especial comparativamente com décadas anteriores – aumentado a tensão EUA-México. As visitas de estado estão cada vez mais parcas, o diálogo DC – Cidade do México encontra ultimatots e o ódio mediatizado alastra-se.

4. Implicações económicas

4.1. O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA)

Nos anos 1980, o presidente Ronald Reagan propõe um acordo de mercado comum na América do Norte (Machado, 2018), negociado sob o mandato de George Bush e em 1994, o acordo NAFTA – zona de comércio entre o Canadá, EUA e México – é assinado sob a presidência democrata de Bill Clinton. Este acordo viria a alterar a relação entre os EUA-México no campo diplomático e económico (Balze, 2017). Na verdade, o NAFTA é mais político do que propriamente económico (Cowie, 2017), uma vez que pressupõe uma ligação em algumas matérias de três países.

Trump afirma que o NAFTA é o “pior acordo na história dos acordos, talvez de sempre”, “o pior acordo para as manufacturas” (Trump, 2016) e “o pior acordo comercial do mundo” (Trump, 2017), i.e, o NAFTA tem sido um alvo forte de críticas por parte do Presidente.

Os EUA são o maior receptor dos produtos do NAFTA e os maiores consumidores (Machado, 2018) convergindo economicamente com o México (Marshall, 2018). Nas *borderlands* mexicanas – fronteira com os EUA – fruto da aproximação do zero das taxas alfandegárias de alguns produtos, começaram a surgir *maquiladores* (Machado, 2018). Isto é, no lado da fronteira Mexicana tudo é mais barato (mão-de-obra e produção) podendo fazer os produtos chegar aos EUA com um valor final menor do que o produzido em solo americano. Há de facto, e em especial nas *borderlands* americanas, uma perda de mão-de-obra – ou melhor uma transferência – para o México. Machado (2018) defende que o facto de haver empregos perdidos para o México, não é relevante no quadro internacional de comércio, i.e, se não fosse para o México seria para a China. Na verdade, os EUA salvaram a economia mexicana durante a crise da Tequila em 1995 (Balze, 2017) mas no reverso da moeda também tornaram o México num local mais pobre (Machado, 2018). As fábricas, *maquiladoras* que pontilharam a fronteira mexicana, foram fruto de fomentos económicos americanos que com o NAFTA eclodiram. Não é por opção mexicana ter grande parte da sua indústria colada à fronteira americana, mas, sim fruto da história. Sabe-se que o Norte do México – actual Sul dos EUA – era uma das zonas mais prosperas do país que quando anexada aos EUA se sentiu em desequilíbrio económico. Tal desequilíbrio que mudou as potências hegemónicas da América do Norte.

Tabela 1 - Trocas comerciais em bens com o México nos anos das oscilações migratórias

	Importações	Exportações
2000	135,926.3	111,349.0
2004	155,901.5	110,731.3
2005	170,108.6	120,247.6
2007	210,714.0	135,918.1
2009	176,654.4	128,892.1
2012	277,593.6	215,875.1
2013	280,556.0	225,954.4
2014	241,007.2	295,730.0
2016	293,923.9	230,051.2
2018	346,527.7	265,010.4
2019(até Fev)	55,294.2	42,123.7

Elaboração própria. Fonte: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c2010.html>

De facto, a fronteira EUA-México é um espaço de cooperação mútua com uma economia intercalada (Martinez, 1994). O México é, em 2018, o terceiro maior parceiro comercial dos EUA (Machado, 2018), tendo em conta que os EUA exportam apenas 14% do seu PIB e 40% desses são para o México e Canadá, representando 22% da economia mundial (Marshall, 2018).

“O comércio de bens e serviços americanos com o México totalizou US \$ 671,0 mil milhões em 2018. As exportações foram de US \$ 299,1 mil milhões; as importações foram de US \$ 371,9 mil milhões. Os EUA o défice comercial de bens e serviços com o México foi de US \$ 72,7 mil milhões em 2018” (Representative, 2019)

Trump vê os acordos de comércio livre desfavoráveis com os seguintes *outcomes*: défices comerciais bilaterais; redução do emprego industrial americano; investimentos americanos em países competidores (Balze, 2017). O isolamento só deteora os EUA a longo prazo, como afirma Marshall (2018), contudo em cima da mesa está mais um revisionismo de Trump com a economia como égide não atentando a outros factores. Há uma conexão magnética entre muitas empresas nomeadamente nas *borderlands*. O comércio em 20 anos de NAFTA multiplicou-se por 10 vezes com o México, fazendo com que 80% das suas exportações terminem nos EUA (Balze, 2017). A dependência económica não é, todavia, somente mexicana uma vez que os EUA são grandes receptores.

“As importações totais americanas de produtos agrícolas do México totalizaram US \$ 26 mil milhões em 2018, o nosso maior fornecedor de importações agrícolas. As principais categorias incluem: legumes frescos (US \$ 5,9 mil milhões), outras frutas frescas (US \$ 5,8 mil milhões), vinho e cerveja (US \$ 3,6 mil milhões), salgados (US \$ 2,2 mil milhões) e frutas e legumes processados (US \$ 1,7 mil milhões).”

(Representative, 2019)

A indústria automóvel é prova dessa conectividade (Balze, 2017) (Machado, 2018) (Marshall, 2018), criando um *cluster* automóvel sem com sucesso duplo em ambos os lados da fronteira (Marshall, 2018).

“As principais categorias de importação (HS de 2 dígitos) em 2018 foram: veículos (US \$ 93 mil milhões), máquinas elétricas (US \$ 64 mil milhões), máquinas (US \$ 63 mil milhões), combustíveis minerais (US \$ 16 mil milhões) e instrumentos ópticos e médicos (US \$ 15 mil milhões).” (Representative, 2019)

A economia está no cerne da construção política da *border crisis* em 2016-2019, uma vez que a campanha presidencial de Trump se pautou no facto de os migrantes virem “roubar empregos” ou ainda defender uma reestruturação dos acordos de comércio livre – no qual acusa o México de ser um *free rider*. O sentimento anti-imigração deriva de várias ansiedades, entre elas, a ansiedade económica (Marshall, 2018) transformando-a numa retórica corrosiva (Payan, 2006).

Esta equação inclui ainda o facto de a fronteira ser considerada durante a Administração Trumo como um ponto de passagem de droga para os EUA, omitindo, contudo, a economia das armas americanas que cruza a fronteira para o México.

4.2 Narco-economia e tráfico de armas

A primeira grande guerra contemporânea na fronteira é, segundo Payne (2006), a “guerra às drogas”. A droga e a violência associada são um tema que se interliga com a *Border Crisis* como já referido. É, aliás, um dos elementos colantes da politização da *Border Crisis*. Há, não obstante, outro elemento a ser analisado no que toca à circulação de droga entre o México e EUA.

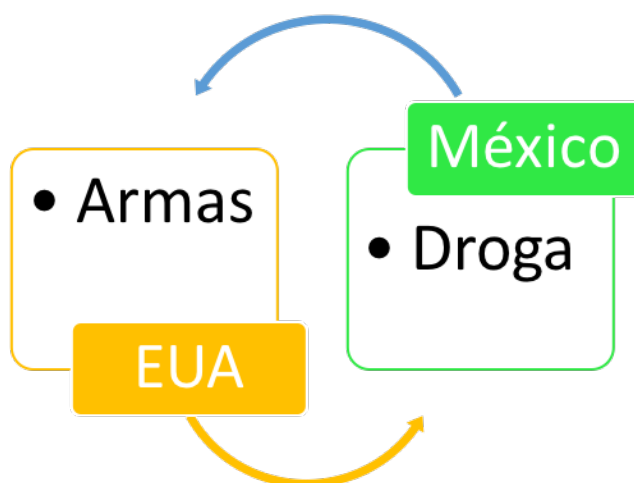
“Nos EUA, as drogas são convertidas em dinheiro e algumas delas em armas. No México e no Triângulo Branco, isto é para cartéis de narcotráfico, gangues, polícia, militares, guerillas com fronteiras porosas entre eles.” (Galtung & T., 2010)

O mercado de oferta e procura entre os dois países parece interligar-se na perfeição fazendo circular droga do Triângulo Branco até aos EUA gerando 29 mil milhões de dólares americanos ao ano na fronteira (Galtung & T., 2010).

“É sabido que o comércio de drogas no México representa uma das maiores indústrias do país, correspondendo até US \$ 991 milhões de dólares por ano.” (Rios, 2008)

A isto anexa-se o contra-tráfico americano de armas (Marshall, 2018) que inunda o México numa conexão explosiva com o negócio da droga.

Figura 20 - Relação droga-armas



Fonte: Elaboração própria.

O governo americano alega que há pressão e manipulação de traficantes para levar os migrantes da América Central para os EUA (Heyman, et al., 2018), os mesmos autores defendem que este é um contra-argumento do governo para diminuir a questão da ajuda humanitária e direitos humanos. A jornada para os EUA começa na fronteira México - Guatemala onde os comboios de carga partem pelo México a dentro. *O Comboio da Morte*, como é conhecido, ruma em direcção à cidade do México e até lá os migrantes sofrem várias violações dos direitos humanos. Não é de admirar que o México seja considerado um dos países mais perigosos para os migrantes com cerca de 200 rotas ilegais (Zharikova, 2016, p.15). Os migrantes que rumam aos EUA enfrentam: ferimentos físicos, violência por parte dos gangs, violações sexuais, extorsão, rapto, recrutamento para crime organizado e por fim morte, sendo que as mulheres são o alvo mais fácil. Em casos de extorsão e rapto é norma – quando as famílias não pagam o resgate – as vítimas acabarem mortas ou como cobaias em experiências de drogas dos cartéis, outros são ainda usados como *mulas* para fazer com que a droga chegue aos EUA. Isto torna a região numa área problemática, sendo que o triângulo Honduras, Guatemala e El Salvador acaba por ser um dos locais onde mais a violência prolifera e que, contudo, não é uma zona de guerra (Zharikova, 2016).

“Embora os cartéis mexicanos não participem de toda a cadeia produtiva da cocaína, a cocaína ainda é muito lucrativa porque o México controla quase todo o mercado dos EUA” (Rios, 2008)

Há, efectivamente, uma correlação droga-migrantes não pode ser contudo generalizado uma vez que nem todos os migrantes têm dinheiro suficiente para pagar aos traficantes – conhecidos como *coyotes* - para um “caminho seguro” até aos EUA nem todos os migrantes são usados como mulas, e nem todos se envolvem com os cartéis de droga, deste modo o negócio da droga não cria a “crise” mas em certo modo intensifica-a a migração no espaço-tempo (Heyman, et al., 2018).

“Um estudo de 1986 estima que apenas 300 exportações de cocaína signifique 220.000 produtores de coca, 74.000 produtores de pasta, 7.400 transportadores de pasta e 1.333 refinarias, somando 1,5 milhão de funcionários”. (Galtung & T., 2010)

O tráfico de droga é efectivado por duas razões, uma delas a procura americana e outra os milhões de pequenos agricultores que dependem da produção da coca (Galtung & T., 2010).

“Afimal, dólares de drogas também são dólares e as drogas também são uma indústria, uma indústria que introduz grandes fluxos de capital no país, gerando emprego, promovendo consumo e espalhando recursos para outras indústrias legais [por exemplo, a indústria da construção de muitas cidades é impulsionada pelo preferências exóticas de moradia dos traficantes de drogas (López 2007). Noutras palavras, o México está a ganhar ou a perder por ter uma indústria tão bem-sucedida, mas ilegal, como parte de sua economia?” (Rios, 2008)

Além disso, centenas de empregos são gerados (ainda que ilegalmente) criando investimento e salários mais elevados do que no resto do México mas também contribuindo para industrias legais que satisfaçam as necessidades dos traficantes (Rios, 2008).

“Esses benefícios económicos podem ser agrupados em três categorias principais:
emprego, fluxos de dinheiro e investimentos”. (Rios, 2008)

O emprego, o dinheiro e o investimento são os três maiores benefícios que a narco-economia proporciona ao México (Rios, 2008) criando uma concetividade toxica entre EUA e México. À violência dos cartéis e necessidade de protecção, surgem os EUA com o tráfico de armas. No México apenas o exército pode comercializar armas enquanto nos EUA, só nos estados de fronteira existem 8827 vendedores de armas com licença (Salcedo-Albarán & Santos, 2017). Heyman (2012) defende que há uma dependência economia que os 12 mil milhões de pessoas nas *borderlands* possuem através de *maquiladoras*, tráfico de droga, migração e turismo, acrescentaria também o tráfico de armas. 90% das armas encontradas em locais do crime no México são de origem americana (Salcedo-Albarán & Santos, 2017) isto é símbolo das trocas ilegais que ocorrem entre os EUA e o México ao que Salcedo-Albarán e Santos (2017) acrescentam que o narco-tráfico e o tráfico de armas explora os mesmos corredores para chegar aos países destino. A escalada de violência com armas dentro do círculo dos traficantes demonstra, em parte, a culpa dos EUA em não ser capaz impedir que as armas cruzem – muitas vezes dentro de partes de veículos – a fronteira; por outro lado, o México demonstra-se incapaz de controlar a massa de droga – a mais cara e mais traficada, cocaína que chega aos círculos mais altos da sociedade americana – que atravessa a fronteira.

Os EUA são o maior comprador de droga ao México pela mesma razão em que o são nos automóveis: a droga é mais barata de produzir com a mão-de-obra mexicana (Heyman & Campbell, 2010). Se os cartéis não existissem haveria menos droga nos EUA (Heyman & Campbell, 2010) mas paradoxalmente só existem porque há procura e o mesmo se aplica às armas.

Note-se ainda que o primeiro discurso para a politização da *Border Crisis* debruçava-se precisamente sobre a questão do narco-tráfico. Citando Trump (2017) “Terroristas, traficantes de drogas e cartéis criminosos exploram fronteiras porosas” e consequentemente a violência a si associada. Desassociando o fenómeno do tráfico de armas que antagonicamente torna o México numa região violenta e com um acesso muito pouco finito a armamento.

Em suma, há dois elementos a ser analisados economicamente. Por um lado, e como contribuição para a criação da “Border Crisis” há as consequências do acordo NAFTA e as interações dele resultantes – aos olhos da Administração Trump, prejudiciais para os EUA e com necessidade de reformulação, e o narco-tráfico como impacto violento interno aos EUA –

ignorando a questão do contra-tráfico de armas que esse torna, sim, o narco-tráfico ainda mais violento. Por outro lado, a fronteira tem as suas interações regionais intrincadas e inseparáveis, quer legais quer ilegais, que ignora completamente a linha que separa os dois países e se mantém desde sempre. Estas interações são contínuas e não datam nem escalaram substancialmente no período 2017-2019, o que há consequentemente é uma fricção entre o governo de DC e da Cidade do México que se encontra sobre revisionismos de acordos e pressão política para travar os migrantes centro-americanos.

5. Implicações na cultura e sociedade

5.1 – Cultura na *Borderland* e *frontier*

Colocar uma fronteira física num espaço de interactividade de *frontier* de modo a delimitar toda a área é uma mudança desastrosa ou até mesmo deportar em massa seria desconstruir séculos de interacção. O plano de Trump em relação à fronteira e migração “*oscila entre o exótico (...) e o inverosímil.*”, nas palavras de Gomes André (2016). A cultura na fronteira é um fenómeno regional que tem sofrido com a retórica Trump e as relações internacionais entre os EUA e México.

Figura 21 - A fronteira em 1819 e em 2017 com a actual vedação



Fonte: Google imagens, autor desconhecido.

Os estados mexicanos de *borderland* – Coahuila, Chihuahua, Sonora, Baja California, Tamaulipas, Nuevo León – são conhecidos como *el norte* ou *la frontera* e sentem-se distantes da capital e à parte do México (Adams, 2006), consequentemente sentem-se mais próximos dos estados de

fronteira americanos: Califórnia, Novo México, Arizona e Texas. É a interação destes dez estados que cria uma cultura de fronteira inseparável uns dos outros. Tal como Eagleton (2000) defende: “*“Cultura”, diz-se geralmente, é uma das duas ou três palavras mais complexas da língua inglesa (...)*”. Na verdade, a *frontier* prova não ser uma palavra complexa mas também uma concepção intrincada. Tendemos a ver a cultura como um espectro isolado e nacional (Heyman & Campbell, 2010) descartando a sua complexidade. Essa separação de cultura nacional não é visível na fronteira EUA-México, uma das fronteiras mais dinâmicas no mundo (Adams, 2006) e a “*maior divisão no mundo entre um país rico e outro relativamente pobre*” (Heyman & Campbell, 2010). Ambos os países são uma “unidade política centralizada pelo Estado” (Heyman & Campbell, 2010) numa visão de concepção política territorial (Smith, 1997). É como afirmam Heyman e Campbell (2010) muito mais fácil identificar os seus contrastes (e tentador) propagando estereótipos, do que compreender cada um deles, os autores acrescentam que esta mesma visão produz um olhar de que os mexicanos possam contaminar a “cultura americana” e vice-versa. É essa retórica espectral antagónica que Trump irá adoptar na politização da “*Border Crisis*”. Veja-se que aproveita o legado contraditório de Obama e o desassocia da vertente humanitária (Chomsky, 2018) proporcionando uma visão xenófoba e machista (André, 2016).

A fronteira é um espaço culturalmente difuso, por exemplo a questão da língua cujo o domínio do inglês e do espanhol dos “*fronteirizos*” é notável (Heyman & Campbell, 2010). O *Spanglish* é falado na fronteira, mas, também entre os migrantes e filhos de migrantes. Um dos maiores sites de notícias com enfoque no público-alvo dos *Millenials* e Geração X e Y, *Buzzfeed*, possui canais especializados de informação geridos por filhos de migrantes latinos cujas notícias são em *Spanglish* proporcionando e auferindo a *blend culture* americana e latina. O impacto desses canais é tão grande que muitos dos trabalhadores da *Mitú* (*Me + tú*) veículo do *Buzzfeed* dedicado à cultura latina, acabam por fazer carreira a solo demonstrando que há um mercado para a hibridização da cultura dual, que ao fim e ao cabo, ultrapassa as *borderlands*.

A *border culture* dá espaço à criatividade, mas, também ao conflito e separação (Heyman & Campbell, 2010), *i.e.*, o eu e o outro.

“A vida do Norteño é um processo interminável de movimento através das fronteiras, tanto geográficas quanto sociais. Ele (o Norteño é tipicamente jovem) não aprende inglês o suficiente para se integrar totalmente no sistema dos EUA. Ao mesmo tempo, o desejo de encontrar um trabalho bem remunerado significa que ele não pode ficar no México. O Norteño vive movendo-se entre o México e os Estados Unidos..” (Cohen, 2004)

O inglês falado na fronteira acaba por não ser “perfeito” para os “*fronteirizos*” para se fazer passar por um americano (Cohen, 2004), mas também o faz não pertencer totalmente ao México, neste caso em particular.

“Por “cultura de migração”, quero argumentar, primeiro, que a migração é generalizada - ocorre em toda a região e tem uma presença histórica que data da primeira metade do século XX. Segundo, a decisão de migrar é aquela que as pessoas tomam como parte de suas experiências cotidianas”. (Cohen, 2004)

A fronteira é porosa culturalmente (e economicamente) pelo que as dinâmicas regionais não são controláveis. As dinâmicas de cada estado na *frontier* desdobram-se para satisfazer as vontades dela mesma. O turismo diário na *frontier* é um exemplo disso mesmo. Milhares de mexicanos cruzam a fronteira para ir a centros comerciais americanos aproveitando para comprar alguns produtos mais em conta, produtos esses adaptados às necessidades do consumidor mexicano; o mesmo se aplica aos americanos que cruzam a fronteira para procurar produtos mexicanos (Heyman & Campbell, 2010).

“O muro já foi construído sobre vários segmentos na fronteira. A sua presença causou feridas psíquicas para aqueles como Eloisa, os Kumai e muitos outros que experimentaram a intrusão do muro, como um corte de faca, literalmente, no seu sítio. As famílias foram divididas, os americanos e os mexicanos foram colocados nos seus respectivos lados da fronteira. Os documentos oficiais devem passar de um lado para o outro e a duração da permanência no local estrangeiro não é concedida livremente.” (Sánchez, 2016)

A construção de um muro – que foi debatido quando Trump profere a Proclamação 9844 e a antes durante o *Shutdown* governamental em 2019– ou pelo menos a criação de uma total barreira permanente – separaria estas dinâmicas, mas, também famílias como acontece nos excertos da fronteira com separação física (Sánchez, 2016). A cultura diária na fronteira manifesta-se entre: investimento, matérias-primas, trabalhadores e acções governamentais (Heyman & Campbell, 2010) sendo deste modo indivisíveis. Facto de qualquer um dos habitantes da fronteira estarem mais próximos da fronteira do que de DC ou da Cidade do México. A sua identidade periférica (Ortiz, 2010) permite-lhes ter esta capacidade de não ser

pertencente nem ao México nem aos EUA mas sim a ambos. A fronteira como produto do governo centralizado garante um território fixo aleado à nação (Heyman & Campbell, 2010)

“Com taxas tão altas de migração para o norte, a área que se estende da América Central até a fronteira EUA-México tornou-se uma “região migratória” contígua (Jonas e Rodríguez 2014), onde migrantes da América Central atravessam o México para chegar aos EUA.” (Ramshort, 2018)

Como uma área onde os migrantes fluem naturalmente é pertinente a consequente reacção da sociedade. Quando a politização da Border Crisis se inicia, ou antes disso durante o período de eleições de 2016, o discurso de intenso de nacionalismo anti-imigração está sempre presente (Ramshort, 2018). Seja pelo facto da retórica migrantes-crise económica ou pelo atentado ao que é ser-se americano. Isto vem a ser alicerçado na ilegalidade dos migrantes, que já se sabe que faz parte da política americana estar em solo dos EUA – logo permanecer obrigatoriamente e temporalmente ilegal – para se pedir asilo (Heyman & Campbell, 2010) ou a associação de migrante-criminoso que já data da Administração Obama (Chomsky, 2018).

A expansão e intensificação alienada da causa humanitária, todavia, dessa retórica durante a Administração Trump torna a *Border Crisis* num fenómeno político complexo. Esta percepção de crise e do discurso daí derivado expandiu “a xenofobia e as ansiedades raciais” (Ramshort, 2018). Ora, isto é notável pela intensificação e manifestação de movimentos de extrema direita, como se viu em Charlottesville em 2017. Numa entrevista³² Vince Perez (County Commisionary) acrescentou:

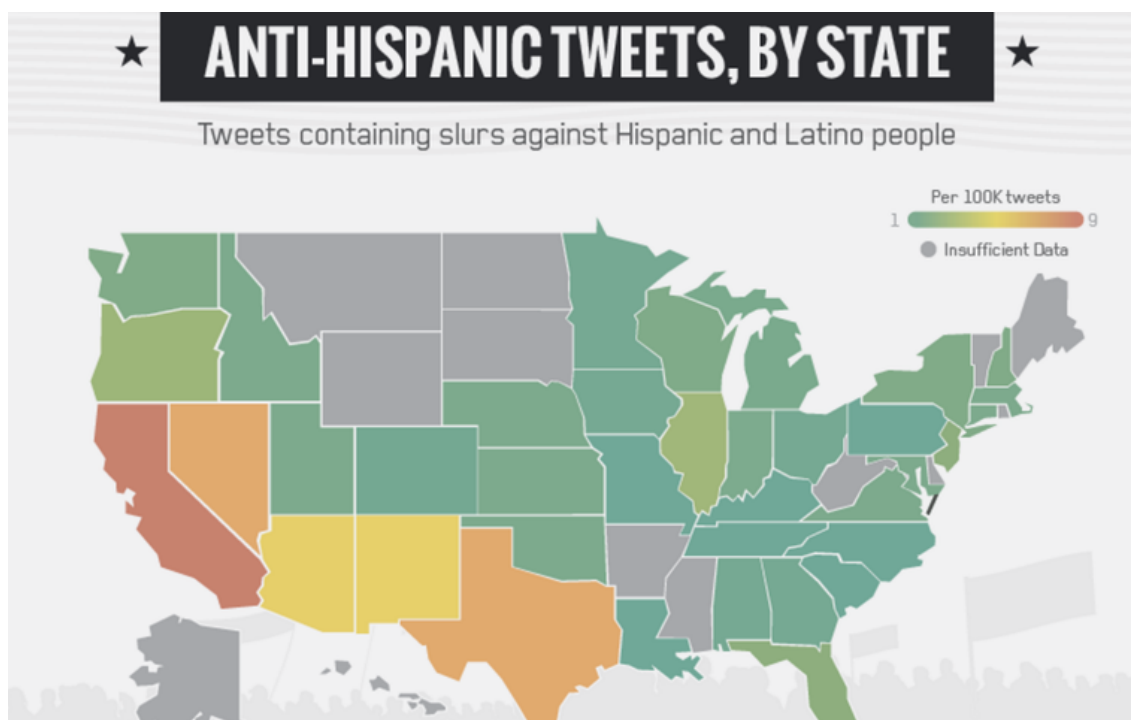
"Independentemente de nossos pontos de vista sobre imigração, estamos a enfrentar uma crise e as comunidades locais procuram ajudar as pessoas - as pessoas aqui entendem o que está acontecendo. Esses grupos de ódio não vêm de comunidades fronteiriças. ”

Isto é, as comunidades na fronteira respeitam a migração e os ataques xenófobos não provêm de elas mas sim do interior, o que é corroborado por outros autores tais como Heyman (2010)

³² Thinkprogress.org. (2019). *In My Family's Texas Border Town, Xenophobia is Getting the Boot*. [online] Disponível em: <https://thinkprogress.org/in-my-familys-texas-border-town-xenophobia-is-getting-the-boot-3b9c2a3f1549/> [Acedido em 22 Aug. 2019].

e Slack (2012) e Campbell (2018). Isto não impede, todavia, de ser nos estados de fronteira que mais o discurso anti-imigração predomina, veja-se os *tweets* anti-hispanos por estado:

Figura 22 - Estados com maior incidência de tweets contra hispanos



Fonte: <https://www.abodo.com/blog/tolerance-in-america/>

Todos os estados de fronteira com o México, e o Nevada, apresentam uma percentagem de *tweets* anti-hispanos e latinos mais elevada do que o resto do país. Este impacto de anti-imigração associada à “Border Crisis” que começará, então, em 2016, não tem só efeitos nos EUA mas também no México.

“Para reduzir essa mudança migratória, o México - com apoio dos EUA - implementou extensas medidas de segurança e controlo reforçado de imigração.” (Ramshort, 2018)

Os EUA têm implementado as suas acções com pressão no México para este ser mais duro com a migração da sua fronteira sul (Heyman & Campbell, 2010) culminando com acções racistas e

xenófobas no sul do México (Ramshort, 2018). Deste modo, a construção da narrativa “crise” pelo menos culturalmente e socialmente é arrastada para outra fronteira.

O sentimento anti-imigrante era constante, pois os migrantes vivenciavam assédio cotidiano, intimidação e outros tipos de violência. Essa discriminação não é nova. O racismo e a xenofobia em relação à América Central ... (Ramshort, 2018)

Um sentimento novo de racismo para com os migrantes centro-americanos surge (Ramshort, 2018) e dominará a politização da “Border Crisis” nos anos de 2017-2019.

5.2 - Consequências sociais

“Put yourself in their shoes. Imagine you’ve done everything right your entire life, studied hard, worked hard, maybe even graduated at the top of your class, only to suddenly face the threat of deportation to a country that you know nothing about, with a language that you may not even speak.”- Barack Obama, Junho 2012

Em Junho de 2018 rebenta nos *mass media* as denúncias contra as violações dos direitos humanos na fronteira EUA-México, em especial no que diz respeito às crianças desacompanhadas, por parte das autoridades americanas. Em Maio, Jeff Sessions³³ anunciara que os migrantes ilegais a atravessar a fronteira deveriam ser presos independentemente se os adultos procuram asilo político. Deste modo como as crianças não podem ser detidas são separadas dos seus pais na fronteira e, em Junho, os *media* descobriam que centenas de crianças se encontram sem as suas famílias em jaulas, tal como Heyman et. al. (2018) referem. Sessions também viria a acrescentar que os migrantes roubam empregos a centenas de milhares de americanos. Em 1952, o Acto de Imigração americano defende que as esposas e os filhos devem ter facilidade em obter vistos de modo a reunir as famílias nos EUA (Hagan, et al., 2018) em 1965

³³ Procurador-Geral dos EUA, conseqüentemente, guia o Departamento de Justiça dos EUA e é encarregue de coordenar todos os assuntos relativos ao poder executivo de direito e fiscalizar a aplicabilidade da lei.

o Acto de Imigração aponta para a reunião familiar como uma prioridade, em 1990 continua como uma prioridade; a ora deportação dos adultos e separação das crianças tornam o mesmo impossível. Também a deportação põe em causa outros problemas. Os que são apanhados directamente na fronteira ou aqueles que já há muito vivem nos EUA e são separados dos seus filhos – neste caso já americanos – acabam por viver em bairros marginalizados ou/e tornam-se parte de gangs perto da fronteira. (Zharikova, 2016).

A questão das crianças e da sua protecção tem sido um tema que tem estado em cima da mesa há décadas nos EUA. Estima-se que durante a Administração Obama cerca de 800 mil DREAMers tenham usufruído do *Deferred action for Children Arrivals* (DACA) (Hing, 2018). A Administração Obama é, contudo, das que mais deportações fez com cerca de 3 milhões face aos 2 milhões de George W. Bush ou 900 mil de Bill Clinton – apesar destes últimos terem devolvido muitos migrantes ao México sem procedimentos formais, tal como antes referido.

Trump culpabiliza os mexicanos essencialmente, contudo *apenas* ½ dos imigrantes sem papéis são mexicanos (Romero, 2018), isto faz com que na fronteira sul se viva um clima de permanente desconfiança em relação ao outro expandido a xenofobia e racismo (Ramshort, 2018). Os cidadãos americanos que vivem nas áreas fronteiriças sentem-se diferentes do resto dos outros e muitos deles vêem vedações amuralhadas rasgar as suas propriedades privadas (Romero, 2018), aliás 2/3 das borderlands são propriedade privada com proprietários que não querem ver um muro correr no seu quintal (Marshall, 2018). Os grupos indígenas com comunidades nos dois países – alguns com dupla cidadania – vêem a sua liberdade congestionada e a sua terra ancestral onde as suas famílias habitam limitadas (Romero, 2018). O direito cosmopolita dos Homens vê-se posto em causa (Kant, 2013).

Os centros de detenção de família – ainda na Administração Obama - americanos já tinham sido alertados para a sua falta de condições e dos problemas da quantidade e qualidade da água e comida que as famílias recebiam. (Romero, 2018) Esta questão é maximizada quando em Junho de 2018 se descobre que durante vários meses crianças sozinhas e emocionalmente instáveis têm de lidar com as condições destes centros. O que há efectivamente é uma crise burocrática (Heyman, et al., 2018), uma vez que todos os migrantes que pedem asilo – para o fazer – têm de estar em solo americano, e para estar em solo americano e pedir asilo tem de se estar – ainda que apenas durante um período – ilegal, é um paradoxo obrigatório para se obter o estatuto legal. Por um lado as leis na fronteira são violadas e por outro são violadas legalmente pois tem de se estar fisicamente nos EUA para se submeter os papéis (Heyman, et al., 2018).

Para lá do centro, no deserto ou nas íngremes montanhas, migrantes – mesmo que estejam sob as condições de asilo – tentam a sua sorte, em condições desumanas, e chegar aos EUA, porque Trump erigiu um muro, mais alto e mais farpado que qualquer outra administração, um muro psicológico (International Crisis Group, 2018, p. 13) que não só influencia a vida dos migrantes, das pessoas e comunidades na fronteira e fora dela, mas, uma outra fronteira sul entre o México e a Guatemala. A fronteira, como é sabido, tem a sua delimitação propositada em terrenos de difícil acesso, para tornar mais difícil o seu trespassse. Consequentemente, os migrantes são empurrados por esses caminhos, muitos morrendo pelo percurso com fotos espalhadas na comunicação social em Junho de 2019 por todo o mundo.

Dia 18 de Outubro de 2018 às 12:25, Donald Trump tweeta que o Partido Democrata, com as suas “leis fracas” e “fronteiras abertas”, levou a um *ataque* aos EUA por parte da Guatemala, Honduras e El Salvador cujos líderes não conseguem impedir a caravana de pessoas – Trump faz questão de conter em maiúsculas: INCLUINDO MUITOS CRIMINOSOS - que querem entrar no México e rumar em direcção aos EUA. Dez minutos depois volta a twheetar, desta vez directamente para o México, que de alguma maneira o México tem de parar a caravana ou ele chamará o exército americano e fechará a fronteira sul – aqui toma a liberdade de acrescentar um ponto de exclamação final. Passam mais dez minutos para twheetar que este ataque à fronteira sul inclui criminosos e drogas (esta última em maiúsculas) a entrar nos EUA. Dia 16 de Outubro já tinha ameaçado cortar a ajuda às Honduras – também via Twitter – que se sabe ser um dos países que actualmente mais emigrantes envia para a fronteira, tal como a Guatemala e El Salvador. Este escalar de ameaças online por parte do Presidente dos EUA fez com que o México enviasse centenas de polícias para a fronteira com a Guatemala quando estes tentavam desesperadamente fugir da violência e da pobreza, os que romperam a vedação envolveram-se em confrontos com a polícia mexicana (BBC, 2018). O que garantiu um tweet de agradecimento no mesmo dia por parte de Donald Trump. A *Amnistia Internacional* veio condenar as atitudes americanas e mexicanas defendendo que as famílias merecem dignidade e respeito e de ser assegurado que ninguém volta para a situação de risco de violência em que estavam previamente (BBC, 2018)

“Os Estados Unidos e o México reiteram sua declaração anterior de 18 de Dezembro de 2018, de que ambos os países reconhecem os fortes vínculos entre a promoção do desenvolvimento e o crescimento económico no sul do México e o sucesso da promoção da prosperidade, boa governança e segurança na América Central. Os Estados Unidos e o México acolhem com satisfação o Plano de Desenvolvimento Integral lançado pelo Governo do México em conjunto com os Governos de El

Salvador, Guatemala e Honduras para promover esses objectivos. Os Estados Unidos e o México liderarão o trabalho com parceiros regionais e internacionais na construção de uma América Central mais próspera e segura para lidar com as causas subjacentes da migração, para que os cidadãos da região possam construir uma vida melhor para si e suas famílias em casa.” (US Department of State, 2019)

Durante o fim de Maio e início de Junho de 2019, os EUA e o México atravessaram tensão diplomática enfatizando que os EUA ameaçavam utilizar taxas alfandegárias como pressão para o México fortificar a segurança na fronteira com a América Central.

“O México tomará medidas sem precedentes para aumentar a fiscalização para conter a migração irregular, incluindo a implantação de sua Guarda Nacional em todo o México, priorizando sua fronteira sul. O México também está a tomar medidas decisivas para dismantelar as organizações de contrabando e tráfico de seres humanos, bem como as suas redes financeiras e de transporte ilícito. Além disso, os Estados Unidos e o México comprometem-se a fortalecer a cooperação bilateral, incluindo partilha de informações e acções coordenadas para melhor proteger e garantir nossa fronteira comum.” (US Department of State, 2019)

A qual o México acabou por ceder com López Obrador a prometer fortificar a segurança no sul e patrulhamento em todo o México, com ênfase na sua fronteira com a América Central. (US Department of State, 2019).

A crise, no sentido lato da palavra, nunca abandonou a fronteira EUA-México, até porque veio a colocar uma barreira em dinâmicas regionais partilhadas pelo ora território dos dois países. Os momentos mais quentes dessa crise contínua são esporádicos conduzidos por acções estatais a cada pequeno aumento da migração, i.e, artificialmente. A “Border Crisis”, 2017-, tem sido o pináculo dessa politização e mediatização, o que acarreta sentimentos xenófobos e nacionalistas e propaga a retórica do ódio quer nos EUA quer no próprio México. As consequências culturais e sociais são um acontecimento *on going*, uma vez que ainda não terminou. Pode indicar-se como as alterações mais importantes:

- I.Mudança do tipo de migrante a qual o ódio se dirige: Centro-americano (ainda que com repercussões aos mexicanos);
- II.Construção de narrativas de *Alienated Border Regions* (Martinez, 1994), implicando uma tensão permanente na fronteira e nos *fronteirizos*;
- III.Criação do *outro* vs. *o americano*, ou pelo menos a sua acentuação dentro da própria América do Norte no século XXI;
- IV.Divisão dentro dos próprios países pelos que apoiam os migrantes e os que os repelam;

CONCLUSÃO

Dar uma conclusão a algo em progresso tem que se lhe diga. Enquanto se escreve esta conclusão está a ser emitido no telejornal que no Mississípi famílias de migrantes são separadas dos seus filhos. A seguir uma notícia de Trump. Aqui e acolá os EUA estão sempre presentes no nosso dia-a-dia e é inevitável falarmos deles entre nós.

A presente dissertação permitiu chegar a várias conclusões. Na verdade podemos dividir ou considerar dois tipos de *Border Crisis*: o conceito e o fenómeno. O fenómeno é *on going*, fez e faz parte das dinâmicas regionais entre os EUA e o México. É, curiosamente, um fenómeno burocrático ou fruto das decisões políticas de um destes países num rescaldo paradoxal. O conceito de *Border Crisis* já é outra face da moeda. Como conceito é imaginado na Administração Trump – começa a ser erguido durante os comícios em 2016 – uma politização de um fenómeno alavancado pela Casa Branca e os media, tal como demonstrado na dissertação. Dele, as consequências são nefastas quer socialmente quer a nível das relações internacionais e relações económicas entre ambos os países. ,

Esta investigação procurou compreender e enredou ambas as *Border Crisis*, de modo a compreender a politização do fenómeno, mas também as implicações a jusante. A nível de política houve uma deterioração das relações entre o México e os EUA. As respostas anti-imigração, a criminalização dos migrantes, o aliar segurança e migração conduziu a atitudes prejudiciais a ambos os países na sua história de relações internacionais e conduziu a dinâmicas regionais inesperadas, *i.e.*, as respostas americanas eram anacrónicas e paradoxais. Veja-se o exemplo do discurso anti-imigração de Trump que fez com que houvesse uma corrida – ou acentuasse esse imperativo – aos EUA, antes que fosse tarde demais.

Por outro lado, Obama manteve um lado humanitário com o DACA, ainda que houvesse a criminalização dos migrantes, Donald Trump ignora-o intensificando um registo de ódio em relação a' *O Outro*.

O coração destas medidas políticas conduziu – e conduz – a uma imiscuição económica. Ora, os migrantes mexicanos e consequentemente o México andam à boleia dos EUA nessa linha de pensamento. Logo, o NAFTA necessitará uma reestruturação, tal como Trump defende. Ao “problema” NAFTA junta-se a retórica de que os migrantes estariam a roubar empregos devido aos acordos que não beneficiavam os EUA, esses mesmos migrantes que rompiam pela fronteira trazendo o caos para os EUA. A esses migrantes acrescentar-se-ia a percepção que seriam traficantes que traziam a droga e o crime. Ora, a estes migrantes não pode ser junta ou

correlacionada a vinda de drogas, veja-se que esta onda de migrantes compreendem características diferentes das que Trump enunciava nos comícios e nas intervenções presidenciais. São migrantes centro-americanos que entram nos EUA na sua maioria com uma *legalidade ilegal*, pois submetem os pedidos que asilo que têm de obrigatoriamente para ser asilados que estão em efectivo território americano.

Numa tentativa da Administração Trump em travar que estes migrantes cheguem aos EUA, é tentado “negociar” com o México através de taxas alfandegárias que seriam aumentadas caso estes últimos nada fizessem ou não efetivassem um *enforcement* na sua fronteira sul. A economia imiscui-se tanto com a Border Crises que a correlação entre ambas cresce.

A nível social as implicações são também elas nocivas. A cultura na fronteira bem como as dinâmicas societárias são esbatidas. As interações diárias com os dois lados da fronteira faz com que a língua, costumes e cultura estejam verdadeiramente coladas e misturadas. A tentativa de separação destas comunidades por um muro provocaria uma total alteração no comportamento humano da região. Desviando a retórica da *Border Crisis* da fronteira obtém-se também resultados interessantes. Enquanto na fronteira essa retórica negativa não tem efectivo impacto nas comunidades, quanto mais longe mais impacto tem. Propaga assim a xenofobia, racismo e gera um clima de tensão entre os migrantes e a comunidade não-migrante, criando um rifte na sociedade: os que apoiam os migrantes e os que os repudiam. A tensão é também empurrada para o outro lado da fronteira e no México há um clima de fricção com os migrantes centro-americanos que lidam com xenofobia diária.

A importância de existir mais estudos como este é fundamental não só para preencher as lacunas, mas, para impedir que, como popularmente se diz, “seja pior a emenda do que o soneto”. Linhas orientativas e estudos são essenciais para que se possam tomar melhores decisões políticas. Como se viu muitas das vezes em que aumenta o fluxo da imigração não tem que ver com factores externos mas de facto internos, de políticas ora mexicanas ora americanas criando uma reacção paradoxal que tenta responder a um fenómeno sem alvo.

Responder à pergunta de partida *Border Crisis na fronteira EUA-México e qual o seu impacto na relação política, económica e social entre os dois países?*, torna-se complexo. O impacto na relação política da conceptualização do fenómeno fez com que acarretasse consequências nefastas para a relação de ambos os países que perdem a comunicação ou degradam-na e imprimem-lhe um discurso antagónico. Economicamente afastam-se. O NAFTA e a carga negativa a ele associado é a prova disso, bem como a economia paralela que se passa na fronteira. As dinâmicas que se intensificam têm que ver por vezes com o próprio discurso

sobre a fronteira que as aceleram ou desaceleram. No campo social quebra as interações (ou tenta) entre ambos os países e propaga discurso de ódio. Uma visão de não-cooperação é prejudicial a ambos os países.

Em suma, a *Border Crisis* é muito mais do que se possa supor *a priori*. Como fenómeno é algo complexo e intrincado que é gerado por decisões políticas, como conceito acarreta consequências negativas no discurso nacional e internacional dos EUA-México. Todavia, o conceito de *Border Crisis* poderá surtir o efeito inverso. A exposição e denuncia de racismo, bem como acções contra a xenofobia estão cada vez mais em cima da mesa. Sem associar este conceito ao fenómeno, os migrantes passariam pelas gotas da chuva e nunca se veria o que se passava nos já antigos centros de detenção ou a demora dos pedidos de asilo. Uma moeda com duas caras, que quando lançada para o lado correcto poderá ser uma grande aposta.

Bibliografia

U.S Citizenship and Immigration Services, 2019. *Asylum*. [Online] Disponível em: <https://www.uscis.gov/humanitarian/refugees-asylum/asylum/> [Consultado em 10 Julho 2019].

US Department of State, 2019. *U.S.-Mexico Joint Declaration - MEDIA NOTE*. [Online] Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-mexico-joint-declaration/> [Consultado em 5 Julho 2019].

Abrego, L. et al., 2017. Making Immigration into Criminals: Legal process of criminalization in the Pos - IIRIRA. *Journal on Migration and Human Security*, Volume 5.

Adams, J. A., 2006. *Bordering the Future; The Impact of Mexico on the United States*. s.l.:Praeger Editions .

Adamson, F. B., 2006. Crossing Borders: International Migration and Security. *International Security*, Volume 31.

Americas Society/Council of the Americas, 2014. *IMMIGRATION AND NEW YORK CITY: The Contributions of Foreign- Born Americans to New York's Renaissance, 1975–2013*, s.l.: Americas Society/Council of the Americas.

André, J. G., 2016. 2016, A "Longa Caminhada" das eleições primárias à sucessão de Obama.. *Relações Internacionais*, Volume Setembro.

Balze, F. d. I., 2017. Trump, México y el futuro del NAFTA. *Clarín*.

BBC, 2018. [Online] Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-45920624> [Consultado em 20 Outubro 2018].

Camarota, S. A., 2001. *Immigration From Mexico*, s.l.: Center for Immigration Studies.

Capps, R., 2019. Trump's Incendiary Rhetoric Is Only Accelerating Immigration: The Crisis at the Border Is of Washington's Own Making. *Foreign Affairs*, 16 Julho.

Carasik, L., 2016. *Foreign Affairs: Obama and the Court*. [Online] Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2016-02-04/obama-and-court>

[Consultado em 16 Julho 2019].

- Chomsky, A., 2018. *"They take our Jobs"*. Boston: Beacon Press.
- Cohen, J. H., 2004. The Culture of Migration in Souther Mexico. *Project Muse. University of Texas Press.*
- Coutinho, F. P., 2019. *Workshop: Migrações e Segurança, UNL* [Interview] (18 Junho 2019).
- Cowie, J., 2017. *What Trump gets wrong about NAFTA*. [Online] Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2017-05-04/what-trump-gets-wrong-about-nafta> [Consultado em 5 Junho 2019].
- Domínguez, J. I. & Castro, R. F. d., 2010. US-Mexican Relations in the Twenty-first Century. In: J. I. Domínguez & R. F. d. Castro, eds. *Contemporary US-Latin American Relations: Cooperation or conflict in the 21st Century*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Dupeyren, B., 2015. State Borders in North America. In: S. V. Sevastianov, J. P. Laine & A. A. Kireev, eds. *Introduction to Border Studies*. Dalnauka: Dar Eastern Federal University.
- Eagleton, T., 2000. *A Ideia de Cultura*. Lisboa: Temas e Debates.
- Falcón, S., 2006. "National Security" and the violation of Women: Militarized Border rape at US-Mexico Border. In: *Color of Violence*. s.l.:South End Press.
- Feinberg, R., 2019. *Foreign Affairs: Two Books on Immigration*. [Online] Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/reviews/capsule-review/2019-04-16/two-books-immigration> [Consultado em 16 Julho 2019].
- Galtung, J. & T., F. M., 2010. Mexico-USA: Drugs-Arms-Money. *Transcend Media Service*.
- Group, I. C., 2018. *Mexico's Southern Border: Security, Violence and Migration in the Trump Era*. [Online] Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/066-mexicos-southern-border.pdf> [Consultado em 19 Outubro 2018].
- Gutiérrez, R. A., 2019. Mexican Immigration to the United States. *Oxford Research Encyclopedia of American History*.
- Hagan, J., Martinez-Schuldt, R., Peavey, A. & Weissman, D., 2018. *Family Matters: Claiming Rights across the US-Mexico Migratory System*, *Journal on Migration and Human Security*. [Online]

Disponível em: : <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2331502418777456>
[Consultado em 18 Setembro 2018].

Hamilton, A., 2011. O Federalista nº 29 "Sobre a Milícia". In: *O Federalista*. Lisboa: Fundação Calouse Gulbenkian.

Hannon, E. W., 2002. A Review of 150 Years of U.S-Mexican Relations. *The Heritage Foundation*, Volume 679.

Heyman, J., 2012. Culture Theory and the US-Mexico Border. In: T. Wilson & H. Donnan, eds. *A Companion to Border Studies*. s.l.:Wiley-Blackwell.

Heyman, J., 2012. Political Economy and Social Justice in the US-Mexico Border Region. In: M. L. e. al, ed. *Social Justice in the US-Mexico Border Region*. s.l.:s.n.

Heyman, J. & Campbell, H., 2010. Bordering Culture: The US - Mexico Case. *Paradigms for Anthropology: An Athnographic Reader*.

Heyman, J., Slack, J. & Guerra, E., 2018. *Bordering a "Crisis": Central American Asylum Seekers and the Reproduction of the Dominant Border Enforcement Practices*. s.l.:s.n.

Hing, B. O., 2018. *American Presidents, Deportations, and Human Rights Violations: From Carter to Trump*. s.l.:Cambridge University Press.

Homeland Security, 2018. *Border Security*. [Online]
Disponível em: <https://www.dhs.gov/topic/border-security>
[Consultado em 20 Junho 2019].

Howe, D. W., 2007. *What Hath God Wrought: The Transformation of America, 1815-1848*. s.l.:Oxford University Press, Inc.

John, R. S., 2011. *Line in the Sand*. s.l.:Princeton University Press.

Kant, I., 2013. *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa: Edições 70.

Keller, R., 2016. U.S. - Mexican Relations from Independence to the Present. *Oxford Research Encyclopedia of American History*.

Kolosov, V. A., 2015. Theoretical Approaches in the Study of Borders. In: S. V. Sevastianov, J. P. Laine & A. A. Kireev, eds. *Introduction to Border Studies*. Dalnauka: Dar Eastern Federal University.

Kristof, L. K. D., 1959. *The Nature of Frontiers and Boundaries*. s.l.:s.n.

Machado, F. C., 2018. *A Política Externa do Governo Trump para o NAFTA (2017-2018): Uma mudança nas relações regionais norte-americanas*, s.l.: s.n.

Machado, F. C., 2018. *A Política Externa do Governo Trump para o NAFTA (2017-2018): Uma mudança nas relações regionais norte-americanas*.

Marques, M., 2016. Migrações e Globalização . In: D. R. Curto, ed. *Estudos Sobre a Globalização* . s.l.:Edições 70.

Marshall, T., 2018. *Divided: Why are we living in the Age of Walls*. s.l.:Elliott and Thompson Limited.

Martinez, O., 1994. *Border People: Life and Society in the U.S.-Mexico Borderlands*. s.l.:The University of Arizona Press.

Merry, R. W., 2009. *A Country of Vast Designs: James K. Plk, the Mexican War, and the conquest of the American Continent*. Nova Iorque: Simon & Schuster.

Montefiore, S. S., 2017. Introduction. In: *The Romanovs*. Great Britain: Weidenfeld & Nicolson.

Morris, I., 2016. *Guerra! Para que Serve? - O papel do conflito na civilização, dos primatas aos robôs*. Lisboa : Bertrand Editora.

Obrador, A., 2019. *2019 Junio 8 Discurso de Andrés Manuel López Obrador, presidente de México, en el acto en defensa de la dignidad nacional y en favor de la amistad con EEUU, en Tijuana, Baja California..* [Online]

Disponível em: <http://www.inep.org/biblioteca/289-2019-jun-8-discurso-de-andres-manuel-lopez-obrador-presidente-de-mexico-en-el-acto-en-defensa-de-la-dignidad-nacional-y-en-favor-de-la-amistad-con-eeuu-en-tijuana-baja-california>

[Consultado em 11 Julho 2019].

Ortiz, R. R., 2010. Cultura e identidade migratoria en la frontera México-Estados Unidos. Inmediaciones entre la comunidad mexicoamericana y la comunidad transfronteriza. *Antíteses*, Volume 3.

Passel, J. S., Cohn, D. & Gonzalez-Barrera, A., 2012. *Net Migration from Mexico Falls to Zero—and Perhaps Less*, s.l.: Pew Reserch Center.

Payan, T., 2006. *The three U.S.-Mexico border wars : drugs, immigration, and Homeland Security*. s.l.:Praeger Security International.

Ramshort, J. P. V., 2018. Anti-immigration Sentiment, Rising populism, and the Oxacan Trump. *Journal of Latin American Geography*, Abril, Volume 17, pp. 253-256.

Representative, O. o. T. U. S. T., 2019. *Mexico*. [Online]
Disponível em: <https://ustr.gov/countries-regions/americas/mexico>
[Consultado em 4 Maio 2019].

Rios, V., 2008. *Evaluating the economic impact of Mexico's drug trafficking industry*. Institute for Quantitative Social Sciences, Harvard University: Graduate Students Political Economy Workshop.

Romero, M., 2018. *Trump's Immigration Attacks, in Brief*. [Online]
Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1536504218766549>
[Consultado em 19 Setembro 2018].

Sá, T. M. d. & Soller, D., 2018. *Donald Trump: O Método no Caos*. Primeira Edição ed. Alfragide: Publicações Dom Quixote.

Salcedo-Albarán, E. & Santos, D., 2017. Firearms trafficking: Mexico-United States Border. *The Global Observatory of Transnational Criminal Networks*, Volume 16.

Sánchez, S., 2016. *Horizons, Edges, and Borders: The Mexico-USA case*. s.l.:s.n.

Sevastianov, S. V., Laine, J. P. & Kireev, A. A., 2015. A Historical View on the Study of Borders. In: *Introduction to Border Studies*. s.l.:Far Eastern Federal University.

Smith, A., 1997. A Identidade Nacional. In: s.l.:Gradiva.

Trump, D., 2016. *Presidential debate: Trump calls NAFTA 'the worst trade deal maybe ever signed, anywhere'*. [Online]
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kl2QShtOwbU>
[Consultado em 1 Junho 2019].

Trump, D., 2017. *National Security Strategy Report*, s.l.: s.n.

Trump, D., 2017. *Trump: NAFTA is the worst trade deal made by any country*. [Online]
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s5hIBNw0qj0>
[Consultado em 1 Junho 2019].

Trump, D., 2019. *Proclamação 9844: Emergência Nacional em Relação à fronteira Sul dos EUA*, s.l.: s.n.

Trump, D., 2019. *Remarks by President Trump in Roundtable on Immigration and Border Security / Calexico, California*. [Online]
Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-president-trump->

roundtable-immigration-border-security-calexico-california/

[Consultado em 10 Julho 2019].

Wilson, T. & Donnan, H., 2012. Borders and Border Studies. In: T. Wilson & H. Donnan, eds. *A Companion to Border Studies*. s.l.:Wiley-Blackwell.

Zakaria, P., 2012. Migration-Security Nexus in the post-9/11era: the case of Canada. *ISA*.

Zharikova, E., 2016. *Migration Crisis and Violation of Human Rights on Mexican-American Border*. s.l.:State University of New York Empire State College.

Zong, J., Batalova, J. & Burrows, M., 2019. *Frequently Requested Statistics on Immigrants and Immigration in the United States*. [Online] Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/frequently-requested-statistics-immigrants-and-immigration-united-states#Now>

[Consultado em 22 Junho 2019].

Anexos

Anexo 1

Gadsden Purchase Treaty (1853)

BY THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES OF
AMERICA
A PROCLAMATION.

WHEREAS a treaty between the United States of America
and the Mexican Republic was concluded and signed at the
City of Mexico on the thirtieth day of December, one thousand eight hundred and fifty-three;
which treaty, as amended

by the Senate of the United States, and being in the English
and Spanish languages, is word for word as follows:

IN THE NAME OF ALMIGHTY GOD:

The Republic of Mexico and the United States of America
desiring to remove every cause of disagreement which might
interfere in any manner with the better friendship and intercourse between the two countries,
and especially in respect to

the true limits which should be established, when, notwithstanding what was covenanted in
the treaty of Guadalupe

Hidalgo in the year 1848, opposite interpretations have been
urged, which might give occasion to questions of serious
moment: to avoid these, and to strengthen and more firmly
maintain the peace which happily prevails between the two

republics, the President of the United States has, for this purpose, appointed James Gadsden,
Envoy Extraordinary and

Minister Plenipotentiary of the same, near the Mexican government, and the President of

Mexico has appointed as Plenipotentiary "ad hoc" his excellency Don Manuel Diez de Bonilla, cavalier grand cross of the national and distinguished order of Guadalupe, and Secretary of State, and of the office of Foreign Relations, and Don Jose Salazar Ylarregui and General Mariano Monterde as scientific commissioners, invested with full powers for this negotiation, who, having communicated their respective full powers, and finding them in due and proper form, have agreed upon the articles following:

ARTICLE I.

The Mexican Republic agrees to designate the following as her true limits with the United States for the future: retaining the same dividing line between the two Californias as already defined and established, according to the 5th article of the treaty of Guadalupe Hidalgo, the limits between the two republics shall be as follows: Beginning in the Gulf of Mexico, three leagues from land, opposite the mouth of the Rio Grande, as provided in the 5th article of the treaty of Guadalupe Hidalgo; thence, as defined in the said article, up the middle of that river to the point where the parallel of 31° 47' north latitude crosses the same; thence due west one hundred miles; thence south to the parallel of 31° 20' north latitude; thence along the said parallel of 31° 20' to the 111th meridian of longitude west of Greenwich; thence in a straight line to a point on the Colorado River twenty English miles below the junction of the Gila and Colorado rivers; thence up the middle of the said river Colorado until it intersects the present line between the United States and Mexico.

For the performance of this portion of the treaty, each of the two governments shall nominate one commissioner, to the end that, by common consent the two thus nominated, having met in the city of Paso del Norte, three months after the exchange of the ratifications of this treaty, may proceed to survey and mark out upon the land the dividing line stipulated by this article, where it shall not have already been surveyed and established by the mixed commission, according to the treaty of Guadalupe, keeping a journal and making

proper plans of their operations. For this purpose, if they should judge it necessary, the contracting parties shall be at liberty each to unite to its respective commissioner, scientific or other assistants, such as astronomers and surveyors, whose concurrence shall not be considered necessary for the settlement and of a true line of division between the two

Republics; that line shall be alone established upon which the commissioners may fix, their consent in this particular being considered decisive and an integral part of this treaty, without necessity of ulterior ratification or approval, and without room for interpretation of any kind by either of the parties contracting.

The dividing line thus established shall, in all time, be faithfully respected by the two governments, without any variation therein, unless of the express and free consent of the two, given in conformity to the principles of the law of nations, and in accordance with the constitution of each country respectively.

In consequence, the stipulation in the 5th article of the treaty of Guadalupe upon the boundary line therein described is no longer of any force, wherein it may conflict with that here established, the said line being considered annulled and abolished wherever it may not coincide with the present, and in the same manner remaining in full force where in accordance with the same.

ARTICLE II.

The government of Mexico hereby releases the United States from all liability on account of the obligations contained in the eleventh article of the treaty of Guadalupe Hidalgo; and the said article and the thirty-third article of the treaty of amity, commerce, and navigation between the United States of America and the United Mexican States concluded at Mexico, on the fifth day of April, 1831, are hereby abrogated.

ARTICLE III.

In consideration of the foregoing stipulations, the Government of the United States agrees to pay to the government of Mexico, in the city of New York, the sum of ten millions of dollars, of which seven millions shall be paid immediately upon the exchange of the ratifications of this treaty, and the remaining three millions as soon as the boundary line shall be surveyed, marked, and established.

ARTICLE IV.

The provisions of the 6th and 7th articles of the treaty of Guadalupe Hidalgo having been rendered nugatory, for the most part, by the cession of territory granted in the first article of this treaty, the said articles are hereby abrogated and annulled, and the provisions as herein expressed substituted therefor. The vessels, and citizens of the United States shall, in all time, have free and uninterrupted passage through the Gulf of California, to and from their possessions situated north of the boundary line of the two countries. It being understood that this passage is to be by navigating the Gulf of California and the river Colorado, and not by land, without the express consent of the Mexican government; and precisely the same provisions, stipulations, and restrictions, in all respects, are hereby agreed upon and adopted, and shall be scrupulously observed and enforced by the two contracting governments in reference to the Rio Colorado, so far and for such distance as the middle of that river is made their common boundary line by the first article of this treaty.

The several provisions, stipulations, and restrictions contained in the 7th article of the treaty of Guadalupe Hidalgo shall remain in force only so far as regards the Rio Bravo del Norte, below the initial of the said boundary provided in the first article of this treaty; that is to say, below the intersection of the 31° 47' parallel of latitude, with the boundary line established by the late treaty dividing said river from its mouth upwards, according to the fifth article of the treaty of Guadalupe.

ARTICLE V.

All the provisions of the eighth and ninth, sixteenth and seventeenth articles of the treaty of Guadalupe Hidalgo, shall apply to the territory ceded by the Mexican Republic in the first article of the present treaty, and to all the rights of persons and property, both civil and ecclesiastical, within the same, as fully and as effectually as if the said articles were herein again recited and set forth.

ARTICLE VI.

No grants of land within the territory ceded by the first article of this treaty bearing date subsequent to the day—twenty-fifth of September—when the minister and subscriber to this treaty on the part of the United States, proposed to the Government of Mexico to terminate the question of boundary, will be considered valid or be recognized by the United States, or will any grants made previously be respected or be considered as obligatory which have not been located and duly recorded in the archives of Mexico.

ARTICLE VII.

Should there at any future period (which God forbid) occur any disagreement between the two nations which might lead to a rupture of their relations and reciprocal peace, they bind themselves in like manner to procure by every possible method the adjustment of every difference; and should they still in this manner not succeed, never will they proceed to a declaration of war, without having previously paid attention to what has been set forth in article twenty-one of the treaty of Guadalupe for similar cases; which article, as well as the twenty-second is here reaffirmed.

ARTICLE VIII.

The Mexican Government having on the 5th of February, 1853, authorized the early construction of a plank and railroad across the Isthmus of Tehuantepec, and, to secure the stable benefits of said transit way to the persons and merchandise of the citizens of Mexico and the United States, it is stipulated that neither government will interpose any obstacle to the transit of persons and

merchandise of both nations;

and at no time shall higher charges be made on the transit of persons and property of citizens of the United States, than may be made on the persons and property of other foreign nations, nor shall any interest in said transit way, nor in the proceeds thereof, be transferred to any foreign government.

The United States, by its agents, shall have the right to transport across the isthmus, in closed bags, the mails of the United States not intended for distribution along the line of communication; also the effects of the United States government and its citizens, which may be intended for transit, and

not for distribution on the isthmus, free of custom-house or other charges by the Mexican government. Neither passports nor letters of security will be required of persons crossing the isthmus and not remaining in the country.

When the construction of the railroad shall be completed, the Mexican government agrees to open a port of entry in addition to the port of Vera Cruz, at or near the terminus of said road on the Gulf of Mexico.

The two governments will enter into arrangements for the prompt transit of troops and munitions of the United States, which that government may have occasion to send from one part of its territory to another, lying on opposite sides of the continent.

The Mexican government having agreed to protect with its whole power the prosecution, preservation, and security of the work, the United States may extend its protection as it shall judge wise to it when it may feel sanctioned and warranted by the public or international law.

ARTICLE IX.

This treaty shall be ratified, and the respective ratifications shall be exchanged at the city of Washington within the exact period of six months from the date of its signature, or sooner, if possible.

In testimony whereof, we, the plenipotentiaries of the contracting parties, have hereunto

affixed our hands and seals at
Mexico, the thirtieth (30th) day of December, in the year of
our Lord one thousand eight hundred and fifty-three, in the
thirty-third year of the independence of the Mexican republic, and the seventy-eighth of that
of the United States.

JAMES GADSDEN,
MANUEL DIEZ DE BONILLA
JOSE SALAZAR YLARBEGUI
J. MARIANO MONTERDE,

And whereas the said treaty, as amended, has been duly
ratified on both parts, and the respective ratifications of the
same have this day been exchanged at Washington, by
WILLIAM L. MARCY, Secretary of State of the United States,
and SENOR GENERAL DON JUAN N. ALMONTE, Envoy
Extraordinary and Minister Plenipotentiary of the Mexican
Republic, on the part of their respective Governments:
Now, therefore, be it known that I, FRANKLIN PIERCE,
President of the United States of America, have caused the
said treaty to be made public, to the end that the same, and
every clause and article thereof, may be observed and fulfilled
with good faith by the United States and the citizens thereof.

In witness whereof I have hereunto set my hand and
caused the seal of the United States to be affixed.

Done at the city of Washington, this thirtieth day of June,
in the year of our Lord one thousand eight hundred and fiftyfour, and of the Independence of
the United States the seventy-eighth.

BY THE PRESIDENT:
FRANKLIN PIERCE,
W. L. MARCY, Secretary of State.

Anexo 2:

Comunicado à imprensa

Chief Brian Hastings:

Thank you. Good afternoon. My name again is Brian Hastings. I'm the Chief of Operations here at US Border Patrol Headquarters. And today I'm going to provide you with some updates about what we're seeing on our Southwestern border. The Border Patrol is facing an unprecedented humanitarian and border security crisis

(...)

In the month of March, CBP encountered over 103,000 individuals on our Southwestern border. 92,000 of those were US Border Patrol apprehensions which is an increase of 35% over February levels. Over 30,000 of the Border Patrol apprehensions were single adults; 8900 were unaccompanied children and 53,000 -- nearly 58% of USBP apprehensions -- were family units primarily from the Northern Triangle, Guatemala, Honduras and El Salvador.

In the first half of the fiscal year FY 2019 Border Patrol has apprehended over 385,000 individuals on the Southwest border. This is more than double the apprehensions during the same timeframe last fiscal year and it exceeds all of FY 2017 apprehension totals.

As I briefed before, this issue just isn't simply about pure volume and flow but specifically the rapid increase in family units specifically from the Northern Triangle. Family unit apprehensions have increased by approximately 375% as compared to the same timeframe last fiscal year.

As more and more adults with children are released into the US pending their immigration proceedings word of mouth and social media have spread news and more immigrants are emboldened to make the dangerous journey.

(...) Our partners at ICE and HHS do not have the bed space to address this crisis we're experiencing

(...) All this comes at a cost specifically resources, both financially and manpower, and more critically in national security. We're shifting large portions of personnel and resources away from

our border security mission to address these large groups, family units and unaccompanied children. This poses significant increase to the risk of national security. We're committed to addressing this humanitarian need but the current situation is unsustainable for Border Patrol operations.

(...) The only way to address this trend is to change the message that if you bring a child you'll be allowed entry into our country. To do that, we need an immigration system that allows the government to maintain custody of the family unit through an expeditious immigration proceeding.

Executive Director Randy J. Howe:

Thanks Brian. Good afternoon everyone. As Chief Hastings said, CBP is facing an unprecedented humanitarian and border security crisis along our Southwest border. In order to manage this operational crisis the Office of Field Operations has redirected and surged 545 frontline officers from our Southwest border ports of entry. These redirected officers are assisting Border Patrol agents as they process and care for record numbers of migrants.

Nick, no I would say that the numbers aren't declining. In fact we're still seeing 3000 apprehensions per day for Border Patrol. We had a two-day lull but we continue to see high numbers. We do have a good working relationship with our Mexican law enforcement counterparts. We do know that they have set up additional checkpoints down south. We do expect that that will hopefully have an effect. However we have not seen any results of that so far to date.

Anexo 3:

Visitas de Estado

Mexico

Name	Locale	Remarks	Date
William Howard Taft	Ciudad Juarez	Part of an exchange of visits with President Diaz across the border.	October 16, 1909
Franklin D. Roosevelt	Monterrey	Part of an exchange of visits with President Avila across the border.	April 20, 1943
Harry S. Truman	Mexico, D.F.	State visit; met with President Alerman.	March 3–6, 1947
Dwight D. Eisenhower	Nuevo Guerrero	Dedicated Falcon Dam.	October 19, 1953
Dwight D. Eisenhower	Acapulco	Informal meeting with President Lopez Mateos.	February 19–20, 1959
Dwight D. Eisenhower	Ciudad Acuna	Informal visit; met with President Lopez Mateos.	October 24, 1960
John F. Kennedy	Mexico, D.F.	State visit; met with President Lopez Mateos.	June 29–July 1, 1962
Lyndon B. Johnson	Mexico, D.F.	Informal visit; met with President Gustavo Diaz Ordaz.	April 14–15, 1966
Lyndon B. Johnson	Ciudad Acuna	Informal meeting with President Diaz Ordaz. Inspected construction of Arnistad Dam.	December 3, 1966

Name		Locale	Remarks	Date
Lyndon B. Johnson	B.	Ciudad Juarez	Attended transfer of El Chamizal from the US. to Mexico and conferred with President Diaz Ordaz.	October 28, 1967
Richard Nixon	M.	Ciudad Acuna	Dedicated Aimistad Dam.	September 8, 1969
Richard Nixon	M.	Puerto Vallarta	Official visit; met with President Diaz Ordaz.	August 20–21, 1970
Gerald Ford	R.	Nogales, Magdalena de Kino	Met with President Echeverria and laid a wreath at the tomb of Padre Eusebio Kino.	October 21, 1974
Jimmy Carter		Mexico, D.F.	State visit; met with President Lopez Portillo and addressed the Mexican Congress.	February 14–16, 1979
Ronald Reagan		Ciudad Juarez	Met with President Lopez Portillo. [Visit made as President-elect.]	January 5, 1981
Ronald Reagan		Cancun	Attended Summit Meeting on International Cooperation and Development. Met with the Heads of State and Government of Algeria, Bangladesh, Canada, China, France, Guyana, India, Japan, Mexico, Nigeria, the Philippines, Saudi Arabia, Sweden, Tanzania, the United Kingdom, Venezuela, and Yugoslavia.	October 21–24, 1981
Ronald Reagan		Tijuana	Exchange of visits with President-elect de la Madrid.	October 8, 1982

Name		Locale	Remarks	Date
Ronald Reagan		La Paz (Baja California)	Informal meeting with President de la Madrid.	August 14, 1983
Ronald Reagan		Mexicali	Informal meeting with President de La Madrid.	January 3, 1986
Ronald Reagan		Mazatlan	Informal meeting with President de la Madrid. Signed textile agreement.	February 13, 1988
George W. Bush	H.	Monterrey, Agualeguas	State Visit.	November 26–27, 1990
William Clinton	J.	Mexico, D.F., Tlaxcala	State Visit.	May 5–7, 1997
William Clinton	J.	Merida	State visit.	February 14–15, 1999
George Bush	W.	San Cristobal	Meeting with President Fox.	February 16, 2001
George Bush	W.	Monterrey	Attended the International Conference on Financing for Development and met with President Fox.	March 21–22, 2002
George Bush	W.	Los Cabos	Attended APEC Summit Meeting.	October 26–27, 2002
George Bush	W.	Monterrey	Attended the Special Summit of the Americas.	January 12–13, 2004

Name		Locale	Remarks	Date
George Bush	W.	Cancun, Chichen-Itza	Met with President Fox and Canadian Prime Minister Harper.	March 30–31, 2006
George Bush	W.	Merida, Uxmal	Met with President Calderon. Visited Mayan ruins.	March 12–14, 2007
Barack Obama		Mexico City	Met with President Calderon.	April 16–17, 2009
Barack Obama		Guadalajara	Attended the North American Leaders' Summit.	August 9–10, 2009
Barack Obama		Cabo San Lucas	Attended the G-20 Economic Summit meeting.	June 17–19, 2012
Barack Obama		Mexico City	Met with President Enrique Pena Nieto.	May 2–3, 2013
Barack Obama		Toluca	Attended the North American Leaders Summit.	February 14, 2014

Visits By Foreign Leaders of Mexico

Visitor		Description	Date
President Diaz		Visited El Paso (Texas) in an exchange of visits with President Taft.	October 16, 1909
President-elect Calles		In U.S. October 26–November 5; visited New Orleans.	October 31–November 2, 1924
President-elect Ortiz Rubio		In U.S. December 4, 1929–January 16, 1930, visiting Houston, Hot Springs (Arkansas), New York City, Baltimore (Maryland), Buffalo (New York), Detroit (Michigan), Chicago, Kansas City (Missouri), and San Francisco.	December 26–29, 1929
President Avila Camacho		Visited Corpus Christi (Tex.) in exchange of visits with President Roosevelt.	April 21, 1943
President Aleman		Official visit. Addressed Joint Session of U.S. Congress May 1. Afterwards visited New York City, Chattanooga (Tennessee), and Kansas City (Missouri).	April 29–May 7, 1947
President Cortines	Ruiz	Met with President Eisenhower in Texas for dedication of Falcon Dam.	October 19, 1953
President Cortines	Ruiz	Attended a Heads of Government meeting in White Sulphur Springs (West Virginia).	March 26–28, 1956
President Mateos	Lopez	State visit. Afterwards visited Chicago and New York City. After visiting Canada (October 15–18), visited Austin and the LBJ Ranch (Texas). Departed U.S. October 19.	October 9–12, 1959

Visitor		Description	Date
President Lopez Mateos		At El Paso (Texas), marking settlement of El Chamizal dispute.	September 25, 1964
President-elect Diaz Ordaz		Informal visit at LBJ Ranch (Texas).	November 12, 1964
President Gustavo Diaz Ordaz		State visit at Washington and El Paso (Tex.). Addressed Joint Session of U.S. Congress October 27.	October 26–28, 1967
President Gustavo Diaz Ordaz		Official visit for opening of Lopez Mateo Channel of Rio Grande, El Paso, Texas.	December 13, 1968
President Gustavo Diaz Ordaz		Met with President Nixon in Coronado (Calif.).	September 3, 1970
President-elect Luis Echeverria		Informal visit.	November 13, 1970
President Echeverria	Luis	State visit. Addressed U.S. Congress June 15. visited Key Biscayne (Fla.), New York City, Chicago, and San Antonio (Tex.). Departed U.S. June 21.	June 14–17, 1972
President Echeverria	Luis	Met with President Ford at Tubac and Tucson, Arizona.	October 21, 1974
President-elect Jose Portillo	Lopez	Official visit.	September 24, 1976

Visitor		Description	Date
President Jose Lopez Portillo		State visit. In U.S. February 13–17; visited Williamsburg and Chicago.	February 14–16, 1977
President Jose Lopez Portillo		Official visit.	September 28–29, 1979
President Jose Lopez Portillo		Official working visit.	June 7–9, 1981
President Jose Lopez Portillo		Informal meeting at the dedication of the Gerald R. Ford Presidential Museum and Library, Grand Rapids (Mich.).	September 17–18, 1981
President-elect Miguel de la Madrid		Informal meeting with President Reagan at Coronado (Calif.).	October 8, 1982
President Miguel de la Madrid		State visit.	May 14–17, 1984
President Miguel de la Madrid		Official Working Visit.	August 12–14, 1986
President-Elect Carlos Salinas de Gortari		Met with President-elect Bush in Houston.	November 22, 1988
President Carlos Salinas de Gortari		State visit. Addressed Joint meeting of U.S. Congress October 4; visited New York City and Providence (R.I.). Departed U.S. October 6.	October 1–4, 1989

Visitor	Description	Date
President Carlos Salinas de Gortari	Private visit. Also addressed Business Roundtable.	June 10–12, 1990
President Carlos Salinas de Gortari	Met with President Bush at the U.N. General Assembly.	September 30, 1990
President Carlos Salinas de Gortari	Informal meeting with President Bush in Houston, Tex., while en route to Canada.	April 7, 1991
President Carlos Salinas de Gortari	Met with President Bush during a private visit. Discussed North American Free Trade Agreement at Camp David, Md.	December 13–14, 1991
President Carlos Salinas de Gortari	Attended Drug Summit in San Antonio, Texas.	February 27, 1992
President Carlos Salinas de Gortari	Met with President Bush in San Diego, Calif.	July 14, 1992
President Carlos Salinas de Gortari	Attended the initialling of the North American Free Trade in San Antonio, Texas.	October 7, 1992
President Carlos Salinas de Gortari	Discussed NAFTA with President-elect Clinton in Austin, Texas.	January 8, 1993
President-elect Ernesto Zedillo Ponce de Leon	Met with President Clinton during a private visit.	November 22–23, 1994
President Ernesto Zedillo Ponce de Leon	Attended the Summit of the Americas in Miami, Florida.	December 9–11, 1994

Visitor	Description	Date
President Ernesto Zedillo Ponce de Leon	State visit.	October 9–11, 1995
President Ernesto Zedillo Ponce de Leon	Official working visit.	November 13–14, 1997
President Ernesto Zedillo Ponce de Leon	Met with President Clinton during a U.N. General Assembly Special Session on the Drug Problem in New York City.	June 8, 1998
President Ernesto Zedillo	Official working visit.	June 8–9, 2000
President-elect Vicente Fox	Working visit. Afterwards visited Dallas, TX.	August 23–25, 2000
President Vicente Fox	State Visit. Addressed joint session of Congress. Visited Toledo, Ohio September 6.	September 4–7, 2001
President Vicente Fox	Met with President Bush during a private visit.	October 4, 2001
President Vicente Fox	Official select visit. Met with President Bush at Crawford, Texas.	March 5–6, 2004
President Vicente Fox	Met with President Bush in Crawford and Waco, Texas.	March 23, 2005
President-elect Felipe Calderon	Working visit.	November 8–9, 2006

Visitor		Description	Date	
President Calderon	Felipe	Attended the North American Leaders Summit in New Orleans, Louisiana.	April 21–22, 2008	
President Calderon	Felipe	Met with President Bush at the Council of the Americas in New York City.	September 24, 2008	
President Calderon	Felipe	Attended the G-20 Economic Summit Meeting.	November 14–15, 2008	
President Calderon	Felipe	Met with President Bush and with President-Elect Obama.	January 13, 2009	
President Calderon	Felipe	Attended the G-20 Economic Summit in Pittsburgh, Pennsylvania.	September 24–25, 2009	
President Calderon	Felipe	Attended the Nuclear Security Summit.	April 12–13, 2010	
President Calderon	Felipe	State visit. Addressed joint session of Congress May 20.	May 19–20, 2010	
President Calderon	Felipe	Working visit.	March 3, 2011	
President Calderon	Felipe	Attended North American Leaders' Summit.	April 2, 2012	
President-elect Enrique Nieto	Pena	Working visit.	November 27, 2012	

Visitor	Description	Date
President Enrique Pena Nieto	Official Working Visit.	January 6, 2015
President Enrique Pena Nieto	Attended the Nuclear Security Summit.	March 31– April 1, 2016
President Enrique Pena Nieto	Official Working Visit.	

Fonte: <https://history.state.gov/departmenthistory/>